



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
FACULDADE DE FILOSOFIA DOM AURELIANO MATOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DO SERTÃO CENTRAL –
FECLESC
MESTRADO ACADÊMICO INTERCAMPI EM EDUCAÇÃO E ENSINO – MAIE

MARIA IZALETE INÁCIO VIEIRA

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE

LIMOEIRO DO NORTE – CEARÁ

2017

MARIA IZALETE INÁCIO VIEIRA

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Gilvanise de Oliveira Pontes.

Coorientadora: Prof^a. Dra Vanda Magalhães Leitão.

LIMOEIRO DO NORTE – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

VIEIRA, MARIA IZALETE INÁCIO.

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-
CE.[recurso eletrônico] / MARIA IZALETE INÁCIO
VIEIRA. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 131 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e
Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico em
Educação, Limoeiro do Norte, 2017.

Área de concentração:

Orientação: Prof.^a Dra. Maria Gilvanise de
Oliveira Pontes.

Coorientação: Prof.^a Dra. Vanda Magalhães Leitão.

1. Tradutor/intérprete da Língua de Sinais-TILS.
2. Intérprete Educacional-IE. 3. Sala de aula. 4. Limoeiro do
Norte. I. Título.

MARIA IZALETE INÁCIO VIEIRA

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual do Ceará, como requisito final para obtenção do grau de Mestra em Educação e Ensino.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Gilvanise de Oliveira Pontes-UECE
Orientadora

Prof^a. Dra. Vanda Magalhães Leitão – UFC
Coorientadora

Prof^a. Dra. Vera Lucia Santiago -UECE

Prof^o. Dr. José Olivenor Souza Chaves -UECE

Dedico este trabalho primeiramente ao Senhor Jesus, que anda comigo em todo o meu caminho. À Comunidade Surda, que me deu a oportunidade de aprender sua língua e partilhar de sua cultura. Ao meu eterno amigo Ernando Pinheiro Chaves, que me acompanhou desde a minha adolescência e seguirá em meu coração até o dia de reencontrá-lo ao lado do Pai.

AGRADECIMENTOS

A caminhada foi difícil, mas isso não quer dizer que tenha sido triste. Houve alguns que se dispuseram a caminhar junto comigo, por determinados trechos do caminho. Alguns foram parando no caminho à medida que completavam a meta que haviam proposto. Outros pararam, mas ficaram de longe olhando, esperando para se aproximar ao menor pedido de socorro, a todos mais que um simples obrigada, a minha gratidão.

Ao meu querido amigo Ernando Pinheiro, que embora não esteja hoje entre nós, e, portanto, não verá esse agradecimento. Dispôs-se um dia inteiro para me ajudar na elaboração do projeto. A ele minha eterna gratidão e amizade.

À minha querida coorientadora Vanda Leitão, que a despeito de todas as suas atividades aceitou a coorientação do meu trabalho.

À minha orientadora Gilvanise Pontes, que mesmo sendo da Matemática acatou meu trabalho. Aos professores do MAIE, Jorge Alberto Rodriguez (*in memoriam*), José Deribaldo Gomes dos Santos, Antônia Solange Pinheiro Xerez, José Ernandi Mendes, José Eudes Baima Bezerra, José Olivenor Souza Chaves, Maria das Dores Mendes Segundo, Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Glaubia Cristina Arruda Silva.

Aos meus queridos colegas e amigos Gusmão, Marcos Adriano, Rose, Farbenia e, finalmente, às amigas Priscila Azevedo e Daniele Rodrigues, que dividiram a vida comigo, por um ano em uma pequena quitinete em Limoeiro do Norte.

Ao Antonny dos Santos, aluno de Educação Física do IFCE de Juazeiro do Norte, que me apresentou o Edital do Maie para o ano de 2015 e disse palavras de incentivo que até hoje ecoam em minha cabeça.

À minha sobrinha Aline Vieira, que fez a transcrição das gravações referentes as entrevistas.

Aos meus informantes, Jocelia Carlos, secretária da APILCE, Joelma Vasconcelos, secretária da Apada, aos intérpretes de Limoeiro do Norte, que se dispuseram a colaborar com minha pesquisa e a coordenadora da Educação Inclusiva junto a Secretaria de Educação da referida cidade.

À toda a comunidade surda do Ceará que se encontra em Fortaleza, Juazeiro e Limoeiro do Norte. A ela, minha gratidão por ter compartilhado comigo de sua língua e cultura. Pois, foi isto que motivou a escolha do caminho profissional e acadêmico em que hoje me encontro.

E, finalmente, ao bom Senhor Jesus Cristo filho de Deus Pai, minha gratidão por ter me proporcionado a convivência com todas as pessoas citadas há pouco, e as experiências mencionadas neste trabalho. A Ele toda glória e honra.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a ação do Intérprete Educacional em uma cidade do interior do Ceará, a saber, Limoeiro do Norte. Os aspectos investigados compreenderam a sua formação, a forma contratual, sua função e papel no âmbito escolar. Para tanto, foram levantadas as seguintes questões norteadoras: Qual a sua formação? Como se dá a sua contratação? Quais as funções atribuídas ao IE? E qual o seu papel no âmbito escolar? Para chegarmos às respectivas respostas, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa apresentando um caráter exploratório do tipo bibliográfico e investigativo, Estudo de Caso. Assim, atendendo ao seu delineamento, se estabeleceu um processo de coleta de dados bibliográfico e empírico, em que foram utilizados livros, artigos científicos, sítios eletrônicos e dados coletados por meio de questionários e entrevista semiestruturados. Após coleta dos dados emergiram quatro categorias de análise: *Formação*, *Contratação*, *Função* e *Papel*. A análise dessas categorias nos aponta que a formação acadêmica dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro corresponde ao nível médio, e que sua formação específica se deu de forma empírica, tendo sido iniciada por meio do contato direto com a pessoa surda. Quanto à sua contratação, se deu em caráter temporário sem processo de seleção e averiguação de sua competência tradutório-interpretativa. Quanto à sua função, foi possível constatar que é designada de forma ainda confusa, não apresentando clareza na definição de suas designações funcionais não permitindo assim a sua delimitação. E por último ao analisar a categoria *Papel*, encontramos uma grande variação, os quais ocasionam sobrecarga física e psicológica ao IE. Assim, concluímos que se faz urgente ao Intérprete Educacional que atua na cidade de Limoeiro do Norte que a Secretaria de Educação o compreenda como sendo parte integrante do processo de ensino e aprendizado das escolas de Ensino Fundamental que tem alunos surdos. E que há necessidade de se explorar por meio de mais pesquisas o trabalho do IE no interior de nosso Estado do Ceará e, a partir desta pesquisa, contribuir para o empoderamento da categoria e elucidação junto aos órgãos competentes, de suas reais designações e papéis no âmbito escola.

Palavras-chave: Tradutor/intérprete da língua de sinais-TILS. Interprete Educacional-IE. Sala de aula. Limoeiro do Norte.

ABSTRACT

The following research aimed to investigate the work of Educational Interpreter in a town on the up-country area of Ceará, Limoeiro do Norte. The investigated aspects included their educational background, contractual form, and their roles on the educational environment. In order to achieve our goal, the following questions were asked: What is your educational background? What is the hiring process? What activities are given to the EI? What is their function and role in the educational environment? In order to get the respective answers, a qualitative research was carried out, with an exploratory character of the bibliographic and investigative type, a Case Study. Thus, based on its design, a bibliographic and empiric data collection process was established, in which books, scientific articles, electronic sites and data were collected through semi-structured questionnaires and interviews. After the data collection, four topic of analysis emerged: *Background education*, *Hiring*, *Duties* and *Role*. The analysis of these categories showed that the background academic education of the Educational Interpreters is high school and their specific training was empiric, being initiated by the direct contact with a deaf person. About the hiring process, it was made on a temporary basis without a selection process and verification of its translation-interpretative competence. About their function, it was possible to verify that it is still confused, not allowing clarity in the definition of its functional designations, thus not allowing its delimitation. Lastly, when analyzing the category *Role*, we found a great vary, which cause both physical and psychological overload to the EI. Thus were concluded that is urgent that the Secretary of Education of Limoeiro do Norte to comprise Educational Interpreters as an integral part of the teaching and learning process of the Elementary School with deaf students. It is also necessary to explore by means of more research the work of EI on the up-country area of Ceará and, from this, contribute for the empowerment of the category and elucidation with the competent agencies of their real designations and roles in the school environment.

Key-words: Libras interpreter/translator-LSIT. Educational Interpreter - EI. School environment. Limoeiro do Norte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	EEF Padre Joaquim Meneses.....	53
FIGURA 2 –	Sala Inclusiva.....	53
FIGURA 3 –	Sala de AEE da EEF Judite Chaves Saraiva.....	54
FIGURA 4 –	Certificado do curso de Atualização de Intérpretes promovido pela Feneis no ano de 2004.....	65
FIGURA 5 –	Certificado do curso Formação de Intérpretes da Língua de Sinais realizados pelo Planteq/CE no ano de 2004.....	66
FIGURA 6 –	Certificado do curso Técnicas de Interpretação realizada pela Feneis e financiada pelo Planteq/CE no ano de 2005.....	67
FIGURA 7 –	Certificado do curso Formação de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais realizado em 2008.....	68
FIGURA 8 –	Certificado do curso Formação de Intérpretes de Libras, realizado em 2012.....	68
FIGURA 9 –	Certificado do curso Formação de Intérpretes de Libras, realizado em 2013.....	68
QUADRO 1 –	Modelos processuais de interpretação.....	30
TABELA 1 –	EXAME PROLIBRAS – CEARÁ.....	43
TABELA 2 –	Traduções exigidas pelo contexto de sala de aula.....	45
QUADRO 2 –	Dados da escola pesquisada.....	50
QUADRO 3 –	Perfil dos sujeitos.....	53
QUADRO 4 –	Formação dos intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte.....	61
QUADRO 5 –	Contrato de Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte.....	69
QUADRO 6 –	Função dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte.	76
QUADRO 7 –	Papéis assumidos pelos Intérpretes Educacionais Limoeiro do Norte.....	83
QUADRO 8 –	Formulado a partir de Lodir e Lacerda (2009) e dos dados coletados em entrevista junto aos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ALEC - Assembleia Legislativa do Ceará

APILCE - Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes Língua de Sinais do Ceará

APILMA - Associações Profissionais Tradutores/Intérpretes Língua de Sinais do Maranhão

APILRJ - Associações Profissionais Tradutores/Intérpretes Língua de Sinais do Rio de Janeiro

ASCE - Associação de Surdos do Ceará

ASLN - Associação de Surdos de Limoeiro do Norte

CEMIIL - Central de Intérpretes e Instrutores da LIBRAS

CENTEC - Centro de Ensino Tecnológico

CREDE - Coordenadoria Regional de Educação

COMPEDEF - Comissão Técnica de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IE - Intérprete Educacional

IEPRO - Instituto de Estudos, Pesquisa e Projetos da UECE

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

MEC - Ministério de Educação e Cultura

PMF - Prefeitura Municipal de Fortaleza

PROLIBRAS - Exames de Proficiência em Ensino e Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado

TILS - Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira

UFCA - Universidade Federal do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO NO BRASIL: BREVE PANORAMA....	27
2.1	TRADUTOR/INTÉRPRETE: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS.....	27
2.2	INTÉRPRETE DE LIBRAS DE FATO, MAS NÃO DE DIREITO.....	34
2.3	INTÉRPRETE DE LIBRAS: SAINDO DA INFORMALIDADE RUMO A UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	40
2.4	O TRADUTOR/INTERPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO.....	44
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
3.1	CONTEXTO DA PESQUISA.....	49
3.2	OS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO DO NORTE: PERFIL DOS SUJEITOS.....	53
3.3	NATUREZA DA PESQUISA E SEUS DELINEAMENTOS.....	55
3.4	PROCEDIMENTOS: INSTRUMENTOS DE COLETA E SUA APLICAÇÃO.	57
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	60
4.1	A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO DO NORTE.....	60
4.2	FORMAÇÃO.....	61
4.3	CONTRATAÇÃO.....	76
4.4	PAPEL.....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERENCIAS.....	97
	APÊNDICES.....	102
	ANEXOS.....	106

1 INTRODUÇÃO

A língua de sinais é a única capaz de satisfazer as necessidades linguísticas e cognitivas da pessoa surda (SACKS, 2010). Por isso, seria um axioma afirmar que seu processo de ensino e aprendizagem deve se dar por meio dela. Assim pensando, as ações desenvolvidas para a inclusão da pessoa com deficiência na educação em acordo com a Lei da acessibilidade (10.098/00), aponta que ao surdo tal acesso é dado mediante a superação das barreiras linguísticas.

A surdez, como afirma Skliar (2010), implica em uma diferença linguística, porém essa diferença acaba por se tornar uma barreira que pode dificultar a comunicação entre surdos e ouvintes. É nesse contexto de dificuldade comunicativa que surge a figura do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – TILS. Este emerge com a finalidade de estabelecer uma ponte comunicativa entre as duas línguas (Língua de Sinais e língua oral) (SILVA, KAUCHAKE; GESUELI, 2003).

No Brasil e em várias partes do mundo, como a história aponta, o TILS tem origem no seio da própria comunidade surda, a partir das relações de surdos com ouvintes que integram seus grupos familiares, sociais, religiosos e, de modo geral, suas relações afetivas (MASUTTI; SANTOS, 2008). A aproximação destes ouvintes com a comunidade surda, lhes proporcionam o testemunho das suas dificuldades, preconceitos sofridos e os impedimentos impostos pela barreira comunicativa. O que conseqüentemente gera nesses ouvintes envolvimento com suas causas. É nesse cenário que me insiro e que me identifico com os demais tradutores/intérpretes de Língua de Sinais (TILS).

Em 1989, após cursar uma oficina de mímica¹ (forma como a língua de sinais era compreendida a época), iniciei minha interação com a comunidade surda que se reunia aos sábados na Associação de Surdos do Ceará – ASCE, localizada na rua Dom Lino, no bairro da Parquelândia, em uma sede provisória. Nesta, os surdos se encontravam para poder falar a língua de sinais sem sofrer repreensão ou imposição dos falantes da língua majoritária (língua portuguesa, no caso), comumente existente em outros espaços de predomínio ouvinte.

A partir do ano supracitado, tornei-me assídua frequentadora da ASCE. Jovem com apenas dezesseis anos de idade me encantei pela língua dos surdos e sua cultura. Na Associação, em contato com os nativos da língua de sinais, consolidei e aumentei o meu vocabulário e em pouco tempo de convivência iniciei, de forma incipiente e empírica, o trabalho de

¹ No ano de 1989, a língua de sinais, no Brasil, ainda não tinha sido reconhecida enquanto língua, assim era compreendida como uma forma mimética de comunicação, embora nesse período já houvesse, nos Estados Unidos, estudos datados de 1964 realizados pelo linguista William Stokoe, que apontavam o status linguístico da Língua de Sinais.

tradução/interpretação envolvendo as línguas de sinais e o Português. Isto porque as necessidades comunicativas dos surdos eram muitas e poucos eram os ouvintes que dominavam a Língua de Sinais. Por isso, os que a aprendiam realizavam atividades próprias de tradutores/intérpretes sem sê-lo de fato, geralmente tais atividades eram realizadas em caráter voluntário.

Minhas atividades de interpretação se deram nos âmbitos familiares, da saúde, da educação e do direito. Por um determinado tempo, também ensinei a língua de sinais em diversos locais, em especial nas igrejas evangélicas. Em 1989, por ocasião da ministração de um desses cursos, conheci Ernando Pinheiro, em dado momento o apresentei a ASCE e durante algum tempo a frequentamos juntos. A nós se juntaram outros “amigos de surdos” (à época não havia um termo que designasse o profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, por essa razão éramos identificados apenas como amigos dos surdos), que como eu não tinha nenhum parentesco com surdos, mas uma empatia inexplicável para com eles.

Então formamos um grupo composto por aproximadamente cinco pessoas e por meios próprios buscamos informação e formação na área da tradução e interpretação para continuar nossa atuação interpretativa, de forma mais adequada. Essa era a realidade embrionária dos TILS Cearenses. Ernando Pinheiro Chaves, em 1999, se tornou diretor administrativo da ASCE e em 2002, quando a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - Feneis instalou um escritório no Ceará, ele se tornou também seu diretor administrativo, ao lado do diretor surdo Willer Cisne, nesse ínterim passei a integrar o conselho de ética da referida Federação.

Anterior a esse fato, ainda na década de 1980, na sede da Feneis, no Rio de Janeiro, havia uma preocupação com a qualificação dos tradutores/intérpretes e também com a formação de novos TILS, visto que os existentes eram poucos para atender tão grande demanda e não haviam passado por cursos de formação. Por essa razão, a Feneis criou um departamento (Departamento Nacional de Intérpretes) destinado à formação de intérpretes. Para esse departamento foi elaborado um Regimento Interno que dentre outras coisas tratava da adoção de um código de ética que visava à orientação quanto à conduta e ética dos TILS na realização de suas atividades.

Porém, tal código apresentava uma abordagem sobre o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais a partir das expectativas dos surdos em relação ao atendimento de suas necessidades. Como é possível constatar em seu Artigo 6º, quando determina que o TILS deve se dispor a prestar serviços de interpretação em caráter voluntário: “O intérprete deve ser

remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis”. E em seu Artigo 7º, a Feneis chega a deliberar sobre a sua remuneração: “Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela Feneis”.

Além disso, o fato de que não foi elaborado pelo próprio segmento TILS o diferenciava da maioria dos códigos de ética das demais categorias profissionais. Pois esses têm o seu código de ética elaborado pela própria categoria a quem se destina, não pelos usuários de seus serviços.

O referido código fazia exigências que iam desde questões legitimamente profissionais a questões morais de cunho pessoal, idealizando o TILS como um ser sem marcas subjetivas, completamente neutro no exercício de sua função.

É o que se percebe no Artigo 1º do referido código:

CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

É importante dizer que esse código de ética, embora não fosse o ideal, representou um grande passo na carreira profissional do TILS. Pois não havendo na época cursos de formação, por meio do código foi dado, de certo modo, um norte ao exercício de sua função. Também o departamento criado pela Feneis se constituiu em um espaço onde o TILS poderia se encontrar com seus colegas de profissão para discutir assuntos pertinentes a sua ação, gerando assim um sentimento de coletividade.

Mas, apesar disso, ainda por muito tempo ficamos na invisibilidade social. Mesmo desempenhando nossas atividades de forma efetiva na promoção da inclusão social dos surdos em diversos âmbitos, éramos identificados apenas como religiosos (realizamos ações de evangelização de surdos), parentes e/ou amigos de surdos (MASUTTI; SANTOS, 2008). Essa condição perdurou por muito tempo, pois quando se trata de serviços prestados às pessoas, consideradas pela maioria deficientes, a sociedade parece encarar como altruísmo, impedindo ou retardando o processo de reconhecimento de tal serviço como uma atividade profissional. Também porque, no período de 1980, o assunto não era debatido socialmente e a falta de uma legislação que deliberasse especificamente sobre a acessibilidade e inclusão da pessoa surda cooperou para o retardo da oficialização dessa profissão.

No Brasil, o processo político de inclusão à pessoa surda começou a mudar a partir das ações afirmativas iniciadas na década de 1990, impulsionado pelas orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, com a Declaração de Salamanca entre outros. Embora de forma indireta, o TILS passou a ser mencionado nas leis que tratam da acessibilidade das pessoas surdas, iniciando assim um processo de visibilidade legal do TILS, o que aos poucos foi provocando nossa emergência profissional e social.

Em 2002, com o reconhecimento e oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, por meio da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) e posteriormente seu regulamento pelo Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), houve a concretização dos anseios da comunidade surda brasileira. Pois o referido Decreto trouxe disposições sobre o uso e difusão da Libras nas instituições educacionais públicas e privadas, e dentre outras determinações, dispôs sobre a formação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais.

Nesse período o cenário em relação à educação e inclusão social de surdos se afigurava favorável, pois algumas ações em atendimento a Lei 10.436/2002 se deram início. Assim, em 2004, houve em Fortaleza o primeiro curso de nível técnico para formação de tradutores/intérpretes da Libras. O curso foi promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e abarcou muitos da capital e do interior do Ceará que prestavam serviços de tradução/interpretação à comunidade surda sem formação específica para esse fim. Este foi o primeiro curso profissionalizante que obtivemos, e se deu nos fins de semana (sábado e domingo) e ainda alguns feriados, pois precisávamos cumprir a carga-horária proposta e não dispúnhamos de tempo durante os dias úteis da semana.

Os demais cursos técnicos ofertados posteriormente se deram também em fins de semana, tomando o tempo que deveria ser destinado ao descanso e lazer, já que a rotina de trabalho dos TILS, geralmente, compreendia quarentas horas semanais. Esse fato revela o quanto foi sacrificante a busca pessoal dos TILS pela qualificação e a omissão do Estado na oferta de programas de formação mais humanizados para esses profissionais. Após o primeiro curso de formação, por considerar o tempo de atuação e os conhecimentos empíricos adquiridos ao longo do exercício da atividade tradutória, muitos dos que se certificaram na primeira turma integraram o corpo docente dos demais cursos de formação para novos TILS.

Seguindo ainda as determinações da Lei 10.436 e seu Decreto, em 2006, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou os Exames Nacionais de Proficiência em Tradução/Interpretação e ensino da Libras – PROLIBRAS. Esses exames, em caráter de

urgência, certificaram os profissionais da Libras que atuavam na área do ensino e da tradução/interpretação, visando seu reconhecimento e inserção no mercado de trabalho em curto prazo (QUADROS *et al.*, 2009a).

Neste mesmo ano, especificamente em agosto de 2006, fundamos a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais do Ceará – APILCE, sob a presidência de Ernando Pinheiro. Esta congregou os intérpretes da capital, região metropolitana e interior do Estado. Integrei a sua diretoria como membro do conselho de ética e do conselho de classificação linguística em seu primeiro triênio de fundação.

A APILCE, ao se consolidar, assumiu como um dos seus objetivos a formação dos TILS, tendo, entre os seus sócios e membros de sua diretoria, os que integraram o corpo docente de seus cursos. Tal ação trouxe para o segmento TILS a oportunidade de estruturar os currículos dos cursos de formação de acordo com seus anseios e necessidades formacionais. Porém, reconhecendo a importância da Feneis no processo histórico de formação dos TILS e visando manter uma boa relação, a APILCE estabeleceu parceria com a mesma mantendo professores surdos em seu quadro docente e lhe ofertando serviços de tradução e interpretação em caráter voluntário.

Avançando em suas ações, no ano de 2007, a APILCE estabeleceu convênio com o Governo Municipal de Fortaleza, na ocasião em função da oferta de serviços de tradução/interpretação à Comissão Técnica de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência (Compedef).

Nessa época, me encontrava acumulando as atividades de professora efetiva da Rede Municipal de Fortaleza no período da manhã, à tarde interpretava as reuniões realizadas na Compedef, cuja a composição havia duas pessoas surdas. Nesta, as interpretações não se limitavam às suas reuniões internas, mas se estendiam também a todos os eventos da que fossem abertos ao público e/ou reuniões técnicas que envolvessem setores da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF que fosse necessária a participação de membros da Compedef. Já no período da noite trabalhava como intérprete da Libras no Centro de Jovens e Adultos (CEJA) Gilmar Maia de Sousa.

A Compedef foi coordenada por Nadja Pinho (cadeirante) e formada exclusivamente por pessoas com deficiência (física, intelectual, visual e auditiva), sendo:

[...] duas pessoas surdas (Kátia Lucy Pinheiro e Vanessa Vidal), três pessoas cegas (Antonio Irineu Maia, Benedito Viana e José Ailton Falcão), uma pessoa com paralisia cerebral (Davi Sousa), uma pessoa com síndrome de Down (Mariana Cavalcante) e cinco pessoas com deficiência física (Clemilda Santos, Daniel Cordeiro, Marcius Montenegro, Xico Theóphilo e eu). (PINHO, 2010, p.28-29)

A APILCE prestou serviços a PMF atendendo a Coopedef, até o fim do segundo mandato do governo da Prefeita Luiziane Lins, em 2012.

É notório no seio da comunidade surda que APILCE teve/tem grande importância na luta pelos direitos dos TILS no Ceará e na promoção da acessibilidade aos surdos. Um exemplo dessas lutas e conquistas foi o projeto apresentado junto à presidência da Assembleia Legislativa do Ceará – Alec, em 2008, na época presidida pelo deputado Estadual Domingos Gomes de Aguiar Filho (PMDB). O projeto consistia na inserção da janela da Libras na TV Assembleia (Programa que transmite as sessões diárias da Assembleia Legislativa do Ceará), tendo sido aprovado e mantido até o presente ano, 2017, sob a responsabilidade da APILCE, quanto à seleção e manutenção do intérprete que ocupa a sua Janela de Libras.

Acrescentou-se aos adventos mencionados o curso de licenciatura em Letras – Libras, na modalidade à distância implementado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em parceria com outras nove universidades federais que se constituíram em polos no ano de 2006. Dentre estas, a Universidade Federal do Ceará – UFC². Em 2008, novamente a USFC promoveu novo vestibular para o curso de Letras-Libras, abrindo inscrições para licenciatura e também bacharelado em tradução e interpretação Português/Libras/Português (QUADROS, CERNY E PEREIRA, 2008). Neste último, juntamente comigo ingressaram trinta tradutores/intérpretes da Língua de Sinais que atuavam no Ceará. Vale ressaltar que o primeiro vestibular foi destinado prioritariamente às pessoas surdas, pois se configurava como um fato histórico e político afirmativo em relação à comunidade surda.

Faz-se importante esclarecer também, que a Universidade Federal do Ceará antes da parceria citada há pouco, vinha trabalhando no desenvolvimento de projetos que objetivava a inclusão educacional e a acessibilidade da pessoa com deficiência em suas dependências. No ano de 2005, iniciou um projeto chamado de UFC Inclui, este foi resultante de um programa chamado de “Programa Incluir” do Ministério de Educação e Cultura (MEC/SESU). Segundo Leitão e Viana (2014, p. 24), o projeto teve “[...] como objetivo central a estruturação de um setor que garantisse as ações de inclusão de alunos no ensino superior”. Explicitam as autoras que esses alunos seriam aqueles que apresentassem alguma condição de deficiência.

Dando sequência e corpo as ações do UFC Inclui, em 2007, sob a coordenação da Professora Dra. Vanda Magalhães Leitão, foi formada uma equipe para tratar das questões de acessibilidade, composta por professores, funcionários do setor técnico-administrativo e de

² Atualmente (agosto de 2016) a Universidade Federal do Ceará-UFC, conta com dez professores surdos e dez intérpretes da LIBRAS concursados.

alunos com deficiência (LEITÃO; VIANA, 2014). Tal equipe realizou várias ações, como compartilhamento de experiências por meio de palestras e estudos que possibilitaram identificar na UFC as condições de acessibilidade das pessoas usuárias de seus serviços que apresentavam algum tipo de comprometimento.

Como resultado desse trabalho surgiu um documento que propunha a criação de um setor administrativo de caráter permanente que fosse capaz de gerir as questões políticas e práticas de acessibilidade na Universidade Federal do Ceará. Tal documento se materializou quando em agosto de 2010 foi criada a Secretaria de Acessibilidade – UFC Inlui por meio de portaria e implantada em outubro desse mesmo ano (LEITÃO; VIANA, 2014).

Ainda em 2010, a UFC recebeu a primeira aluna surda (Katia Lucy membro da Compedef) no curso de Mestrado em Educação Brasileira do Ceará, o que também permitiu o meu ingresso enquanto intérprete educacional na referida universidade, para promoção da acessibilidade comunicativa e educacional da referida aluna. A princípio, meu ingresso se deu em caráter voluntário pelo fato de não haver a figura do intérprete no quadro funcional da UFC nem políticas internas que possibilitassem a contratação desse tipo de profissional, assim, permaneci aproximadamente por seis meses nessa condição. Tempo em que a universidade buscou solucionar de forma administrativa essa situação para então efetuar pelos trâmites legais minha contratação. Desse modo, fui a primeira intérprete de Libras contratada pela UFC.

Em 2012, encerrei minhas atividades junto a pós-graduação em função da conclusão de curso de Mestrado do qual era intérprete. Logo em seguida, a Secretaria de Acessibilidade iniciou um projeto piloto de acessibilidade comunicativa junto ao programa de televisão da UFC – UFCTV.

Segundo o sítio da UFC:

O Programa UFCTV é uma revista eletrônica com meia hora de duração, veiculado pela TV Ceará (canal 5), às terças-feiras, às 18:30h, com reprise aos domingos, às 12h30min. O Programa apresenta a produção da Universidade, informando onde e como ela está presente no cotidiano das pessoas. O UFCTV também traz um resumo dos principais acontecimentos na Universidade e uma agenda cultural voltada para atividades gratuitas ou a preços populares (Disponível em: <<http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/956-conheca-o-programa-ufctv>> Acesso em: 20 jul. 2016).

O referido projeto teve duração de seis meses e tinha como objetivo implantar a Janela de Libras no programa citado. Atuei então no Projeto no horário que compreendia do meio dia as quatorze horas, horário de almoço, pois esse era o único espaço em que o estúdio televisivo do Departamento de Comunicação da UFC poderia disponibilizar para efetivação do Projeto. Este tratava-se de um piloto que objetivava estudar e apreender o processo necessário

para implantação permanente da Janela de Libras no referido programa. Atualmente, o projeto se apresenta consolidado e a Janela de Libras do UFCTV é ocupada pelos TILS, que hoje integram o quadro efetivo da Universidade Federal do Ceará, a saber, em número de dez profissionais, segundo afirmou Grazielle Gomes (Intérprete de Libras da UFC).

Faz-se importante também informar que a UFC entre os anos de 2012 até o ano 2015, além dos concursos para TILS, realizou concursos que permitiu a efetivação de doze professores de Libras, sendo dois destes ouvintes e os demais, surdos.

Retomando ainda 2010, ano em que houve muitos eventos que marcaram a comunidade surda do Ceará, a APILCE iniciou negociação com a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF objetivando criar a primeira Central de Intérpretes e Instrutores da LIBRAS – CEMIIL, da Região Nordeste. Mas somente em 03 de janeiro de 2011 se deu início aos trabalhos efetivos da referida Central.

A CEMIIL foi abrigada na Coordenadoria de Pessoas com Deficiência (Coopedef) que, segundo Pinho (2010), originalmente foi formado a partir de uma Comissão Técnica de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência (Compedef). Segundo Jocélia Carlos, secretária da APILCE desde 2007 até o presente ano, a CEMIIL compunha um segmento da Secretaria de Direitos Humanos – SDH da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), situada em um prédio no interior do Parque da Liberdade (Conhecido como Parque das Crianças) no centro da cidade. A Central era composta por uma coordenadora, seis TILS e dois instrutores surdos de Libras que ficavam à disposição da prefeitura para interpretações de eventos e ministração de cursos de Libras, respectivamente. Os cursos eram destinados aos funcionários públicos municipais que trabalhavam em instituições de atendimento ao público objetivando dar acessibilidade às pessoas surdas que buscassem seus respectivos serviços.

A APILCE também auxiliou na implementação de outras associações de TILS na Região Nordeste e fora dela, por exemplo, as Associações de Intérpretes do Maranhão e (APILMA) e do Rio de Janeiro (APILRJ). Ernando Pinheiro esteve em sua presidência por dois mandatos de 2006 a 2011, durante esse tempo também permaneci na diretoria. Em 2011, em decorrência de nova eleição, Andrea Michiles assumiu a presidência e eu a vice-presidência. Logo após a posse, Andrea precisou se afastar por motivos de estudos, então assumi interinamente, permanecendo até o ano de 2013 quando fui aprovada em concurso público para assumir o cargo de professora da Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus de Juazeiro do Norte. Ainda no mesmo período (2011 a 2015), Ernando Pinheiro assumiu a presidência da Federação Brasileira das Associações dos

Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils e me convidou para compor sua diretoria como Diretora Regional da Região Nordeste.

A Febrapils é uma federação que trata dos interesses das associações de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais de modo geral, foi fundada em 22 de agosto de 2008, sob a presidência de Ricardo Sander, sua diretoria era composta por TILS de várias partes do Brasil. A criação desta Federação representou um marco na história dos profissionais que atuavam/atuam na tradução e interpretação da Língua de Sinais no Brasil, pois significava a representação legítima dos anseios da categoria.

[...]em Brasília, na Câmara dos Deputados, no centro do fervo político. O Estatuto da FEBRAPILS foi homologado, votado e assinado por sete Associações de TILS e GI presentes (com seus respectivos CNPJ legais), bem como a primeira diretoria eleita e empossada. (ASTILP, 2018³)

No ano de 2014, ainda na gestão de Ernando Pinheiro, a Federação conclui o seu próprio código de ética, pois o havia iniciado ainda sob a presidência de Ricardo Sander. Neste, além de considerar as questões apontadas pelos surdos, priorizou-se as questões que são próprias do segmento profissional TILS, dando um caráter mais específico ao Código.

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA
PRIMEIRA ALTERAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2014.

Preâmbulo

I. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) busca alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.

II. Os princípios norteadores deste Código de Conduta e Ética (CCE) devem ser observados de maneira holística e como guia para a prática profissional em âmbito nacional.

Neste também há menção aos Guias-Intérpretes de Língua de Sinais, figura que não aparecia no código de ética adotado pela Feneis.

Em meio a todas essas atividades, me encontrava em período de adaptação ao novo emprego, como havia mencionado anteriormente por razão da aprovação em concurso mudei de Fortaleza para Juazeiro do Norte. Nesta, estabeleci contato com a comunidade surda local. Na ocasião tomei conhecimento de que havia intérpretes de Libras inseridos em algumas escolas da Rede Municipal da referida cidade. Em encontros informais com alguns desses profissionais,

³ Sítio da Associação dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais do Pará. Disponível em: <<http://astilp.blogspot.com.br/2008/09/fundao-da-febrapils.html>> Acesso em: 26 jul. 2016.

pude perceber que eles tinham dificuldades em definir seu papel no âmbito escolar e pareciam pouco fluentes em Libras e tinham uma relação que denota autoridade sobre o aluno surdo.

Esses foram aspectos que me chamaram bastante a atenção, pois como participante das reuniões que serviram para compor o Código de Ética formulado pela Febrapils sabia que no seu conteúdo contém considerações sobre tais questões. Em relação ao emprego de autoridade sobre o surdo, o referido código orienta em seu Capítulo II, Parágrafo Único: Não é permitido assediar ou coagir Solicitantes e Beneficiários. E mais adiante no Artigo 14, inciso I do Capítulo III, estabelece ser vedado ao Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – TILS: “Dar conselhos ou opiniões pessoais, exceto quando requerido e com anuência do Solicitante ou Beneficiário”. Deixando, assim, implícito que o tratamento do TILS para com o beneficiário ou solicitante de seus serviços é de respeito.

Após um ano de permanência em Juazeiro do Norte, em 2015, por ocasião da aprovação no curso de pós-graduação, Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE da Universidade Estadual do Ceará – UECE, situado na cidade em Limoeiro do Norte, voltei a habitar em Fortaleza. Por razões, dentre as quais estão a locomoção e proximidade entre o local de minha residência e o de meus estudos, transferi minha pesquisa para Limoeiro do Norte. Porém, não reside neste fato a justificativa maior para tal transferência, mas pelo fato de constatar que em Limoeiro do Norte há também intérpretes de língua de sinais atuando em escolas de Ensino Fundamental e que questões relacionadas à contratação, formação, função e papel poderiam ser averiguadas mantendo as características de atuação no interior do Estado do Ceará.

A importância da averiguação das questões supracitadas se situa no fato de que a presença do intérprete contribui para o avanço dos surdos em termos educacionais e sociais. Pois como bem aponta a legislação a presença desse profissional, em sala de aula mista (salas compostas por surdos e ouvintes), cuja língua oral é a língua de instrução, é imprescindível. Isto porque é ele quem torna possível o acesso ao conteúdo escolar e à comunicação entre os atores que integram a sala de aula. É necessário salientar que enquanto a acessibilidade vai se tornando uma realidade e os espaços educacionais vão recebendo pessoas surdas, os Intérpretes Educacionais – IE ganham visibilidade.

O acompanhamento de um aluno surdo por um Intérprete Educacional exige deste mais que apenas traduções e interpretações de aulas presenciais. Há envolvidos questões linguísticas e éticas que estão relacionadas ao aluno surdo que não é do conhecimento do professor e demais atores da escola. Mas apesar de sua presença nas escolas já se constituir uma

realidade há ainda necessidade de esclarecer à sociedade quanto aos aspectos relacionados à atuação dos Intérpretes Educacionais no Ensino Fundamental. Para tanto, trago como objeto de investigação os Intérpretes Educacionais das escolas da cidade de Limoeiro do Norte, uma cidade do interior do Estado do Ceará. A pesquisa intenciona, ainda, colaborar com outros pesquisadores que desejam abordar a mesma temática ofertando uma nova referência bibliográfica, compreendendo que ainda são poucos os trabalhos disponíveis nesta área do conhecimento cujo *locus* de investigação é o interior do Estado do Ceará.

Levando em consideração as questões acima referidas é que se estabeleceu à presente pesquisa o seguinte objetivo: caracterizar a atuação do Intérprete Educacional nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte, entendendo que esta caracterização pode se constituir em uma amostra quanto a atuação dos TILS que se encontram nas escolas do interior do Estado do Ceará. Para tanto, se fez necessário responder algumas indagações que se constituíram a partir dos seguintes objetivos específicos: verificar como se dá/deu a formação dos Intérpretes Educacionais que atuam nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte quanto à formação; conhecer o processo de contratação do Intérprete Educacional junto à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte; e delinear sua função e papel dentro da sala de aula de Ensino Fundamental. As indagações, há pouco mencionadas que serviram de norteamento, foram: qual a sua formação? Como se dá a sua contratação? Quais as funções atribuídas a ele? E qual o seu papel no âmbito escolar?

Na busca para responder essas indagações, foram coletados dados junto a três Intérpretes Educacionais que se constituíram em sujeitos desta investigação e por considerar de grande importância para esclarecimentos quanto a contratação dos Intérpretes Educacionais, bem como a compreensão de sua função junto aos órgãos educacionais competentes, à coleta de dados foi realizada também junto a Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi considerado que se apresenta como adequado ao meu estudo uma pesquisa qualitativa apresentando um caráter exploratório do tipo bibliográfico e investigativa (Estudo de Caso). Segundo Mattar (1996, p. 18), o tipo bibliográfico “proporciona ao pesquisador um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”. Afirma ainda o autor referido que esse tipo de pesquisa é apropriado para os primeiros estágios da investigação quanto à familiaridade, uma vez que o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador não é suficiente. O estudo também se configura como investigativo, pois se propõe a investigar quais as atividades práticas do IE no Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.271 *apud* RICHARDSON, 1999), a pesquisa qualitativa: “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.” Esta se deu em dois momentos que corresponderam a pesquisa bibliográfica e a empírica. Para efetivação do primeiro foram utilizados livros, artigos científicos, documentos oficiais, sítios eletrônicos e o segundo foi realizado por meio de visitas aos Intérpretes Educacionais que atuam no Ensino Fundamental e a Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte. Por considerar que o objetivo desta investigação podia ser explorado mais amplamente, os dados foram coletados por meio de questionário e entrevista semiestruturada. De acordo com Marconi e Lakatos (2011 p. 278), esses instrumentais são de suma importância quando se tem o interesse de conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. Durante registro da entrevista foi utilizado gravador de voz e tablet com função fotográfica. Após a coleta dos dados, seguiu-se a análise por meio do estabelecimento da triangulação, isto é, a discursão entre autor, dados encontrados e aporte teórico, a fim de alcançar os objetivos traçados e chegar às conclusões finais.

Quanto à estrutura, o trabalho foi organizado em cinco capítulos, sendo: Introdução apresentando, dentre outros, meu envolvimento com o objeto de estudo por meio da minha trajetória profissional e acadêmica; o segundo intitulado por **TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO NO BRASIL UM BREVE PANORAMA**. Sua organização se deu em quatro seções: 2.1 TRADUTOR/INTÉRPRETE: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS; 2.2 INTÉRPRETE DE LIBRAS DE FATO, MAS NÃO DE DIREITO; 2.3 INTÉRPRETE DE LIBRAS: SAINDO DA INFORMALIDADE RUMO A UMA IDENTIDADE; e 2.4 O TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO.

O terceiro, **PERCURSO METODOLÓGICO**, também organizado em quatro seções: 3.1 CONTEXTO DA PESQUISA; 3.2 OS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO DO NORTE: PERFIL DOS SUJEITOS; 3.3 NATUREZA DA PESQUISA E SEUS DELINEAMENTOS; 3.4 PROCEDIMENTOS: INSTRUMENTOS DE COLETA E SUA APLICAÇÃO. O quarto capítulo intitulado por **ANÁLISE DOS DADOS** foi composto por quatro seções correspondentes às categorias de análises emergidas do processo de investigação, a saber: 4.1 FORMAÇÃO; 4.2 CONTRATAÇÃO e 4.3 FUNÇÃO e 4.4 PAPEL, o quinto e último capítulo compreendendo as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.

Para constituir o aporte teórico deste trabalho e as discussões referentes à análise dos dados coletados foram utilizados os pressupostos teóricos de Ferreira (1993), Jakobson (1995), Quadros (2002), Pagura (2003), Ramos (2004), Brasil (2005), Santos (2008), Machado (2008), Leitão (2008), Lacerda (2009), Adriano (2010), Brasil (2010), Gesser (2011), Aquino (2015), entre outros.

Ressalto que a decisão pelo objeto da presente investigação foi motivada pela minha participação na comunidade surda exercendo a função de Tradutora/Intérprete da Língua de Sinais, professora da Libras e militante das causas da comunidade surda⁴. Considerando, também que essa temática ainda é pouco evidenciada na área acadêmica e pouco difundida nos diversos segmentos sociais e que o presente trabalho pode se apresentar como uma contribuição neste sentido.

⁴ Segundo Strobel (2008), a comunidade surda é composta não só por surdos, mas por seus parentes, professores de surdos, simpatizantes de suas causas e intérpretes de Língua de Sinais.

2 TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO NO BRASIL: BREVE PANORAMA

Este capítulo tem como objetivo ofertar ao leitor uma visão panorâmica da função do tradutor e do intérprete, bem como, apresentar a etimologia e o significado dos termos inerentes a sua profissão, a saber: tradução e interpretação. Essa visão contemplará também as questões históricas que marcam o contexto de surgimento do TILS no Brasil e no mundo, bem como suas funções. Busco também traçar o caminho percorrido pelos TILS brasileiros, rumo à sua formação e reconhecimento legal da profissão.

2. 1 TRADUTOR/INTÉRPRETE: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Na obra intitulada de “O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa”, para familiarizar o leitor com os termos pertencentes à temática abordada, Quadros (2002) decidiu iniciá-la com um pequeno dicionário. Este traz várias terminologias e as respectivas significações, usadas por profissionais que atuam na área da tradução/interpretação envolvendo as línguas de sinais.

Segundo definição da referida autora, o intérprete de língua de sinais é aquele que interpreta de uma língua de sinais (língua de partida) para outra língua (língua de chegada), seja essa oral ou sinalizada. Em acordo com Quadros (2002), Silva, Kauchakje e Gesueli (org.) (2003) definem o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais como uma pessoa bilíngue que domina a língua oral e a Língua de Sinais, e que faz a mediação entre uma e outra língua. Já Ferreira (1993) o define de forma metafórica afirmando que este é um negociante que se coloca entre o produtor e o consumidor.

Sendo surdo profissional da área da tradução e interpretação, Segala (2010) compreende que surdos e ouvintes não têm diferenças apenas linguísticas, mas também culturais, por isso complementa as demais definições acrescentando que o Tradutor/Intérprete é aquele que além de trabalhar com línguas também realiza transposições culturais. Os autores citados demonstram em suas definições que a função do Tradutor/Intérprete é uma função dos âmbitos linguístico e cultural.

Já a legislação brasileira, que trata do assunto, não apresenta a mesma clareza, como, por exemplo, no já mencionado Decreto 5.626/05, não há uma definição explícita que possa situar o TILS nos âmbitos mencionados (BRASIL, 2005). Em seus Capítulos IV, V e VI há abordagens sobre sua função e espaço de formação, porém, nestes Capítulos, sua atuação está delimitada ao espaço educacional dos surdos.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14

- I - promover cursos de formação de professores para:
 - a) o ensino e uso da Libras;
 - b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
 - c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- III - prover as escolas com:
 - a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
 - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

É importante lembrar que o foco do Decreto supracitado é a inclusão da Libras nos espaços educacionais com vistas a escolarização dos surdos por meio de sua primeira língua, assim o TILS é mencionado de forma secundária. Mas há uma lei específica que trata da oficialização profissional do TILS, porém esta é muito recente, trata-se da Lei 12.319/10. Esta apresenta o TILS de forma mais abrangente em relação ao seu campo de atuação e traz como foco os processos linguísticos imbricados em sua função:

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010)..

Observa-se também nesta que a definição de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais é contemplada implicitamente por meio da descrição de suas competências e das modalidades interpretativas como visto no Art. 2 do *caput* citado. E de forma complementar ao Decreto 5.626/05 abrange outros espaços de atuação que não só o educacional:

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

Não há ainda um decreto de regulamento desta Lei, o que pode trazer algumas dificuldades de compreensão e aceitação por parte da sociedade, quanto a forma de contratação, espaços de atuação e outras especificidades concernentes às questões profissionais do TILS. Outro aspecto que merece destaque na Lei 12.319/10 é a sua discordância com o Art. 17 do Decreto 5.626/05, que admite a formação do TILS em nível superior, enquanto a Lei 12.319/10 sofreu um veto em seu Art. 3º que corroborava com essa determinação.

Art. 3º (VETADO)

Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa:

I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;

II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei. (BRASIL, 2010)

Tal veto revela que as autoridades políticas brasileiras parecem desconsiderar que o TILS pode atuar em diversos níveis acadêmicos e âmbitos sociais, e que o exercício de sua profissão exige além de muito esforço cognitivo, conhecimento acerca dos conteúdos a serem traduzidos/interpretados que não são contemplados pelo Ensino Básico.

De modo geral, para que esses processos cognitivos ocorram de forma satisfatória, é necessário que o profissional possa fazer uma organização das informações e tenha competência nas línguas fonte e alvo. Além disso, deve ainda ter conhecimento das culturas dos sujeitos do discurso, preparo do ambiente a fim de evitar interferência externa e preparo emocional para evitar envolvimento pessoal com a mensagem traduzida/interpretada. Sobre esta questão, Quadros (2002, p. 25) chama a atenção afirmando que o TILS deve manter distância profissional dos conteúdos traduzidos.

Ao mesmo tempo em que realiza as atividades referidas, o TILS deve ainda focar no sentido enquanto executa a transmissão da mensagem mantendo a transposição de códigos entre as línguas associando a isto o seu conhecimento de mundo (GESSER, 2011, p. 26). Ainda sobre a questão dos processos cognitivos realizados durante a tradução/interpretação, Quadros (2002) apresenta quatro modelos processuais identificados no ato tradutório e as atividades cognitivas neles contidos.

QUADRO 1- Modelos processuais de interpretação

Modelos processuais de interpretação	Descrição
Sociolinguístico	Tem foco na recepção da mensagem. Realiza um processamento preliminar do discurso a ser traduzido na língua-alvo. Enquanto traduz, busca reter as sentenças na memória de curto prazo. Estabelece reconhecimento da intenção semântica para que não se traduza palavras, mas sentidos. Busca também uma determinação da equivalência semântica entre a língua-alvo e fonte. Realiza formulação sintática da mensagem e finalmente a produção da mensagem na língua-alvo.
Bilíngue e Bicultural:	Dá ênfase ao significado das palavras. Busca respeitar os aspectos culturais e de contexto dos eventos narrados. Também se preocupa com o tempo em que se estabelece a tradução/interpretação. Leva em conta a reação da plateia compreendendo que isto é um importante feedback.
Interativo	Tem a mensagem a ser interpretada como principal alvo da preocupação. Há uma ênfase em fatores externos à interpretação como: feedback da audiência, o posicionamento espacial do intérprete e demais fatores físicos do ambiente. Quanto às decisões de cunho cognitivo são em níveis sintático e semântico.
Cognitivo	Neste a maior atenção está voltada ao entendimento da mensagem na língua fonte, na capacidade de internalizar o significado na língua fonte e buscar uma convergência de termos na língua alvo. Busca ainda expressar a mensagem na língua alvo sem comprometer a mensagem que chega na língua fonte.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados encontrados na Apostila da disciplina de Tradução e interpretação Libras II do Curso de Educação a Distância do Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, por GESSER (2011).

Vale ressaltar que essas atividades são realizadas de forma simultânea concorrendo entre si, o que pode causar baixo desempenho de uma em função da elevação de desempenho de outra, e ainda provocar uma exaustão cognitiva ao tradutor/intérprete, seja ele de línguas orais ou de sinais (GESSER, 2011).

Além do esforço cognitivo realizado durante interpretações e da gama de conhecimentos que o TILS deve reter, como se vê nos modelos processuais expostos, o seu trabalho não se limita apenas ao trabalho com textos orais, mas também escritos. Por isso, também precisa dominar a escrita em seus diversos níveis. Por isso na busca de se subsidiar, para o bom exercício de sua função, a formação em nível superior em sua área de atuação deveria se constituir em uma meta para o TILS e em uma exigência funcional. Assim quando a Lei 12.319/10 determina que estes possam exercer sua profissão apenas tendo o nível médio, parece desconsiderar que TILS atuam também no ensino superior, inclusive em programas de pós-graduação.

Segundo a Lei 12.319/10, em seu Art. 4º

[...] A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária;

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2010)

Atentando à citação, percebemos a menção de duas atividades realizada pelo TILS, a interpretação e a tradução. Apesar de sua proximidade semântica esses termos definem e distinguem tanto as atividades quanto os profissionais que a executam (LACERDA, 2008). Para aclarar e delimitar os campos de atuação, Quadros (2002) diferencia o tradutor do intérprete afirmando que o tradutor é a pessoa que traduz de uma língua para outra, assim como faz o intérprete, porém o processo de tradução implica, pelo menos em que uma das línguas esteja na modalidade escrita. Mas em outro momento quando se refere às línguas de sinais, Quadros faz a integração dos dois termos (intérprete e tradutor), afirmando que o tradutor-intérprete de língua de sinais é aquele que traduz e interpreta da língua de sinais para a língua oral nas modalidades escrita e/ou oral/sinalizada.

Lacerda (2009) acrescenta que traduzir está relacionado à atividade de versar de uma língua para outra, trabalhando com textos escritos, e o interpretar relaciona-se ao trabalho de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais simultaneamente. A autora diferencia ainda uma atividade da outra ressaltando que para se efetuar uma tradução, o tradutor pode ler a obra, refletir sobre as escolhas lexicais, analisar a sua semântica e consultar outras fontes para alcançar os sentidos mais adequados ao seu trabalho. Diferentemente, o intérprete atua com a simultaneidade, sem tempo para reflexões, tomando decisões rápidas sobre como

versar de um sentido para o outro e sem poder consultar outras fontes. Concordando com Lacerda (2009), Quadros (2002) afirma que o intérprete interpreta o sentido do que se diz, capturando a intenção do locutor. Por questões relacionadas ao tempo, enquanto o tradutor pode revisar o seu texto de chegada com tranquilidade, pois tem à sua disposição o texto de partida, o intérprete não tem como rever sua produção. Pagura (2003, p. 227) afirma o seguinte: “Enquanto nas organizações internacionais, espera-se que os tradutores de tempo integral traduzam cerca de 50 linhas a cada duas horas. Já um discurso cujo texto transcrito tenha as mesmas 50 linhas será interpretado em oito minutos.”

Lacerda (2009) esclarece que o termo “tradutor/intérprete” é encontrado em documentos da década de 1970 no Brasil e que, por isso, ainda é utilizado por muitos, mas que é importante diferenciar a atuação e função de um e outro.

Como mencionado anteriormente, Santos (2008) afirma que as traduções/interpretações em língua de sinais (LS) no Brasil surgiram na década de 1980. Essas eram feitas por familiares de surdos e/ou religiosos que não tinham formação profissional para o exercício dessa função. A maioria desses intérpretes tinha apenas conhecimento empírico da tradução/interpretação, mas não tinham nenhuma formação ou embasamento teórico para o exercício dessa função. Esse aspecto refletia/reflete em seu *status* profissional.

Durante muito tempo a ação do Tradutor/Intérprete de Libras foi vista pela sociedade sob um aspecto assistencialista, já que era realizado por religiosos ou pessoas que geralmente tinham vínculo de parentesco com as pessoas surdas e faziam traduções/interpretações sem remuneração. Segundo Santos (2008), as primeiras traduções/interpretações foram realizadas nos ambientes empíricos desses atores, ou seja, no âmbito religioso e familiar.

Voltando um pouco mais no tempo, encontraremos os intérpretes de línguas orais desempenhando a função de apaziguadores culturais. Seus serviços eram requisitados geralmente para estabelecimento de negociação de paz entre países que estavam em guerra, como afirma Pagura (2003). Seu trabalho não era focado somente nas questões linguísticas, mas também na cultura dos países que estavam envolvidos no processo de apaziguamento. Assim, podemos inferir que o ato tradutório e/ou interpretativo não é apenas linguístico, mas também cultural.

Sobre isso, Segala (2010, p. 30), em um contexto em que as línguas de contato dizem respeito às comunidades surdas e ouvinte, afirma:

Ser tradutor não é ser aquele que sabe duas línguas e que simplesmente transpõe uma língua para outra. Não é só estrutura linguística, precisa conhecer e saber a cultura, a

linguística e outras sutilezas das línguas fonte e alvo, além de ter experiência na vida social [...].

Como dito anteriormente, no Brasil, a Língua de Sinais foi reconhecida como a língua natural das comunidades surdas em 2002. O reconhecimento tardio da Língua de Sinais como tal afetou também o reconhecimento do profissional que realiza o ato tradutório/interpretativo que envolve essa língua. Empiricamente é possível afirmar que nem o Tradutor/Intérprete e nem os processos exaustivos que envolvem sua função têm o reconhecimento da sociedade ouvinte e a compreensão da comunidade surda, no Brasil. No tocante a este assunto, é possível que isto aconteça pelo fato de que esses ainda não tenham apropriação de informações suficientes para levá-los a compreender a complexidade desse ato.

Gesser (2011) acrescenta ainda que tradução/interpretação compreende três modalidades: consecutiva, simultânea (mais usada pelos intérpretes de línguas de sinais) e sussurrada. Sendo a última diferenciada da simultânea apenas pelo modo, pois, segundo a autora, a interpretação sussurrada é realizada quando há a necessidade do intérprete se senta próximo de alguns ouvintes e interpretar o texto de partida cochichando. Lacerda (2009, p. 15) complementa afirmando que a tradução/interpretação simultânea é a mais usada atualmente em grandes eventos, mas esclarece que “[...] a tradução simultânea não ocorre ao mesmo tempo da fala original”, porque o intérprete leva tempo para processar a informação e organizá-la na língua-alvo. Por sua vez, Pagura (2003) explicita que a tradução/interpretação consecutiva é aquela em que o intérprete ouve um trecho significativo, ou todo o discurso, toma nota e, em seguida, assume a palavra e passa a informação na língua alvo.

Ainda, segundo Pagura (2003), a tradução/interpretação consecutiva auxilia o intérprete a desenvolver a capacidade de analisar e compreender o discurso de partida, permitindo o surgimento de técnicas que o preparam para a tradução/interpretação simultânea.

A tradução/interpretação simultânea, como foi dita há pouco, parece ser a modalidade eleita pela maioria dos intérpretes de Libras e preferida pelos surdos. Segundo o professor Marcos Vaining, durante a videoconferência de 10 de abril de 2011, na disciplina de Aquisição da Linguagem, do curso de Bacharelado em Letras-Libras, a escolha por essa modalidade se dá pela falta de conhecimento, tanto por parte de intérpretes quanto pelos surdos, sobre o processo tradutório/interpretativo. Segundo ele, essa modalidade é a que mais oferece possibilidade de se cometer erros. Isso por causa do pouco tempo existente para análise, compreensão, processamento e remarcação de parâmetro na língua-alvo. Vaining acrescenta ainda que todo esse processo demanda grande esforço da parte do intérprete/tradutor.

Quanto à classificação do ato tradutório/interpretativo, Jakobson (1995) aponta três tipos: intralingual, interlingual e semiótica. A tradução intralingual ou reformulação, segundo o autor, é a tradução de um signo por outro da mesma língua. Isso pode ser feito por meio da sinonímia ou paráfrase. Quanto à interpretação interlingual se refere a interpretação de um dado signo por outro equivalente em uma outra língua. Já, a tradução “[...] intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação de signos verbais por meio de um sistema de signo não-verbais.” (JAKOBSON, 1995, p. 64). O intérprete de Língua de Sinais, na maioria das vezes, recorre a essas categorias com certa frequência, mas, embora sejam todas elas utilizadas, a mais recorrente no trabalho do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, em especial do Intérprete Educacional, é a tradução interlingual na modalidade simultânea (QUADROS, 2002), pois geralmente envolve as línguas, Português e Libras.

Como exposto anteriormente o ato de traduzir/interpretar não é fácil pelas muitas atividades cognitivas realizadas de forma simultânea, mas é especialmente complexa para o intérprete de Língua de Sinais, pois este estabelece transição com línguas muito distantes no que diz respeito à forma e modo. Enquanto a língua Portuguesa é percebida pela audição e articulada de forma oral, a Libras é percebida pela visão e produzida de forma gestual, assim temos respectivamente uma na modalidade oral auditiva e outra na modalidade viso-espaco-gestual.

Embora muitas vezes esse trabalho seja exaustivo para o tradutor/intérprete, ele é extremamente necessário à comunidade surda, pois quebra as barreiras comunicativas e tira o surdo do isolamento linguístico, como afirmam Masutti e Silva (2008). Isso torna a interpretação Libras/Português/Libras compensadora para quem a faz e para quem recebe.

2.2 INTÉRPRETE DE LIBRAS DE FATO, MAS NÃO DE DIREITO

É importante lembrar que, como afirmado anteriormente, no Brasil, a Língua de Sinais foi reconhecida como sendo a língua das comunidades surdas e oficializada recentemente, há aproximadamente quatorze anos (BRASIL, 2002). Somente a partir daí é que se iniciaram as políticas de incentivo ao uso e difusão da Língua de Sinais e também que começaram a surgir programas de formação de professores e de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais Brasileira – Libras.

Lembramos ainda que a história educacional dos surdos revela que a escolaridade dos surdos sempre foi um terreno de muitos experimentos. Estes foram desenvolvidos, em sua maioria, a partir de perspectivas religiosas e traziam intrínsecos no discurso a inclusão social

dos surdos na sociedade por meio do desenvolvimento da fala. Por isso, as abordagens educacionais voltadas a eles buscaram meios de sua desmutização, por exemplo, o Oralismo e a Comunicação Total. A primeira trata-se de uma abordagem clínica da educação de surdos que prioriza o desenvolvimento da fala oral em detrimento do uso da gestualidade (GESSER, 2011).

Essa abordagem foi adotada após um congresso ocorrido em 1880 na cidade de Milão, que tinha por finalidade uniformizar o modelo educacional para surdos no mundo todo (GESSER, 2011). A segunda foi concebida na década de 1940, nos Estados Unidos, por uma mãe de uma jovem surda, após constatação do fracasso do Oralismo. Essa usava todos os meios de comunicação tanto visual quanto sonoro, inclusive a língua de sinais concomitantemente a fala oral, o que trouxe de volta a língua de sinais ao cenário educacional dos surdos, mas ainda prestigiando a fala oral (RAMOS, 2004).

Essas abordagens impediram que a língua de sinais fosse usada como língua de instrução nos espaços destinados a escolarização dos surdos durante um longo período, pois o uso da língua de sinais não coadunava com a ideia de inclusão vigente à época, visto que esta era pautada na normalização dos surdos. Alegavam ainda, os que defendiam as abordagens mencionadas, que a língua de sinais dificultava a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos (SKLIAR, 2010).

O espaço escolar, em virtude desse pensamento, foi se tornando uma espécie de clínica de reabilitação de surdos. As escolas criadas especificamente para recebê-los ganharam, ao passar do tempo, aspectos de asilos depositários, pois juntavam em seu interior aqueles cuja sociedade não sabia lidar. A prática docente dava lugar aos exercícios de desenvolvimento da fala, deixando, assim, os conteúdos em segundo plano. Tal situação perdurou por todo o século XIX (LEITÃO, 2008). Como consequência desta foi que os surdos que vivenciaram esse tipo de educação, em sua grande maioria, não foram exitosos em seus estudos, o que se refletiu, de forma negativa, também na vida profissional desses sujeitos. Mas o quadro apresentado há pouco nem sempre foi condizente com a realidade educacional dos surdos.

Anterior à data de 1880, em que ocorreu o já mencionado Congresso, segundo Bernarab e Oliveira (2007), na França, o Abade Charles de L'epée fundou a primeira escola pública gratuita para surdos, Instituto de Surdos Mudos de Paris. Nesta, a língua de sinais era utilizada como língua de instrução porque L'epée defendia o seu uso na educação dos surdos:

O Abade Charles Michel de L'epée propõe uma leitura diferente da situação dos surdos, argumentando que o uso de uma linguagem baseada em sinais e gestos iria facilitar a aprendizagem da língua francesa. Segundo ele, os gestos eram importantes para o crescimento da inteligência e achava que existia uma memória visual apoiando a memória auditiva (BERNARAB; OLIVEIRA, p. 1).

Alguns alunos que se formaram nessa escola, posteriormente integraram seu corpo docente. Mas no Congresso que decidiu o destino educacional dos surdos, somente três dentre esses estavam presentes, em oposição a uma grande maioria ouvinte que se mostrava favorável ao oralismo e contrário ao uso da língua de sinais na educação dos surdos.

Este congresso foi um marco na oficialização do método oral. (“método dito de articulação usando a leitura da fala pelos lábios”). As representações nacionais foram repartidas da maneira seguinte; de 254 inscritos, 156 delegados foram italianos, 66 eram franceses, 19 ingleses e norte americanos e 13 alemães, suíços, russos, suecos e noruegueses. Só três surdos participaram à este congresso: Theobald, professor em Paris, Forestier, diretor da Escola de Lyon, antigo aluno do Instituto de Paris, e Denison intendente da Kendall School, escola primaria na tutela do colégio de Washington. (PINHEIRO, 2012)

Como forma de resistência, os ex-alunos, surdos, de L’epée levaram suas ideias há vários outros países. Como exemplo disto há o caso de Laurent Clerc, surdo, que fundou a primeira escola para surdos nos Estados Unidos da América, sendo o seu primeiro professor de Língua de Sinais. No Brasil, no ano de 1857, o também ex-aluno de L’epée, Hernest Huet fundou, a convite de D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil – IISM, chamado atualmente por Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (BERNARAB e OLIVEIRA, 2007).

Assim se inicia a escolarização dos meninos surdos do Brasil. Porém, a partir de 1880, o oralismo se tornou oficial na Educação dos surdos e aos poucos banuiu a língua de sinais e os professores surdos do quadro educacional brasileiro, em semelhança ao que aconteceu nos países da Europa (PINHEIRO, 2012).

Somente com as políticas inclusivas iniciadas nos países em desenvolvimento, na década de 1990, é que a língua de sinais retorna ao cenário educacional no Brasil (MACHADO, 2008). A Declaração de Salamanca de 1994, da qual o Brasil é signatário, fez com que houvesse no país o surgimento de leis que favoreceram a inclusão, como no caso da Lei 10.098/00, que passa a garantir ao surdo o direito de ter intérpretes de língua de sinais nas instituições de ensino (BRASIL, 2010), possibilitando assim a inserção desse profissional na escola regular de ensino e marcando, segundo Aquino (2015), a inclusão do diferente nesse âmbito. Em 2002 há a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002) e em 2005 a publicação de seu o Decreto de Regulamento. Mas o atraso na implementação dessas políticas deixou muitos sintomas que ainda levarão tempo para serem remediados.

Somado aos resultados dos experimentos decorrentes das diferentes abordagens educacionais mencionadas há pouco, há também a realidade linguística dos surdos que não se faz igual em todas as regiões brasileiras. Na Região Nordeste, por exemplo, nem todos os surdos

são falantes da Libras. Há aqueles que moram distantes dos grandes centros urbanos, onde o acesso à língua de sinais é restrito. Esses, para garantir as condições mínimas de subsistência social, criam uma comunicação denominada “sinais caseiros”, que, segundo Adriano (2010), trata-se de um sistema comunicativo gestual convencionado entre o surdo e seus familiares. Tais sinais surgem em decorrência de um estado de crise comunicativa no seio familiar, isto é, quando os pais da criança surda não sabem a língua de sinais nem a criança sabe a língua oral. Esses sinais são convencionados pelos familiares baseados em aspectos icônicos da realidade que os cercam. Adriano (2010) informa ainda que os “sinais caseiros” possuem um vocabulário curto, mas servem para manter uma comunicação básica e preservar os laços familiares.

Considera-se que os surdos que se encontram nessa situação estão em isolamento linguístico e só conseguem comunicar fatos no momento de sua ocorrência. Também não podem constituir uma consciência cultural nem identidade política social em virtude da falta de informações nas diversas áreas do conhecimento. Um dos principais fatores que contribuiu com a manutenção de tais condições foi o reconhecimento da Libras, enquanto língua, e a sua difusão tardia.

Assim, temos que a maioria dos surdos, apesar de se expressar por meio de gestos, não são todos falantes da Libras. No contexto educacional, por exemplo, há surdos que se comunicam por meio de “sinais caseiros” e outros que são oralizados.⁵ De qualquer forma, excetuando os últimos, tanto os surdos que falam Libras como os que falam “sinais caseiros” se utilizam de uma estrutura linguística viso-espaco-gestual (QUADROS, 2002).

Contudo, vivendo em uma sociedade constituída por uma maioria ouvinte, os surdos, de maneira geral, precisam aprender o Português para poder se comunicar com ouvintes com quem convivem nos âmbitos familiar, laboral, entre outros. Esse fato os situa dentro de uma realidade bilíngue e bicultural, isto é, são participantes da cultura surda e da ouvinte e falantes da Libras e do Português, em sua modalidade escrita. Salienta-se que nem todos conseguem se apropriar da língua portuguesa, seja na modalidade escrita ou oral. A realidade educacional da maioria dos surdos e a própria modalidade da língua portuguesa fundamentada em unidades sonoras não contribuem para essa aquisição. Poucos surdos de nascença recebem uma educação que lhes proporciona a aquisição da leitura e escrita em português, e mesmo os que conseguem tal aquisição, dificilmente apresentam proficiência nessa língua. Geralmente, os surdos têm dificuldades com a sua semântica, pragmática e com a identificação de gêneros;

⁵ São chamados de surdos oralizados aqueles que passaram por um processo de aprendizado da fala oral, podendo assim se comunicar oralmente.

também, com fumiguras de linguagem, como metáforas, ironias, humor e outros (VIEIRA, 2014).

Empiricamente, é possível afirmar que no Estado do Ceará, no início da década de 1980, ainda não havia cursos acadêmicos ou técnicos para formação de intérpretes/tradutores de Língua de Sinais, nem muitos estudos na área. A maioria dos que faziam serviços de interpretação era familiar de surdos ou religiosos que trabalhavam como voluntários e tinham uma visão assistencialista sobre essa atividade. Segundo afirmam Masutti e Santos (QUADROS, 2008), a decorrência dessa visão é histórica e se deveu em parte à Revolução Industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, de modo geral, houve uma alteração na concepção de trabalho, o que também gerou mudança no papel social das pessoas, inclusive no dos surdos.

O trabalho manual substituído pela indústria gerou a marginalização de muitos artesãos que não foram absorvidos pelo trabalho assalariado. Os surdos que vivenciaram esse contexto foram a razão da preocupação de muitos que compunham instituições religiosas, realizavam trabalhos sociais, educacionais ou mesmo tinham parentescos com alguém que fosse surdo (RODRIGUEZ, 2001). A razão de tal preocupação era o isolamento linguístico dos surdos, e conseqüentemente social, gerado pelo novo modelo econômico que se estabeleceu no período citado. Essa situação levou alguns desses parentes e religiosos a oferecerem trabalhos voluntários de interpretação em indústrias em que haviam empregados surdos, permitindo interação entre eles e seus patrões e colegas de trabalho.

Como afirma Rodriguez (2001, p.18),

Estes "intérpretes" que trabalham para o bem da comunidade surda, sem receber qualquer pagamento em troca. Funcionários que, em certa medida, excedem o seu próprio trabalho de interpretação profissional, como são entendidas hoje, porque na maioria dos casos também atuam como guias em situação de assistência, aconselhamento e apoio a pessoas surdas que, em muitos casos praticavam superproteção⁶. (traduzido pela autora)

Essa situação pôs os que realizavam trabalhos de interpretação de língua de sinais no tocante a formação e remuneração daquela época, em semelhança aos intérpretes de língua de sinais brasileiros que atuavam no início da década de 1980. Por vivenciar tal experiência, posso afirmar que no Ceará, nesse período, os que realizavam interpretação/tradução, envolvendo as línguas de sinais e o Português, eram familiares de surdos e/ou religiosos que

⁶ *Estós "intérpretes" que trabajan por el bien de las personas sordas sin recibir ningún pago a cambio. Sus empleados superó en cierta medida su propia interpretación del trabajo profesional tal como se entiende hoy en día, ya que en la mayoría de los casos también actuaron como guías de la situación de la asistencia, asesoramiento y apoyo a las personas sordas en que, en muchos casos implicaba sobreprotección.*

tinham a intenção de integração social e evangelismo, respectivamente. Estes, por iniciativa própria, buscavam formação em diversas áreas do conhecimento que pudessem qualificá-los para atuarem como tradutores/intérpretes nos diversos espaços em que os surdos se faziam presentes. Também exerciam uma atividade paralela a de interpretação para garantir sua manutenção financeira, já que isto não era possível conseguir por meio do serviço de tradução/interpretação.

Embora houvesse esforço por parte dos poucos tradutores/intérpretes que havia à época, a comunidade surda brasileira ainda sofria a necessidade de integração escolar e social. Reconhecendo, então, que essa só seria possível mediante a divulgação da língua de sinais e da formação de intérpretes, um grupo de surdos em reunião no Rio de Janeiro em 1987 cria a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-Feneis. Esta atuava/atua em várias frentes e dentre as suas muitas ações há um programa de oferta do serviço de interpretação de Libras gratuito, segundo afirmação de Ramos (2004, p. 6):

Suas lutas são inúmeras, passando pela inclusão de profissionais surdos no mercado de trabalho (atualmente são mais de 800 surdos empregados em convênios firmados com empresas de vários tipos, além de apoio ao emprego direto); assistência jurídica gratuita para todo surdo que procurar a instituição; serviços gratuitos (para os surdos) de intérpretes de LIBRAS/português para atividades como consultas médicas, audiências, etc; cursos de LIBRAS para ouvintes; capacitação de instrutores surdos de LIBRAS;

A própria Feneis deu o primeiro passo para a organização profissional dos intérpretes de Língua de Sinais, organizando o primeiro encontro de intérpretes de Libras no Brasil. O encontro se deu no Rio de Janeiro nos dias 5 e 6 de agosto de 1988, isto é, um ano após a sua criação. Estiveram presentes no evento 68 (sessenta e oito) intérpretes e teve por título “Encontro Nacional dos Intérpretes em Língua de Sinais” (RAMOS, 2004). Dois anos após esse evento, em 1990, deu-se início, nos países em desenvolvimento, as políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência. O que permitiu a tomada da discussão sobre o uso da língua de sinais no cenário educacional no Brasil (MACHADO, 2008).

Em junho de 1994 foi organizado, pelo governo da Espanha, com cooperação da Unesco, na cidade de Salamanca, um congresso que contou com a presença de várias autoridades de importância mundial. Estes pertencentes a instituições governamentais e não governamentais ligadas à educação, para discutir políticas, princípios e práticas na área da Educação Especial. Desse congresso resultou o documento conhecido como Declaração de Salamanca, que dentre várias orientações à inclusão de pessoas com deficiência salienta que aos surdos deve ser ofertada educação na língua gestual de seu país:

21. As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares. (UNESCO, 1994, p. 24)

Corroborando com a orientação dada pela declaração de Salamanca, recentemente no Brasil foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/15. Nesta, há a orientação para que seja ofertada educação em Libras aos surdos e acrescenta mais opções à escolarização dos surdos:

CAPÍTULO IV

Art. 28.[...]

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015);

Essa orientação pressupõe o domínio da Língua de Sinais pelos professores e/ou a presença de TILS atuando nas salas de aula. Contudo, são demandas que necessitam de investimento por parte do poder público e de tempo para capacitação dos professores e TILS.

2.3 INTÉRPRETE DE LIBRAS: SAINDO DA INFORMALIDADE RUMO A UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL

No Brasil, embora que ainda de maneira incipiente, a observância da orientação da Declaração de Salamanca iniciou por meio da ação política que promulgou a Lei 10.098/00. Esta, dentre outras determinações, trata da eliminação de barreiras comunicativas à pessoa surda:

CAPÍTULO VII

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Para alcançar seus objetivos, a referida Lei aponta o serviço de interpretação como possível solução e traz a primeira deliberação relativa à formação do TILS, demonstrando o reconhecimento de que esse seria o caminho mais favorável ao atendimento das demandas comunicativa da comunidade surda nos diversos âmbitos.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL,2000).

Dando sequência às ações políticas de inclusão, em 2002 ocorreu a oficialização da Língua de Sinais no Brasil, como esclarecido anteriormente (BRASIL, 2002). Pautado nas determinações destas leis, em 2004 houve em Fortaleza o primeiro curso de nível técnico para formação de tradutores/intérpretes da Libras (TILS). O curso foi promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e conseguiu alcançar TILS da capital, Região Metropolitana (Maracanaú e Caucaia) e do interior do Ceará (Juazeiro do Norte e Iguatu) que já atuavam sem formação específica.

Em 2005, a Lei da Libras (como ficou conhecida a Lei 10.436) e o Art. 18 da lei 10.098 foram regulamentados pelo Decreto 5.626/05. Esse dispositivo dispõe sobre aspectos da acessibilidade comunicativa dos surdos, especialmente, no âmbito educacional (BRASIL, 2005).

Reconhecendo a insuficiência de cursos de formação de tradutores/intérpretes e professores de Libras, e conseqüentemente a insuficiência desses profissionais para atender uma grande demanda nas diversas áreas sociais, foi instituído em 2006 o PROLIBRAS. Este surge como uma medida de caráter urgente para certificação dos TILS, cooperando para com o seu reconhecimento e inserção no mercado de trabalho (QUADROS *et al.*, 2009a).

Em acordo com as políticas afirmativas de inclusão brasileiras (Lei 10.098/00, Lei 10.436 e Decreto 5.626/05), a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2006, implementou o curso de licenciatura em Letras-Libras na modalidade à distância com acompanhamento virtual e semipresencial por meio do sistema de tutoria. Este ligado ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Educação Especial (QUADROS, *et al.*, 2008).

Para sua efetivação foi necessário a constituição de nove polos distribuídos por todo o Brasil: a Universidade Federal do Amazonas, do Ceará, da Bahia, de Brasília, de Santa Maria e de Santa Catarina. O Centro Federal de Educação Tecnológico do Estado de Goiás, Universidade de São Paulo e o Instituto de Educação de Surdos do Rio de Janeiro. Todas essas instituições destinaram as vagas, do curso mencionado, prioritariamente, aos candidatos surdos, que juntos somaram um total de 500 alunos (QUADROS, *et al.*, 2008). Porém, os TILS não foram contemplados e continuaram sem um curso de formação superior, tão importante para sua atuação quanto para a atuação do professor de Língua de Sinais, pois a formação acadêmica

quanto ao exercício da docência, por parte dos surdos, pressupõe a presença do TILS na efetivação de ambos os processos.

Pensando nisto, então, no ano de 2008, a UFSC iniciou inscrições para novas turmas, desta feita abrangendo, além da licenciatura, o bacharelado em Letras-Libras. Priorizando o ingresso de surdos à formação de professores e ouvintes fluentes na língua de sinais à formação de intérpretes de Libras, respectivamente. Conforme o MEC (2016), no ano seguinte, em 2009, a UFSC abriu o curso de bacharelado e de licenciatura em Letras-Libras na modalidade presencial. O currículo do curso de Licenciatura em Letras-Libras privilegiou o estudo da Libras, em todos os seus aspectos históricos e linguísticos, e o bacharelado. Além destes, também envolve os Estudos da Tradução (QUADROS, *et al.*, 2008).

Concomitante à determinação, a implementação dos cursos de formação de professores e de intérpretes da Libras havia, também, a exigência da inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura. Para que as instituições de ensino superior se adequassem a essas determinações, foi estabelecido um prazo de dez anos. Prevendo-se que não seria possível formar professores e intérpretes suficientes para preenchimentos dos respectivos cargos antes da conclusão desse prazo (período de 2005 a 2015), institui-se, o já mencionado, PROLIBRAS (BRASIL, 2005).

Para melhor esclarecimento sobre o que vem a ser tal exame, Quadros (*et al.*, 2008) explicita que PROLIBRAS é um exame de proficiência promovido pelo MEC em parceria com a UFSC e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Este tem como objetivo a certificação, por meio de exames de abrangência nacional e de ocorrência anual, de professores e intérpretes da Libras. Saliento que, embora o exame vise à certificação, também, de professores, aqui nos interessa a categoria de *Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa/Libras Fluente em Libras, com nível superior completo e Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras Fluente em Libras, com nível médio completo*. Tais exames são realizados por bancas avaliadoras compostas por docentes, profissionais intérpretes, linguistas, surdos e ouvintes com amplo conhecimento em Libras, como previsto no Decreto 5.626/05:

CAPÍTULO V

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas

e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

Suas ocorrências se deram nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2013, sendo o último em 2015 (ano previsto pelo Decreto 5.626/05 para o fim dos exames de proficiência), perfazendo um total de sete exames realizados. O referido exame se deu nos locais onde se estabeleceram os polos do Letras-Libras, anteriormente mencionados. Em se tratando do Ceará, Fortaleza, sua capital, recebeu TILS de todo o Estado para prestarem o PROLIBRAS. A tabela a seguir mostra de forma panorâmica o número de inscritos e o desempenho dos TILS do respectivo Estado no exame de proficiência.

TABELA 1 – EXAME PROLIBRAS – CEARÁ

EXAME PROLIBRAS – CEARÁ								
Categoria: <i>Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa/LIBRAS Fluente em LIBRAS</i>								
ANO	NÚMERO DE INSCRITOS		NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO		TOTAL	
	Nível Superior	Nível Médio	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados	Apro-vados	Repro-vados
2006	28	38	11	17	15	23	26	40
2007	10	40	7	3	28	12	35	15
2008	6	32	4	2	16	16	20	18
2009	16	72	0	16	14	58	14	74
2010	25	80	9	16	14	66	23	82
2013	126		12				12	114
2015	183		37				37	146
TOTAL GERAL							176	489

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados encontrados em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134207> - consultado em 28 abril 2016.

Como é possível perceber na tabela, nos anos de 2011 e 2012 não houveram PROLIBRAS, no entanto, não foram encontradas explicações formais sobre isto. A partir do ano de 2013, o relatório não mais fez distinção de nível de escolaridade e também não foram explicadas as razões. Acredito que, no último caso, tal medida resultou da lei do TILS (Lei 12.319/10) que oficializou a profissão sem a exigência do nível superior.

Considerando a ocorrência do PROLIBRAS que se dá em períodos mais curtos e em maior proporção que a do Letras-Libras, percebe-se que o índice de aprovação é muito baixo. O que significa, além de um baixo desempenho por parte dos TILS, também que há uma pequena quantidade de profissionais capacitados para o exercício da profissão frente aos desafios e a grande demanda existente.

Ainda sobre a formação do TILS, Quadros (*et al.*, 2008) alerta para o fato de que o PROLIBRAS não substitui todos os níveis educacionais e que o mesmo foi uma medida que resolveu uma demanda em curto prazo, já que os cursos acadêmicos de formação de professores e tradutores/intérpretes ocorrem em longos períodos. Assim, o PROLIBRAS e o curso de bacharelado em Letras-Libras possibilitou a certificação e formação, respectivamente, em nível superior de muitos intérpretes da Libras que atuavam na capital e no interior do Ceará. Embora essas ações tenham sido favoráveis aos TILS e também aos surdos, pois recebem os serviços de tradução e interpretação, em especial na educação, o número de tradutores/intérpretes certificados pelo PROLIBRAS e pelo Letras-Libras somados ainda não são suficientes para atender a demanda do Estado. Pois, segundo o IBGE, o Ceará congrega “cerca de 250 mil entre surdos e deficientes auditivos”⁷.

Nesse sentido, Quadros (2002) salienta que a presença do Tradutor/Intérprete contribui para o avanço dos surdos em termos educacionais, políticos e sociais, pois é por meio dele que se dá o seu acesso aos respectivos conteúdos. Assim, é possível inferir, também, que a falta desse profissional ou do serviço de interpretação ofertado de forma inadequado pode gerar entraves em diversos âmbitos da vida dos surdos, especialmente na Educação.

2.4 O TRADUTOR/INTERPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO

A partir do ano 2000, como afirma Aquino (2015), os documentos oficiais passaram a mencionar e orientar a atividade do Tradutor/Intérprete de Libras no âmbito escolar e também a defini-lo, como faz o Decreto 5626/05 em seu Cap. V e Art. 19. e a Portaria Ministerial do MEC nº 3284/11 em seu Art. 2º, Inciso II – a, respectivamente.

- I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
- II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental (BRASIL, 2005);

⁷ Diário do Nordeste. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/deficientes-auditivos-celebram-dia-nacional-do-surdo-na-praca-da-imprensa-1.852065>>

II - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL,2011);

Lacerda (2009) acrescenta ainda que a figura do Tradutor/Intérprete na educação surge a partir do cumprimento às exigências de políticas educacionais de vários países. A autora então, para diferenciá-lo dos que atuam nos demais espaços, passa a utilizar o termo Intérprete Educacional (doravante IE) para designá-lo, pois, segundo ela, esta terminologia remete às peculiaridades geradas em decorrência de suas demandas funcionais e relações interpessoais existentes no espaço escolar.

Ainda sobre as questões relacionadas às terminologias e suas designações, Lacerda (2009), Gesser (2011) e Aquino (2015) corroboram em afirmar que por realizarem, no espaço escolar, traduções em dados momentos o Intérprete Educacional pode ser identificado também como tradutor. Quando isto ocorre, há também uma designação de funções, pois se reconhece que sua atuação se dá *para além da interação face a face* recorrente em sala de aula. Aquino (2015, p. 41) complementa esta afirmação dizendo que na Educação tal ampliação não pode se constituir uma opção, mas uma imposição do próprio ambiente de trabalho, pois as atividades realizadas pelo Intérprete Educacional envolvem tradução de:

QUADRO 2 – Traduções exigidas pelo contexto de sala de aula (continua)

Traduções exigidas pelo contexto de sala de aula	Justificativas
1. Tradução do Português para a Libras de Textos didáticos.	A maioria dos surdos tem dificuldade para atribuir significado ao ler. Isto pode ocorrer por causa das práticas pedagógicas de ensino de leitura e escrita da língua portuguesa que se fundamentam na codificação e decodificação dos sons. A isto também se associa a falta de uma língua materna que possa servir como suporte para o desenvolvimento de sua alfabetização na língua portuguesa (KARNOPP; PEREIRA <i>in</i> LODI <i>et al.</i> , 2013).
2. Tradução de atividades escrita realizada por alunos surdos, para o Português oral ou correções textuais na forma escrita.	Os alunos surdos se queixam de escrever em uma língua que não é deles. Dizem pensar em imagens e que a escrita em Português os obriga a transformar as imagens em palavras, por isso, na hora de escrever sentem grande dificuldade. Assim se faz necessária a intervenção do IE junto à produção textual do aluno surdo, tanto para lhe dar suporte linguístico como para torná-la acessível aos que precisam compreendê-la (KARNOPP e PEREIRA <i>in</i> LODI <i>et al.</i> , 2013).
3. Tradução de conteúdos escolares e seu registro em vídeo.	Os alunos ouvintes têm à sua disposição todo o material didático em sua primeira língua podendo acessá-lo para estudo individual quando julgar necessário, mas o aluno surdo não pode acessar esses conteúdos com a mesma facilidade. Por essa razão, o IE precisa preparar esse conteúdo em Libras para que o aluno possa acessá-lo quando precisar revisar conteúdo ou mesmo realizar as atividades extraclasse (AQUINO, 2015).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lodi e Lacerda (2009) e os dados coletados em entrevista com os Intérpretes Educacionais

Para Lacerda (2009), Gesser (2011) e Aquino (2015), o IE se constitui em o terceiro elemento da sala de aula e seu papel, além dos já mencionados, é também o de mediar os processos discursivos ocorridos nesse espaço. Assim, não somente interpreta os conteúdos, mas intermedeia os diálogos professor/aluno e aluno/aluno sendo ainda corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem. Se levarmos em consideração o professor, o número de alunos surdos e ouvintes presentes em sala de aula, é possível inferir que a intermediação de todas as interlocuções não permite ao Intérprete Educacional descanso durante sua permanência em sala de aula. Além disso, algumas atividades citadas, como disponibilizar a tradução do material didático em vídeo, exige o uso de tecnologias que nem sempre estão disponíveis no ambiente escolar, o que pode impor ao IE além das habilidades de seu manuseio, a busca desses recursos por meios próprios.

Acrescentando, a todo este esforço, também há a necessidade de desenvolvimento de habilidades psicológicas para administrar as tensões emocionais ocorridos no ambiente de sala de aula, pois o espaço da sala de aula é compartilhado por vários atores que, apesar de estarem ligados uns aos outros, protagonizam papéis diferentes. Todavia, Lacerda (2009) chama a atenção afirmando que o papel do IE pode ser confundido pelos demais atores, pois assume uma relação tênue entre a docência e a interpretação. Essas possíveis confusões de papéis podem gerar conflitos entre professores e IE, no tocante a responsabilidade para com o aluno surdo, visto que, em decorrência da dificuldade comunicativa, o professor regente pode compreender que sua responsabilidade no processo do ensino e aprendizagem é direcionada somente aos alunos ouvintes. Por extensão a essa ideia pode se atribuir ao IE o êxito ou o fracasso educacional da criança surda (LACERDA, 2009). Outro ponto de tensão, apontado pela autora, diz respeito ao fato de que o professor está habituado a protagonizar a docência de forma solitária. Assim, a inserção de um novo ator pode além de causar sensação de vigilância a sua ação docente pode também disputar com ele o espaço que antes era só seu.

Todos esses eventos exigem do IE o gerenciamento de todas as relações de modo a amenizar os conflitos que naturalmente surgem no espaço de sala de aula e nas demais dependências da escola.

A compreensão de que seu trabalho deve ser realizado com foco no aprendizado do aluno surdo e em parceria harmônica com o professor deve ser inerente ao IE. Apesar de todos esses elementos que circundam sua ação, é exigido ainda que deva ter clareza em relação a sua atuação enquanto IE, o que é bem difícil diante de tantas atribuições e demandas. Além das situações que exigem bastante equilíbrio emocional, há também aspectos de ordem física

do espaço que implicam diretamente no desempenho de sua função. Isto é, o espaço físico da sala de aula ocupado por ele e sua posição em relação ao professor, aos alunos ouvintes e surdos pode interferir diretamente no resultado de seu trabalho.

A inclusão de um aluno surdo em sala de aula requer algumas adaptações que, comumente, os atores do universo escolar ignoram. Por essa razão também compete ao IE realizá-las, pois é ele quem, geralmente, detém conhecimentos sobre as peculiaridades da pessoa surda. Aquino (2015) informa que inclusive o professor espera dele orientações quanto ao processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Quanto às adaptações de ordem físicas, são inúmeras e vão desde a observância da direção da luz, para que não haja sua inserção diretamente nos olhos dos surdos, a reserva de assentos na primeira fileira o mais próximo possível do professor e do quadro branco, para priorizar a sua visão em relação ao professor e ao conteúdo exposto, ao IE e recurso didático utilizado. Cabe também ao IE fazer o esclarecimento quanto a importância destas adaptações e negociá-las, quando necessário.

Quadros (2002) afirma ainda que o IE e os alunos surdos desenvolvem uma relação muito próxima e que chegam, inclusive, a se influenciarem mutuamente ocasionando o estreitamento de laços. Isso ocorre porque o IE, na maioria dos casos, é a única pessoa na sala de aula que fala a língua da pessoa surda.

Ainda segundo Lacerda (2009), a pessoa surda que se encontra no Ensino Fundamental não tem concluído processos linguísticos e mentais. Isto porque na maioria dos casos o primeiro contato da criança surda com a língua de sinais se dá na escola. Como afirma Strobel (2008), 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e, por estes não saberem a Língua de Sinais, a criança surda não tem uma língua até ingressar na escola, geralmente. Por isso, é importante que o IE desempenhe muito bem a sua função em termos linguísticos e pedagógico, pois em casos que se afiguram desse modo, será o IE o responsável por transmitir a língua de sinais à criança surda.

Mas diante do desconhecimento da sociedade sobre essa função e sobre a própria Língua de Sinais, como avaliar a competência linguística e tradutória de um IE no uso desta língua? Quais os critérios estabelecidos para realizar a seleção desses profissionais para sua atuação na Educação, em especial no Ensino Fundamental? Esses critérios podem garantir o seu bom desempenho?

É possível que nas cidades afastadas dos grandes centros urbanos a falta de qualificação ou mesmo escassez de profissionais da tradução/interpretação de língua de sinais seja uma realidade. Nesse sentido, o capítulo que se segue traz o percurso feito na busca dos

aspectos relacionados à atuação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais que atua na Educação municipal de Limoeiro do Norte.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, além de tratar da natureza da presente pesquisa, dos procedimentos e dos recursos utilizados, bem como sua importância na realização da coleta de dados e efetuar a categorização dos dados para posterior análise, serão também apresentadas as escolas municipais de Limoeiro do Norte que realizam o atendimento a alunos surdos, bem como os Intérpretes Educacionais que integram o seu quadro funcional.

3. 1 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa, por motivos anteriormente explicitados no início deste trabalho, se deu na cidade de Limoeiro do Norte. Esse município se encontra na Região Nordeste, no Estado do Ceará, localizado na Mesorregião do Jaguaribe, na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Segundo o IBGE⁸, consta que esse município tem uma população de 58.552 habitantes e sua principal fonte de empregos e renda vem do agronegócio e da agricultura familiar.

Voltando os olhos à educação pública do referido município, encontramos nele aproximadamente 40 instituições educacionais. No âmbito estadual há três escolas e uma faculdade (Faculdade Estadual Dom Aureliano Matos – FAFIDAM). No âmbito federal, há um campus do Instituto Federal do Ceará – IFCE⁹. Quanto às escolas públicas municipais regulares, de acordo com informações dadas no site <http://www.escol.as/65902>¹⁰, as de Ensino Fundamental que se encontram na zona urbana e comunidades periféricas a Limoeiro do Norte formam um total de dezesseis, sendo quatro destinadas ao atendimento aos anos finais, isto é, do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, dez destinadas ao atendimento a Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Há ainda uma que compreende os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, e uma que traz a Educação Especial nos anos iniciais e o ensino regular nos anos finais do Fundamental. Dentre estas, seis têm salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE¹¹, mas somente duas dentre as dezesseis escolas de Ensino Fundamental apresentam em seu quadro funcional o Intérprete Educacional. Trata-se da EEF Padre Joaquim de Meneses, localizada à Avenida Dom Aureliano Matos, 1853 e a EEF Judite Chaves Saraiva, localizada a

⁸ Disponível em: <[idades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230760&search=ceara|limoeiro-do-norte](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230760&search=ceara|limoeiro-do-norte)> Acesso em: 24 jan. 2017.

⁹ Disponível em: <<http://www.qedu.ORG.br/busca/106-CE/3627-juazeiro-do-norte>> Acesso em: 24 jan. 2017.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.escol.as/65902>> Acesso em: 24 jan. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.escol.as/65902-jose-hamilton-de-oliveira>> Acesso em: 24 jan. 2017.

Rua Célio Santiago, 430, ambas estão situadas no centro da cidade, na zona urbana e são as escolas que se constituem em alvo de maior interesse por trazerem em seu corpo funcional os sujeitos da presente pesquisa, os Intérpretes Educacionais.

Para melhor familiarização dos leitores com as respectivas escolas, as informações consideradas básicas foram dispostas em uma tabela objetivando ofertar uma visão mais nítida de suas características. Ressalto que tais informações foram colhidas durante visita realizadas às escolas supracitadas e que na ocasião as diretoras de ambas cederam os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, de onde foram retiradas as informações expostas na tabela a seguir. Explicito ainda que os dados apontados nos PPPs são referentes aos anos de 2011 e 2012.

QUADRO 3 – Dados das escolas pesquisadas

Escolas	Níveis escolares	Número de Turmas	Total de alunos	Número de alunos surdos	Intérprete Educacional
EEF – Padre Joaquim de Meneses	Ens. Fund. anos finais	16	423	1	1
EEF Judite Chaves Saraiva	Ed. Infantil	3	472	1	1
	Ens. Fund.	11			

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos PPPs das EEFs Padre Joaquim de Meneses e EEF Judite Chaves Saraiva.

Destaco que os dados apontados trazem informações que se aproximam da realidade encontrada em 2015 e 2016, mas estão desatualizados de forma tanto quantitativa quanto qualitativa. Por exemplo, o PPP da EEF Padre Joaquim de Meneses não menciona a oferta de Educação Especial nem sala de AEE, mas durante visita local foi possível constatar que há uma sala destinada ao atendimento de pessoas com deficiência. Esta sala, localizada no final do pavilhão direito próximo ao pátio, cuja entrada é um portão de ferro, anuncia com letras confeccionadas em EVA “Sala Inclusiva”. Segundo a Diretora da escola citada, a falta de menção deste atendimento deve-se ao fato de que o seu PPP se encontra inacabado.

FIGURA 1 – EEF Padre Joaquim Meneses

Fonte: Autora

A “Sala Inclusiva” é ampla, pouco arejada, pouco iluminada e de piso opaco, mas bem decorada e tem ao fundo dois banheiros, um feminino e outro masculino, ao lado destes tem um gelágua com uma bandeja com copos sobre ele, uma estante de alvenaria que se aproxima do teto com muitos livros e jogos infantis. À sua frente tem um enorme quadro de giz com o alfabeto manual decorando o seu contorno superior.

FIGURA 2 – Sala Inclusiva da Escola Padre Joaquim Meneses

Fonte: Autora

Nesta ficam doze alunos e três profissionais, a professora regente, um cuidador e o Intérprete Educacional da Libras. O tempo de aula é diferenciado, compreendendo o intervalo de sete às dez horas da manhã. Há entre os alunos uma diversidade de comprometimentos, alguns apresentam deficiência de ordem intelectual, motora e, outros, sensoriais. Dentre estes há apenas uma aluna surda, que já se encontra com 21 anos de idade e não sabe Libras, sendo essa a faixa etária da maioria dos alunos.

Já a EEF Judite Chaves Saraiva é uma escola bem localizada e por isso de fácil acesso à comunidade, mas suas dependências são pouco adequadas a Educação Infantil, visto que o espaço destinado às crianças para brincarem é pequeno e não há playground. Segundo seu PPP (p. 11), isto se deve ao fato de que originalmente o prédio não foi pensado para ser uma escola, sua construção em 2001 se deu para abrigar a Secretaria de Educação básica do Município.

Atualmente, esta escola conta com quatorze salas de aula, fora as demais dependências como secretaria, sala de professores, cantina e outros. Seu funcionamento ocorre nos períodos manhã e tarde e além das dependências citadas conta ainda com uma sala de AEE que dispõe de equipamentos eletrônicos como computadores, impressora, jogos educativos, material de escrita em Braille (pulsão e reglete). Porém, seu PPP não traz em seus objetivos tal atendimento, tampouco cita a referida sala quando descreve quantitativamente e qualitativamente as dependências da escola.

FIGURA 3 – Sala de AEE da EEF Judite Chaves Saraiva



Fonte: Autora

Dentre os alunos atendidos na sala de AEE se encontra uma criança surda que cursa o primeiro ano do Ensino Fundamental. Segundo o IE que trabalha na referida escola, a criança não sabe Libras e seus pais não querem que aprenda, por essa razão o IE foi impedido de fazer o seu trabalho de interpretação das aulas. Por consequência deste fato teve sua função alterada de IE para cuidadora. Observa-se aqui que são profissões distintas uma da outra por exigir habilidades e funções diferentes.

Acrescento ainda que, embora tenha mencionado apenas duas escolas, tendo cada uma um intérprete atuando respectivamente, a menção ao terceiro intérprete deve-se ao fato da substituição do IE-1 em decorrência do término de seu contrato no final do ano de 2015. Por isso, o IE-3 ingressou na EEF Padre Joaquim de Meneses no início do ano de 2016 e integra também o conjunto de sujeitos da presente pesquisa, considerando que a mesma foi iniciada em julho de 2015 e concluída em junho de 2016.

Assim, os intérpretes supracitados constituem-se nos sujeitos da presente pesquisa, por essa razão uma apresentação mais detalhada destes se faz importante e necessária ao leitor, porém seus nomes não serão expostos, sendo eles referidos apenas por IE-1, IE-2 e IE-3 para resguardo de sua imagem.

3.2 OS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO DO NORTE: PERFIL DOS SUJEITOS

A cidade de Limoeiro do Norte tem uma comunidade surda já consolidada. É importante lembrar que tal comunidade não é integrada somente por surdos, mas também por ouvintes que têm algum envolvimento com pessoas surdas (STROBEL, 2008). Essa comunidade se faz evidenciar na sociedade limoeirense por meio das atividades desenvolvidas na e pela Associação dos Surdos de Limoeiro do Norte – ASLN. Segundo informe dado pela TV Jaguar em julho de 2013 em seu sítio (Disponível em: <<http://www.tvjaguar.com.br/site/noticia.php?Tid=4197>>), a ASLN foi fundada em 2009 por João Eckner Eduardo Filho (surdo cegueira) e tem como objetivo a socialização, a prática de esportes e a luta pelos direitos dos surdos da Região do Vale do Jaguaribe. Esta, como as demais associações de surdos, se constitui em um espaço democrático que recebe muitas pessoas ouvintes interessadas em aprender a língua de sinais por meio do contato direto com pessoas surdas.

Muitos destes, além de se engajarem aos movimentos relacionados às causas dos surdos, quando conseguem desenvolver certo nível de proficiência na língua de sinais acabam se tornando intérpretes empíricos da Libras e, por conseguinte, também se inserem no mercado de trabalho exercendo a dita função. Considerando que a referida Associação é frequentada apenas aos sábados, segundo o sítio supracitado, é natural que no restante dos dias da semana os surdos de Limoeiro do Norte circulem nos demais espaços sociais, como comércio, áreas de lazer e escolas, podendo também nesses lugares despertar o interesse de pessoas ouvintes ao aprendizado da Língua de Sinais. A exemplo disto temos os três IEs, sujeitos deste trabalho, os quais dentro deste universo são os únicos a atuarem em escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte, por essa razão serão apresentados de forma mais detalhada na tabela que se segue:

QUADRO 4 – Perfil dos sujeitos (continua)

Identificação	IE-1	IE-2	IE-3
Local de origem	Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte
Idade	19	29	23
Início do contato com a comunidade surda	Desde crianças, (não soube precisar a idade)	15 anos de idade ingressou na comunidade surda.	Desde criança (não soube precisar idade)
Início da atuação como TILS	16 anos de idade iniciou interpretações em eventos	26 anos iniciou o trabalho de interpretação na associação de surdos.	15 anos de idade iniciou interpretações no contexto religioso (Testemunha de Jeová)

Formação	Ensino Médio	Ensino superior incompleto (Pedagogia)	Ensino Médio
Tempo de atuação como IE	3 anos	3 anos	3 meses
Escola e série em que atua	EEF – Padre Joaquim Meneses/segundo segmento do sexto	EEF– Judite Chaves Saraiva /1º ano	EEF – Padre Joaquim Meneses

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados em entrevista realizada no dia 17 de julho de 2015 com os IE - 1 e 2, e no dia 06 de junho de 2016 com o IE-3, respectivamente.

Segundo afirmação do IE-1, seu contato com a comunidade surda se deu quando ainda criança por intermédio de seu irmão que na época realizava ensino religioso aos surdos no contexto religioso das Testemunhas de Jeová. Este afirma que fez sua primeira interpretação aos dezesseis anos de idade e que sentia dificuldades, mas que com o tempo essas foram diminuindo. Este fato corrobora com as afirmações de Masutti e Santos (*in* QUADROS, 2008) quando afirmam que o intérprete de língua de sinais surge também em contextos religiosos com vistas ao evangelismo de surdos e que as Testemunhas de Jeová, em específico, têm colaborado na formação de TILS.

Já o IE-2 afirma que seu primeiro contato com a Libras se deu aos quinze anos de idade quando foi contratada por uma família de Fortaleza para trabalhar como babá. Segundo o IE-2, ao chegar à residência da dita família, se surpreendeu ao descobrir que o casal era surdo. Este o conduziu à Associação de Surdos do Ceará – ASCE, em Fortaleza, onde se deparou com muitos surdos. Ao se ver pela primeira vez inserida nessa realidade, relatou por meio de ligação telefônica aos pais que se encontrava no meio de muitos surdos e que a forma como se comunicavam era muito impressionante. Nesta associação realizou as primeiras traduções/interpretações. Tratava-se de telefonemas aos familiares dos surdos que frequentavam a ASCE e necessitavam se comunicar com familiares por motivos diversos. O casal de surdos a que o IE-2 se referiu tratava-se de Erika Eckner, cujo esposo Assis Saraiva foi presidente da ASCE no ano de 2001 até 2005. Assim, aprendeu a língua de sinais na convivência com a família e com os demais surdos que frequentavam a dita associação. Segundo IE-2, suas primeiras interpretações se deram na ASCE, de forma muito simples, tratava-se de ligações telefônicas ocorridas entre surdos e ouvintes.

Ao concluir o aprendizado da Língua de Sinais, por motivos pessoais, o IE-2 retornou a sua cidade de origem, Limoeiro do Norte. Nesse ínterim, João Eckner, irmão de Erika Eckner, fundou em Limoeiro a ASLN, onde o IE-2 passou a colaborar com as suas

atividades. Isto lhe proporcionou fluência na língua de sinais e posteriormente um contrato de trabalho em uma escola municipal como intérprete de Libras.

O IE-3, em semelhança ao IE-1, afirma ter iniciado o contato com a comunidade surda ainda criança também em contexto religioso das Testemunhas de Jeová na própria cidade de Limoeiro do Norte. Diz ter sido apresentado à comunidade surda por sua irmã, não sabendo ao certo precisar a idade na época. Segundo ele, o início de seus trabalhos como TILS se deu aos quinze anos de idade em contexto religioso, mas na área educacional sua primeira experiência se deu a partir de seu ingresso na escola Padre Joaquim de Meneses. Este se deu por meio de contrato temporário com a prefeitura. Na data em que concedeu entrevista, 6 de junho de 2016, faziam, segundo ele, apenas três meses de contratação.

Faz-se importante salientar, neste ponto, que as informações apresentadas neste capítulo foram coletadas por meio de questionários e entrevistas. Estes foram guiados por formulários semiestruturados previamente elaborados. Explicito ainda que estas entrevistas foram gravadas por meio de equipamentos eletrônicos e posteriormente transcritas para que pudessem atestar a veracidade dos fatos aqui relatados.

Por essa razão, a seção que se segue tratará deste assunto objetivando trazer esclarecimento do porquê e da razão da metodologia escolhida, bem como dos seus respectivos instrumentais de coleta de dados.

3.3 NATUREZA DA PESQUISA E SEUS DELINEAMENTOS

De acordo com Gil (2002), quando classificamos uma pesquisa levando em conta o seu procedimento, não podemos fazê-lo de forma rígida, pois algumas pesquisas não se enquadram em apenas um modelo. Assim, tomando a fala de Gil como justificativa, esclareço que por este trabalho ter seus primeiros capítulos constituídos a partir de dados coletados em fontes literárias, como livros, artigos científicos e também em fontes eletrônicas, como sítios e blogs, pode se delinear em primeiro momento como sendo uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002). Mas em segundo momento a investigação se deu no contexto real em que o fenômeno acontece, ou seja, em contato direto com os sujeitos pesquisados e em visitas ao seu ambiente de trabalho, por isso pode-se dizer que há dois delineamentos, sendo o segundo configurado como Estudo de Caso: “[...] Hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequado para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.” (GIL, 2002, p. 54)

Embora haja aqui dois delineamentos se entrelaçando, segundo o autor supracitado, ambos são adequados ao estudo aqui apresentado, que traz um caráter exploratório. Sobre isto acrescentam Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63) que a pesquisa exploratória é bastante adequada quando se têm pouca informação sobre o problema a ser estudado. Além disso, apresenta flexibilidade, o que facilita a consideração dos diversos aspectos do problema estudado, bem como familiariza o pesquisador com o fenômeno e possibilita novas perspectivas sobre o mesmo.

Esses delineamentos se entrelaçam e são adequados a este estudo, pois ambos apresentam caráter exploratório. Neste caso a exploração, realizada tanto em fontes bibliográficas como em outros tipos, como as mencionadas anteriormente ao tratar do delineamento bibliográfico e empírico, foram necessárias. Isto porque o assunto aqui tratado é novo em comparação aos trabalhos que abordam a tradução e interpretação de textos que envolvem a língua oral. Essas são funções reconhecidas e discutidas por diversos autores, porém as discussões sobre a interpretação em Libras no ambiente educacional são recentes e não há um acervo muito extenso sobre o assunto.

Deste modo, quando se afunila ainda mais para a discussão de tal temática, trazendo-a para o âmbito de uma cidade do interior do Estado do Ceará, os recursos bibliográficos se tornam ainda mais escassos. Por isso, me apropriado do que Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63) afirmam sobre a pesquisa exploratória quando declaram que esse tipo de pesquisa é bastante adequada quando se tem pouca informação sobre o problema a ser estudado. Pois, segundo os autores supracitados, nesse tipo de pesquisa há flexibilidade, o que facilita a consideração dos diversos aspectos do problema estudado, bem como familiariza o pesquisador com o fenômeno e possibilita novas perspectivas sobre o mesmo.

Tais aspectos vêm satisfazer as necessidades da presente pesquisa, já que considerando todas as influências recebidas de um tipo de delineamento e outro, à medida que o presente trabalho foi se constituindo, sua abordagem foi se confirmando como qualitativa. Isto porque, segundo Maconi e Lakatos (2008), a abordagem qualitativa leva em conta a forma de coleta e análise dos dados. Pois os dados apresentados aqui foram colhidos mediante instrumentos semiestruturados, em contato direto com os sujeitos pesquisados. A obtenção destes se deu por meio da observação do local de atuação dos sujeitos, da captura de imagens do mesmo e do registro das respostas dadas aos questionamentos feitos por meio de gravação de voz para posterior transcrição. Também esclarecem Maconi e Lakatos (2008, p. 269) que essa abordagem pode favorecer a profundidade da investigação quando se trata de

comportamento, hábitos e atitudes humanas. Assim, tal abordagem se faz eficaz a este trabalho, pois os assuntos aqui discutidos não poderiam ser analisados a partir de quantificações e estatística por se tratar de questões que envolvem subjetividade.

Assim temos que a presente pesquisa pode ser descrita como sendo de abordagem qualitativa apresentando um caráter exploratório do tipo bibliográfico e investigativo (Estudo de Caso).

3.4 PROCEDIMENTOS: INSTRUMENTOS DE COLETA E SUA APLICAÇÃO

Como explicitado anteriormente os dados aqui apresentados foram coletados em duas etapas, sendo uma bibliográfica e outra empírica. A etapa que correspondeu a pesquisa bibliográfica se deu concomitante a todo o processo investigativo de coleta de dados, e para tanto foram utilizados livros, artigos científicos, sítios eletrônicos e documentos oficiais. Já a etapa que correspondeu a empiria se deu em três momentos distintos, sendo seu início em julho de 2015 por meio de visita à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte e aos Intérpretes Educacionais desta cidade. O segundo momento ocorreu em junho de 2016 com nova visita aos Intérpretes e as suas respectivas escolas de atuação. O terceiro e último se deu em janeiro de 2017 com uma visita duas das instituições representativas da comunidade surda, Apada e APILCE. As referidas visitas tiveram como objetivo a busca de informações sobre os aspectos relacionados às categorias de análise desta investigação, como a formação e contratação dos Intérpretes Educacionais, iniciando pelo contexto geral do Estado até as especificações referentes à cidade de Limoeiro do Norte.

Explicito que dado ao mês de início da pesquisa, julho, ao visitar a Secretaria de Educação de Limoeiro, a responsável pela seleção e contratação dos Intérpretes, a saber a coordenadora da Educação Especial, se encontrava de recesso, mas por meio de contato telefônico, gentilmente, ela aceitou me receber em sua residência, local onde tivemos uma conversa informal, em que expliquei o motivo de minha visita. Após tomar conhecimento de meu objetivo, esta prontamente aceitou responder um questionário que lhe foi enviado posteriormente, por e-mail (Apêndice 1).

Para aplicação do referido questionário, foi elaborado um formulário dissertativo, isto é, do tipo que o respondente elabora suas próprias respostas (RODRIGUES, 2007). Neste, foi priorizado as questões que colaborassem com o alcance dos objetivos propostos. Essas foram elencadas de forma a obedecer uma ordem crescente de importância, como orienta Rudio (2013). Também foram evitadas indagações muito extensas e observado a

sua clareza para evitar opacidade das questões (RUDIO, 2013). Foram quatorze questões aplicadas e respondidas, ao todo (Apêndice 2).

Ainda em julho do mesmo ano, tive também o primeiro encontro com os Intérpretes Educacionais, IE-1 e IE-2. Por se tratar do mês que corresponde às férias escolares, o encontro não pode ser realizado em suas respectivas escolas, sendo eleita a rodoviária de Limoeiro o local de melhor acesso a todos. Assim, nosso encontro aconteceu em uma pequena mesa pertencente a uma lanchonete da rodoviária e de forma amistosa e descontraída se deu uma entrevista semiestruturada. A escolha por esse instrumento se deu em função de que a entrevista tem uma natureza interativa que permite que o entrevistador se coloque face a face com os informantes e, de forma descontraída, possa, inclusive, trocar de papéis, como afirmam Marconi e Lakatos (2008). Ainda segundo estes autores, a entrevista semiestruturada dá liberdade ao entrevistador para que ele possa direcionar as questões na direção que considere adequada.

Em segundo encontro, ocorrido em julho de 2016, isto é, um ano depois do primeiro encontro há pouco relatado, entrevistei também o IE-3. Neste ínterim, muito dos eventos encontrados no primeiro encontro haviam sofrido alterações, como a substituição do IE-1 pelo IE-3 na EEF Padre Joaquim de Meneses, e a função do IE-2, que passou de intérprete a cuidadora na EEF Judite Chaves Saraiva. As escolas referidas foram visitadas na ocasião do segundo encontro com os Intérpretes Educacionais, pois na data em que ocorreu o primeiro, estavam de férias, como já mencionado.

O encontro com o IE-3 não se deu na escola em que atua como intérprete, EEF Padre Joaquim de Meneses, pois no dia da ocorrência da visita ele havia acompanhado a turma juntamente com a professora, em seu horário de trabalho, a um evento promovido pela Secretaria de Educação do Município. Mas em acordo com ele, nos encontramos no período da tarde na EEF Ester Guimarães Malveira, escola em que exerce a função de cuidador de uma criança com deficiência intelectual. Assim, na secretaria da escola no horário do intervalo o IE-3 respondeu as indagações correspondentes ao mesmo formulário usado para entrevistar os demais sujeitos, a saber, IE-1 e IE-2. Este conteve vinte e três questões abertas que me serviram de orientação na condução da entrevista.

Quanto aos dados coletados junto às instituições representativas da comunidade surda, Apada e APILCE, se deu mediante contatos por redes sociais e visita realizada em janeiro de 2017. Nesta, foram disponibilizados documentos que atestam o início das formações e contratações dos Intérpretes Educacionais no Ceará. As secretarias Joelma Vasconcelos e Jocélia Carlos, da Apada e APILCE, respectivamente, foram as responsáveis pela

disponibilização de tais documentos. Estes foram: cópia da ata de fundação da APILCE, cópia da rescisão de contrato referente a primeira contratação por terceirização de TILS no Ceará por meio de parceria estabelecida entre Apada e Governo do Estado e certificados de formações realizadas pela APILCE (ver os anexos).

Após a obtenção dos referidos documentos e das respostas, tanto do questionário aplicado à informante da Secretaria de Educação de Limoeiro, como da entrevista realizada com os Intérpretes Educacionais, foram selecionadas algumas perguntas e respostas que foram organizadas de acordo com as seguintes categorias: *formação, contratação, função e papel* no do Intérprete Educacional no âmbito das escolas municipais de Limoeiro. Estas emergiram da compreensão de que atendem aos objetivos propostos neste trabalho e estão apoiadas nos registros de mensagens verbais que serviram como ponto de partida ao processo de análise que se segue.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo se destina a cumprir com o objetivo geral deste trabalho, que é caracterizar a ação do Intérprete Educacional – IE nas escolas municipais de Limoeiro do Norte. Este objetivo se concretizará por meio da análise das categorias que aqui serão explicitadas. Esta se dará por meio do estabelecimento de diálogo entre autores, legislação e dados coletados. Alcançando assim o desvelamento também de questões funcionais e relacionais dos IE e atores que dividem com eles o espaço de sala de aula.

4.1 A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO DO NORTE

Este capítulo se constitui no cerne deste trabalho, pois nele serão apresentados os resultados que devem alcançar os objetivos propostos na efetivação da investigação aqui realizada. Portanto, para iniciá-lo se faz importante relembrar as perguntas que os nortearam, pois foi a partir delas que surgiram as categorias que aqui serão analisadas e discutidas à luz dos dados encontrados e dos autores que abordam a temática. Tais perguntas foram: Que aspectos caracterizam a atuação do Intérprete Educacional nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte? Qual a sua formação? Quais as funções atribuídas a ele? E qual o seu papel no âmbito escolar? As respectivas categorias que emergiram dessas indagações foram: formação, contratação, função e papel. Estas foram postas mediante uma lógica sequencial, considerando que a formação é o primeiro requisito para se garantir a contratação de alguém que almeja ocupar determinado cargo em uma dada empresa. Assim, a sua função e papel vêm a seguir por meio de seu desempenho após a ocupação deste cargo.

As duas últimas categorias são muito semelhantes, inclusive, apresentando nos dicionários da língua portuguesa relação de sinonímia nos significados, como no caso do dicionário Aurélio (1993). Dentre as muitas definições encontradas nestes, há a do termo *função* na perspectiva de *cargo*, *serviço* ou *ofício*, e também como *ação própria ou natural de um órgão, aparelho ou máquina*. É nesta perspectiva que faço uso deste termo, pois, ao referir à *função* do Intérprete Educacional na escola, estou apontando para o cargo que ocupa e o serviço que executa dentro do cenário escolar. Este aspecto é que o define junto à Secretaria de Educação para efeito de contratação. Já o *papel*, dentre outras definições, também é compreendido como *parte que cada ator desempenha*, o que sugere algo que é produzido pelas relações sociais em um dado contexto. E diferentemente da *função* que passa a se determinar a

partir da formação e posteriormente da contratação, o *papel* pode ser conquistado ou atribuído dependendo das relações que se estabelecem ao longo do tempo.

Partindo então das categorias estabelecidas, iniciaremos a discussão com os autores e os dados encontrados, compreendendo que tais categorias ao serem analisadas podem se entrelaçarem remissivamente, pois se encontram no bojo de um mesmo processo.

4.2 FORMAÇÃO

QUADRO 5 – Formação dos intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Pesquisador	“Qual a sua formação acadêmica? / Como se encontra a vida acadêmica de vocês, hoje?”
IE-1	“Ensino Médio completo. / No meu caso tá um pouco estacionada, não comecei nada. Embora tenha tentado alguns vestibulares... não tenho passado ainda, isso talvez tenha me desanimado um pouco mais, pretendo continuar... não esse ano, provavelmente, mais no ano que vem... tentar outras formas, né... de entrar ou faculdade ou ingressar na faculdade ou passar em um concurso, mesmo que não seja aqui na cidade, mas pretendo continuar alguma forma estudando ainda na Libras, na questão de língua.”
IE-2	“Ensino superior incompleto./ Eu tô... concluindo no início do próximo ano a faculdade, se Deus quiser... pretendo depois... Sim, eu to terminando o curso de pedagogia no próximo semestre e... quando terminar eu pretendo fazer um curso de especialização... especialização na área de curso de pedagogia e inclusão, não é... Eu e o IE-2, a gente tava tentando fazer um curso agora de Libras, que vinha aqui pra Limoeiro, mas ainda não deu certo, não dando certo... próximo ano a gente pretende fazer lá em Fortaleza, né. Porque mais pessoas unidas, mais fácil a gente conseguir, do que só...”
IE-3	“Olha formação, apenas o Ensino Médio.”
Pesquisador	“Vocês têm PROLIBRAS? / Você falou de um curso de cento e oitenta horas. Qual é o título do curso?/ Qual a instituição responsável?”
IE-1	“Não, não tenho./ Totalmente voltado pra interpretação e ainda aprendemos um acréscimo, uma aula de guia de surdo cego, que eu acho superinteressante, mas foi totalmente voltado... fizemos tea... totalmente voltado pra interpretação, tivemos exercícios de interpretação simultânea, né... tanto da língua-mãe como pra língua de sinais ou o contrário, a língua de sinais para o Português e foi básico, mas foi um treinamento muito bom e que a gente gostaria de ter a certificação em mãos.”
IE-2	“Não. /Tradução e interpretação... eu não lembro direitinho o nome, mas... já era mais, voltado pra interpretação. /Foi a Associação dos Surdos aqui de Limoeiro juntamente com um órgão lá de Fortaleza, que não me lembro... não, um professor era lá de Fortaleza.”
IE-3	“Cursos básicos, só.”
Pesquisador	“Como Intérprete Educacional recebeu alguma orientação específica pra atuar na educação?/ Se recebeu, qual a instituição responsável?”
IE-1	“Bem, é no meu caso também não tive nenhum... é não existia, no meu caso não existia nenhuma instituição pra me ajudar. O que me ajudou foram a... os intérpretes que eu conheci, né... pelos cursos que a gente vem fazendo, acaba conhecendo muitos

	habilitados. Então, a gente tem que absorver o máximo dessas pessoas, pra que a gente saiba interpretar como em ocasiões como essa, na questão do fundamental se torna baste simples porque os conteúdos são bastante simples, mas se chegar em uma ocasião de você interpretar uma palestra de faculdade, um curso de faculdade, necessita de uma formação mais profunda, algo mais necessário, não só pra mostrar, mais pra ter um vocabulário que consiga é... é fazer o... a... o... a pessoa que está... o surdo, entender o que você tá passando, do que o professor tá passando, de forma que ele venha aplicar no cotidiano, na grade curricular dele.”
IE-2	“Não, eu não recebi assim, específica. Em relação a educação é a minha bagagem da faculdade, né...”
IE-3	“Tenho o curso básico de Língua de Sinais, mas de intérprete mesmo ainda não tenho.”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados

Sobre a formação acadêmica dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, a Lei 12.319/10 determina em seu Art. 4º o nível médio como sendo o nível escolar necessário ao exercício de sua profissão:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
 I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
 II - cursos de extensão universitária; e
 III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.
 Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (Brasil 2010).

A despeito da referida Lei, Gesser (2011) afirma que a maioria dos TILS realiza as suas atividades na Educação sem ser licenciados. Porém, como apresentado nos capítulos anteriores, as situações vivenciadas em sala de aula pelo IE exigem conhecimentos que vão além dos conteúdos apresentados no Ensino Básico. Assim, podemos inferir que a realidade acadêmica apresentada pelos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte não é uma prerrogativa específica deste local.

Como já mencionado, a figura do Intérprete Educacional surge a partir do cumprimento às exigências de políticas educacionais de vários países e no Brasil somente a partir do ano 2000 é que os documentos oficiais passaram a definir e orientar a sua atividade, como faz o Decreto 5626/05 em seu Cap. V e Art. 19 (AQUINO, 2015). Em complemento a esta afirmação,

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
 II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com

aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental (BRASIL, 2005); e também a Portaria Ministerial do MEC nº 3284/11 em seu Art. 2º, Inciso II - a. .

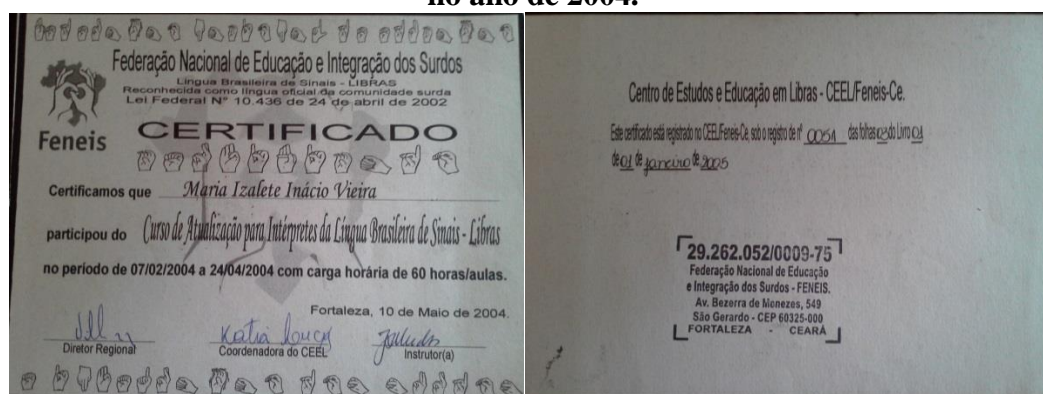
II - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL, 2011);

Percebe-se, então, um hiato entre o ano de início às especulações sobre o Intérprete Educacional apontado pelas autoras e as datas dos documentos oficiais brasileiros citados. Neste espaço de tempo os Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais não permaneceram inertes quanto à construção de uma identidade profissional, compreendendo que para isto era condição indispensável passar por formação, não só acadêmica, mas também, específica.

Assim, no Estado do Ceará especificamente, as atividades referentes à qualificação dos TILS se deram a partir do ano de 2004, após a publicação da Lei da Libras (BRASIL, 2002) e antes da publicação do seu Decreto de regulamento (BRASIL, 2005). Estas atividades se deram a partir de iniciativas da Feneis, que no ano de 2002 já havia instalado um escritório Regional em Fortaleza. Este se localizava na Avenida Bezerra de Menezes, 549, no bairro São Gerardo e, à época, se encontrava sob a direção de Willer Cysne e Ernando Pinheiro (Diretor Geral e Administrativo, respectivamente). Essas iniciativas se traduziram por meio da primeira ação voltada à formação de TILS, denominado de *Curso de Atualização para Intérpretes da Língua de Sinais – Libras*. Este teve sua ocorrência no período que compreendeu fevereiro a abril do ano citado e sua carga-horária foi de apenas 60 horas/aula. Como podemos observar no certificado a seguir:

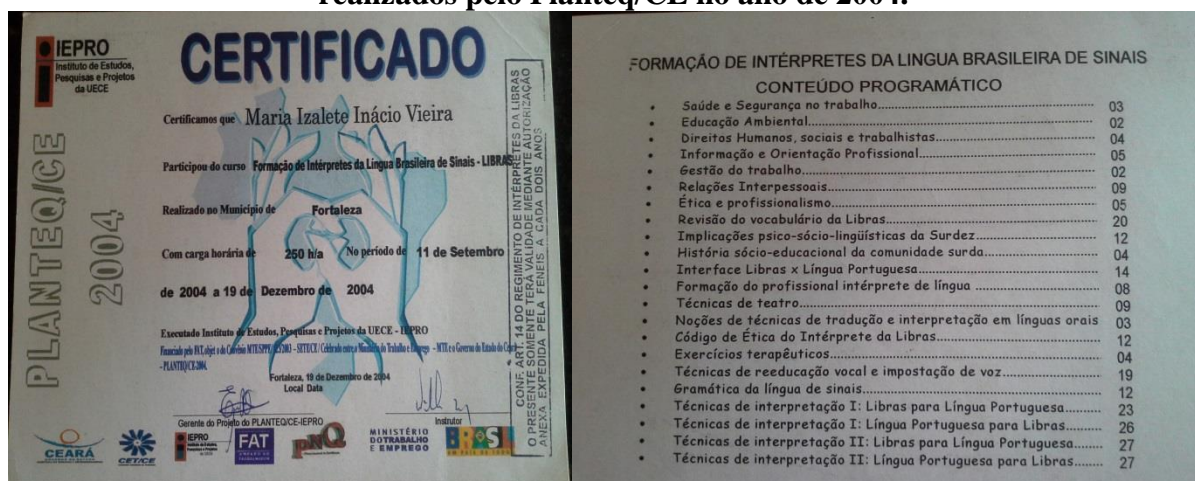
FIGURA 4 – Certificado do curso de Atualização de Intérpretes promovido pela Feneis no ano de 2004.



Fonte: Autora

Ainda em 2004, compreendendo os meses de setembro a dezembro, foi ministrado o Curso de Formação de Intérpretes da Língua de Sinais, em nível técnico, desta feita envolvendo várias instituições além da Apada e Feneis. Sua execução se deu pelo Instituto de Estudos, Pesquisa e Projetos da UECE – IEPRO e seu financiamento pelo Governo do Estado, por meio do Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ/Ceará, que envolve a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Teve carga-horária de 250 horas e usou as dependências do Instituto Cearense de Educação dos Surdos – CES como local de ministração das aulas. Diferentemente da primeira iniciativa, este apresentou um conteúdo mais extenso e abrangente e carga-horária de 200 horas-aula.

FIGURA 5 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes da Língua de Sinais realizados pelo Planteq/CE no ano de 2004.

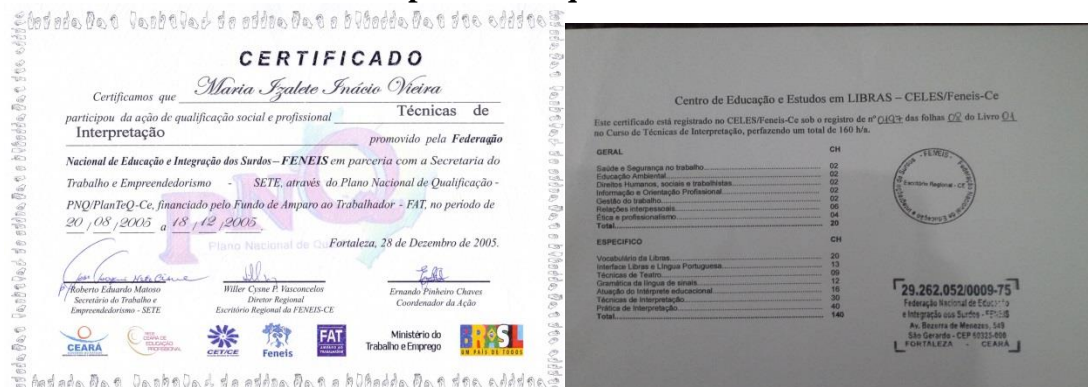


Fonte: Autora

A ministração das aulas ocorreu aos sábados e domingos, para favorecer a presença dos alunos, que, na sua maioria, realizava atividades laborais nos dias úteis da semana, e a locomoção daqueles que moravam na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado¹². De semelhante modo ocorreu o Curso de Técnicas de Interpretação no ano seguinte, 2005, no período de agosto a dezembro, sendo este o primeiro a mencionar o Intérprete Educacional em seu conteúdo programático por meio da disciplina intitulada de *Atuação do Intérprete Educacional*.

¹² Segundo Jucélia Carlos, Secretária da APILCE, as cidades contempladas da Região Metropolitana e interior pelos cursos ofertados pela APILCE foram Maracanaú, Maranguape, Juazeiro do Norte e Iguatu. Informação obtida em 23 de janeiro de 2017.

FIGURA 6 – Certificado do curso Técnicas de Interpretação realizada pela Feneis e financiada pelo Planteq/CE no ano de 2005.



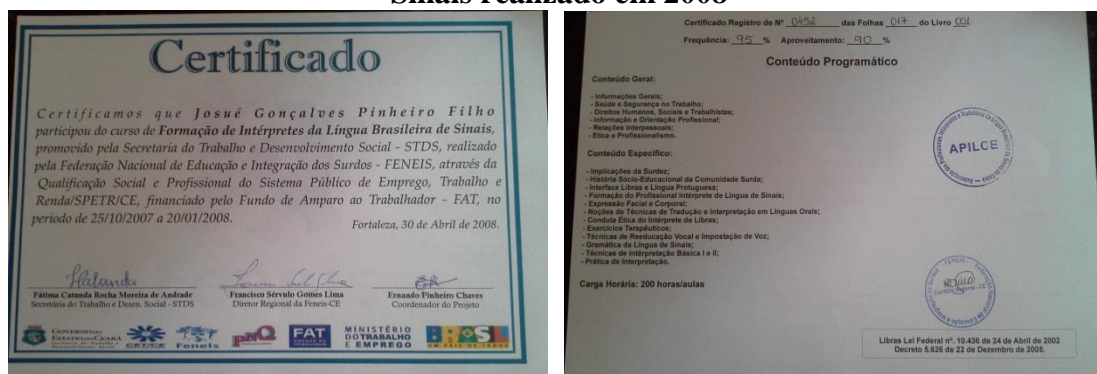
Fonte: Autora.

Em agosto de 2006 foi fundada a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes da Libras do Ceará – APILCE, sob a presidência de Ernando Pinheiro, seu fundador. Esta sendo uma entidade representativa do segmento TILS, como declarado em sua ata de fundação (ANEXO 5), assumiu também responsabilidades nas ações de formação deste segmento junto as demais instituições que viabilizaram as primeiras formações. A partir do ano de sua fundação e consolidação, coube a APILCE a elaboração do conteúdo programático, a indicação do corpo docente e a seleção dos candidatos para os cursos de formação.

Assim, foi dada sequência a formação de TILS em nível técnico em corroboração com o Parágrafo único do Capítulo V do Decreto 5626 e o Parágrafo 4º da Lei 12.319/10, que determina que “A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda [...]” (BRASIL, 2005; 2010).

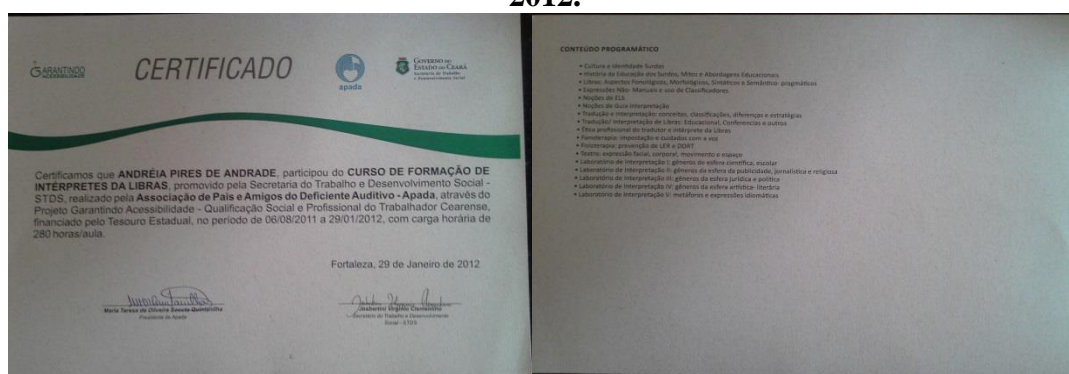
Nos anos de 2008, 2012 e 2013, com a participação efetiva da APILCE conjuntamente às entidades há pouco mencionadas, foram ofertados mais três cursos de formação de TILS com carga-horária de 200 horas, 280 horas e 300 horas, respectivamente, desta feita envolvendo também o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda/SPERTR/CE e contando com o financiamento do Tesouro do Estado.

FIGURA 7 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais realizado em 2008



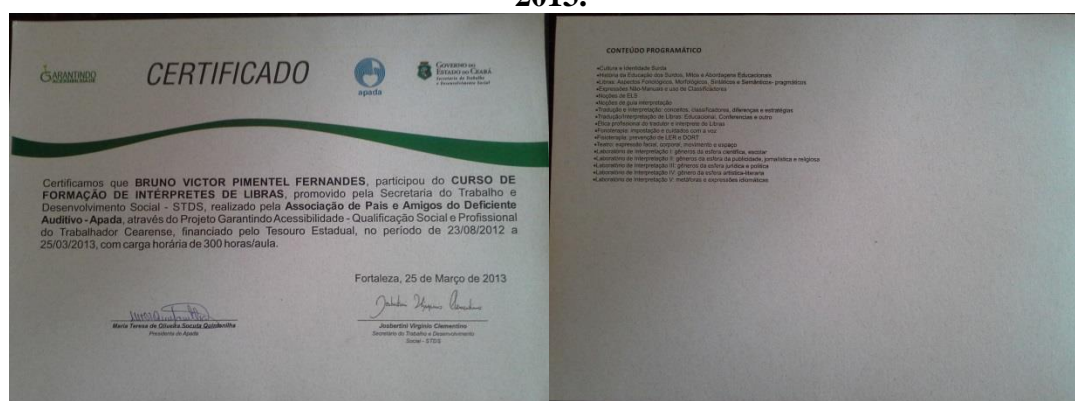
Fonte: APILCE

FIGURA 8 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes de Libras, realizado em 2012.



Fonte: APILCE

FIGURA 9 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes de Libras, realizado em 2013.



Fonte: APILCE

Alguns dos cursos mencionados ocorreram concomitantes ao curso de bacharelado em Tradução e Interpretação em Letras-Libras, iniciado no ano de 2008, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, cuja UFC (QUADROS, CERNY; PEREIRA, 2008) se constituiu em um de seus polos, como já explicitado nos capítulos iniciais deste trabalho. Este

foi abrigado na Faculdade de Educação da UFC, localizada na Rua Marechal Deodoro, 750 – Benfica, Fortaleza – CE. Atualmente, este curso está sendo ofertado novamente na modalidade de Educação à Distância, por meio de parceria estabelecida entre IFCE e UFSC, seu início se deu em agosto de 2016. O local de realização dos encontros presenciais é na Avenida 13 de maio, Benfica, Fortaleza-CE.

Há também cursos gratuitos de formação de TILS ofertados pelo Governo do Estado por meio do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE)¹³, localizado na Rua Graciliano Ramos, 52, Bairro de Fátima, Fortaleza-CE. E também pela Escola de Ensino Técnico Integrado Joaquim Nogueira.

O curso técnico de Instrução e Tradução/Interpretação de Libras integrado ao ensino médio começou a ser ofertado na EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional Joaquim Nogueira no ano de 2012 para alunos surdos e ouvintes. Neste caso, a formação dos TILS desenvolver-se em classes comuns à formação do Técnico de Nível Médio de instrutor de Libras [...] (OLIVEIRA; FREIRE, 2014)

É importante salientar que excetuando o Curso Técnico de Formação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, integrado ao Ensino Médio ofertado pela Escola de Educação Profissional Joaquim Nogueira, localizada na Rua Moreira de Souza, 327 – Parquelândia, Fortaleza-CE, todos os demais citados tinham como pré-requisito para seu ingresso o ser fluente em Língua de Sinais, ser maior de idade e o ensino médio completo.

Neste ponto, voltamos então aos dados que introduziram a presente seção para verificação de como se deu a formação dos sujeitos investigados face às informações há pouco expostas. Quanto à formação específica, encontramos dois Intérpretes Educacionais, o IE-1 e IE-2, que alegam ter recebido formação específica na área da tradução e interpretação por meio de uma instituição que firmou parceria com a Associação de Surdos local. Mas descrevem o curso como sendo básico, não sabendo precisar qual a instituição que o ofertou, a sua carga-horária, nem o ano em que receberam tal formação. Já o IE-3 diz ter apenas *cursos básicos*, contudo, durante entrevista foi possível perceber que os cursos aos quais se referiu não se trataram de cursos de formação de tradutores/intérpretes, mas de Libras. Diante destas constatações, é possível que alguém se arvore em estabelecer algum tipo de julgamento negativo em relação a estes sujeitos, no sentido de não compreender como em meio a tantas ofertas de cursos específicos, ainda permanecem tão carentes de formação.

Embora isto seja uma realidade, é necessário atentar para o fato de que todos os cursos ocorridos no intervalo de tempo anteriormente citado se deram ou se dão na capital,

¹³ Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/192-noticias-2013/5841-creaece-abre-inscricoes-para-cursos-de-Libras-e-formacoes-em-altas-habilidades-e-deficiencia>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Fortaleza. Considerando que a cidade de Limoeiro do Norte dista aproximadamente 203 km de Fortaleza, seria necessário aos intérpretes dessa localidade um investimento pessoal que envolveria disponibilidade de tempo e de recursos financeiros. Embora seja previsto pelo Decreto 5.626/05 e determinado às instituições competentes a responsabilidade pela promoção da capacitação necessária a tradução e interpretação da Língua de Sinais, isto ainda não ocorre de maneira a abranger as cidades afastadas dos grandes centros urbanos.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto (BRASIL, 2005).

Outro aspecto que também merece atenção é que, de todas as formações mencionadas, apenas o curso ofertado pela APILCE, em 2005, trouxe uma disciplina que abordou questões sobre a ação do Intérprete Educacional. Nem mesmo o curso de bacharelado em Letras-Libras, que se constituiu no primeiro curso de formação de TILS em nível superior da América Latina, com carga-horária de 2.640 h/a, trouxe em seu currículo tal conteúdo. Este fato é muito sério e coloca os Intérpretes Educacionais, de modo geral, e em especial os de Limoeiro do Norte, em dificuldades no tocante às orientações sobre a sua prática em sala de aula, pois nem mesmo os aspectos gerais da formação de TILS puderam acessar. Assim, para tentar amenizar os efeitos da falta de uma formação mais consistente, o IE-1 relata que busca na empiria e na troca de informações com seus congêneres a ampliação de seus conhecimentos para uma prática mais assertiva de sua função. Enquanto o IE-2 se apoia nos conhecimentos adquiridos no curso de pedagogia, ainda não concluído à época da entrevista. O IE-3 aponta apenas para seus cursos de Libras como fonte de formação.

Aquino (2015) afirma que a Educação é a área que concentra o maior número de profissionais tradutores e intérpretes de língua de sinas, e Sander (*in* LODI *et al.*, 2014), a esse respeito, alerta:

Torna-se cada vez mais importante uma profunda discussão sobre a capacitação de intérpretes para atuação em sala de aula, já que esse ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico, nem sempre

percebidos e desenvolvidos apenas com a prática. Tal capacitação envolve conhecimento sobre o processo de ensino/aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos que demandam formação detalhada e específica.

Essa formação também não pode ser encarada como uma busca particular de inteira responsabilidade do IE, pois, segundo Aquino (2015), quando as secretarias de educação consideram os Intérpretes Educacionais parte efetiva do contexto escolar, desenvolvem políticas que favorecem tanto à informação quanto à formação destes, contribuindo assim com a construção de sua identidade. A Lei 12.319/10 (BRASIL, 2010) em seu Artigo 4º (quarto) e inciso III afirma, em relação à formação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, que os cursos de formação continuada devem ser promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. Desta forma, tanto a autora supracitada como a legislação apontam para a responsabilidade dos órgãos públicos competentes da educação quanto à formação dos TILS.

Assim, ao encerrar a análise desta categoria, saliento que a falta de formação torna o profissional inseguro quanto a sua prática, impossibilita o seu empoderamento junto aos demais atores que dividem seu espaço de trabalho, impede que tenha clareza quanto às suas designações funcionais e afeta também, negativamente, aqueles que recebem os seus serviços. Por essa razão, urge que as autoridades competentes governamentais atentem para a condição de formação dos tradutores/intérpretes de língua de sinais que se encontram nas escolas do interior do Estado e promovam políticas que os favoreçam neste sentido.

4.3 CONTRATAÇÃO

QUADRO 6 – Contrato de Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Pesquisador	“Quais os critérios para contratação do TILS estabelecidos pela Secretaria de Educação?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro).	“Que tenha fluência em Libras e pelo menos o curso básico de Libras.”
Pesquisador	“No município, há algum dispositivo legal que regulamenta a contratação de TILS?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	“É garantido no Plano Municipal de Educação que aconteça seleção.”
Pesquisador	“[...] aqui no Município tem uma legislação específica para a contratação de intérpretes... de Libras?”
IE-1	“Também acho que não... não me foi informado uma legislação desse tipo...”
IE-2	“Eu não sei informar... eu acho que não.”
IE-3	“Não, desconheço.”
Pesquisador	“Há processo de seleção de TILS? Se há, quais as etapas?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	“Não aconteceu seleção pois só tínhamos 2 intérpretes disponível e duas vagas.”

de Ed. de Limoeiro)	
Pesquisador	“No ato da contratação, passou por algum tipo de seleção? Se sim, quais as etapas da seleção.”
IE-1	“Não. Ano passado eu já trabalhava. Tem uma carência muito... tem uma carência, né, de intérprete. Até porque algumas pessoas que também conhecem a Libras, às vezes, estão ocupadas já em outros lugares, né. Então como... como sabia a gente colocou o currículo e esperamos ser chamados.”
IE-2	“Isso mesmo, né. Por indicação, né. Sempre acontece de alguém que conhece, né, que sabe das habilidades de alguém, pode ser contratado também, indica. A pessoa que é responsável pela contratação vai investigar essa pessoa, né... vai saber realmente as informações dela e se ela concordar em contratar, essa pessoa aceita, como foi meu caso, né. Fui contratado com um acordo de lá, né... me apresentei, né... mostrei as habilidades que tinha e fui contratado.”
IE-3	“Não teve assim uma seleção pra ser contratado, apenas foi colocado o currículo e aceito.”
Pesquisador	“Quais os documentos exigidos do TILS para a sua contratação?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	“São: RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento de filhos se tiver, comprovante de residência, número de conta bancária, certificado do curso de Libras.”
IE-1	“Verdade. É, no meu caso também foi o mesmo. Todos os documentos necessários RG e comprovantes, né e também a questão do curso, que é necessários cento e oitenta horas pra se manter no município, né. E a gente... é responde essa cento e oitenta horas por meio da certificação, como a IE-2 falou, a certificação não ocorreu em 2013, como deveria ter ocorrido. Por alguns problemas, né... mas, a gente mantém essa ocupação por meio de uma declaração e a gente pretende trazer esse certificado e continuar por esse... por mais tempo.”
IE-2	“Bem... os comprovantes básicos: identidade, CPF, a questão da documentação escolar, né, e o curso. Aí, né... nós tínhamos um curso, fizemos juntos, também, esse curso que não deu certo a certificação. Então nós pegamos uma declaração, né, enquanto não sai a certificação. Nós pegamos a declaração do curso que fazemos e também com base em outras experiências, por exemplo eu já tinha sido contratada no estado uma vez. Então eu peguei também uma declaração da escola e anexei. Até porque tem sistema, tem sistemas nas escolas, né... São vários, as secretarias lá, né e tem que informar essas questões de certificações, bem complexos.”
IE-3	- Não foi exatamente exigido isso ou aquilo outro. Não foi exigida uma formação específica. Foi o que eu tinha apresentado ali o currículo e a experiência, né...no contexto religioso
Pesquisador	Qual a carga-horária destinadas aos TILS?
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	Carga-horária de 20 horas?
IE-1	Isso mesmo! A gente dividiu os horários, pra que não ficasse pesado só pra um. Como a gente ia ganhar uma quantia similar, né, então... ela trabalhando o expediente totalmente a tarde e eu trabalhava totalmente de manhã, mas eu ia agora trabalhar de manhã e da tarde. Somente temos nós no município interpretando, praticamente agora, como a gente já se conhecia... a Luiza conversou com a gente pra que a gente entrasse nessa comunhão de dividir, de revezar os horários.”
IE-2	“Eu sabia que era por 20 horas, mais esse ano teve esse caso, né...teve esse caso que precisou de um surdo a tarde, eu e o IE-1 trabalhando pela manhã, aí nós eu e o IE-1... entramos em comunhão pra dividir os horários. É... ele ia à tarde, que eu não ia poder ir a tarde, que meu aluno é a tarde e eu pegaria dois dias da semana pela manhã pra ele não ir os dois expedientes ganhando o mesmo salário.”
IE-3	“O contrato é de 40 horas.”

Fonte: Dados coletados

As instituições educacionais, de maneira geral, vêm se adequando a nova legislação quanto à contratação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais para garantir a acessibilidade educacional dos surdos, segundo Sander (*in* LODI *et al.*, 2014).

No Estado do Ceará, as primeiras contratações de Intérprete Educacionais se deram no governo de Lúcio Alcântara, no período que compreendeu os anos de 2003 a 2007. Tal contratação ocorreu mediante a luta conjunta das instituições de e para surdos, Feneis e Apada, respectivamente. Essas contratações inicialmente se deram por meio de contratos temporários e posteriormente por terceirização, já que oficialmente não há/havia o cargo de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais dentre os serviços ofertados pelo Estado. De forma bastante peculiar, essa terceirização se deu inicialmente em acordo firmado entre Feneis, Apada e Governo do Estado, sendo assim estabelecido: a Feneis seria responsável pela avaliação quanto à proficiência na língua de sinais e na tradução/interpretação, e a Apada a empresa empregadora junto ao Estado para efeito de contratação.¹⁴

Essa configuração permaneceu até o ano de 2005 quando o governo do Estado firmou contrato com outra empresa para fornecimento do serviço de tradução/interpretação. Esta era especializada em serviços de segurança e por isso não dispunha de profissionais da área citada para atuação junto às escolas. Assim, a Seduc “orientou” aos Intérpretes educacionais que se apresentassem junto à referida empresa como condição para que obtivessem de volta seus contratos efetivados em regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Muitos desses intérpretes após receberem suas rescisões de contrato junto a Apada, motivados por questões ideológicas, não se engajaram à nova empresa, preferindo assumir contratos temporários junto a Seduc. Embora nesse período o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) já vigorasse, essa realidade contratual permaneceu ainda por muito tempo. Somente a partir de 2013 é que se passou a vislumbrar novas possibilidades empregatícias, com o surgimento de concursos para provimento de cargos de TILS em Instituições do Ensino Superior – IES.

Até o ano presente, 2017, as contratações por meio de concursos públicos têm seguido uma ordem decrescente no sentido hierárquico acadêmico, sendo as Instituições de Ensino Superior as primeiras a realizarem os certames, como comprovam os seguintes editais:

¹⁴ As informações sobre as primeiras contratações dos TILS no Ceará foram obtidas mediante entrevista concedida por Joelma Vasconcelos no dia 24 de janeiro de 2017, durante visita feita a Apada e APILCE. As duas instituições residem no mesmo endereço, antes também compartilhado pela Feneis, na Av. Bezerra de Menezes, 549, bairro São Gerardo, Fortaleza-CE.

nº334/2013 da UFC¹⁵, nº 30/2014 da UNILAB¹⁶, nº 25/2014 da UFCA,¹⁷ e mais recentemente o Edital nº 13/2016 do IFCE¹⁸. Ressalto que até o ano de 2016 não houve registros de concursos efetivos para Intérpretes Educacionais no âmbito das universidades estaduais.

Os concursos promovidos pelas IES, de acordo com as descrições obtidas nos editais consultados, realizaram o processo seletivo dos TILS em três etapas, sendo: prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, prova prática e apresentação de títulos correlatos ao cargo concorrido. Quanto à prova prática, a composição das bancas examinadoras seguiu as orientações determinadas pelo Decreto 5626, isto é, são compostas por linguistas, surdos e profissionais da área tradução/interpretação:

CAPÍTULO V

Art. 20[...] Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

No tocante aos anos finais do Ensino Básico regular, há no âmbito estadual registro de editais de seleção para contratação de TILS pelo regime de CLT, mas somente para atuação junto a já mencionada EEP Joaquim Nogueira. Essas seleções são realizadas por meio do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) e da Secretaria de Educação (Seduc), como disposto no site do governo do Estado do Ceará¹⁹, em 01 de julho de 2013. Sobre isto, Oliveira e Freire (2014) esclarecem que os Intérpretes Educacionais que são lotados na escola, referida há pouco, assumem dupla função, a de Tradutor/Intérprete e de professor das disciplinas que compõem o núcleo dos conteúdos específicos do curso de formação técnica de TILS, sem, contudo, receberem dupla remuneração.

Nas demais escolas públicas da Rede Estadual do Ceará os contratos são efetivados em caráter temporário por meio de seleção simplificada, a exemplo do processo seletivo ocorrido em março de 2016, descrito no Edital 10/2016, publicado pela Seduc, através da Coordenadoria Regional de Educação – CREDE 1. Este descreve a ocorrência do processo seletivo em duas etapas, sendo a primeira destinada ao recebimento e análise de currículo. Neste deve conter um dos seguintes documentos:

¹⁵ Edital nº334/2013. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2013>. Acesso em: 14 mar. 2017.

¹⁶ Edital nº 30/2014. Disponível em: <www.unilab.edu.br/wp.../EDITAL-UNILAB-31-03-14-Versão-assinada-1-correto.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

¹⁷ Edital nº 25/2014. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/concursos-e-selecoes/editais>> Acesso em: 15 mar. 2017.

¹⁸ Edital nº 13/2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8489-selecao-publica-seduc-e-centec-abrem-inscricoes-para-professores>> Acesso em: 15 mar. 2017.

Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso de graduação em Letras-Libras;
 Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso Técnico de Libras;
 Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso de Formação Profissional de Tradutor Intérprete de Libras;
 Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do PROLIBRAS (Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras)
 (Disponível em:
 <http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/images/EDITAL_102016_Int%C3%A9rprete_de_Libras.pdf>, Acesso em: 19 dez.2016)

O edital citado prevê ainda que, no caso de não haver candidatos com a titulação exigida, poderão ser contratados *professores com Ensino Médio* e curso intermediário de Libras com a carga-horária de 300 (trezentas) horas; ou curso de conversação em Libras de 80 (oitenta) horas mais curso básico de Libras com 200 (duzentas) horas²⁰. Já a segunda etapa corresponde à entrevista com os candidatos. Esta, segundo descreve o referido edital, é realizada por uma comissão formada pelo Núcleo Gestor da escola e técnicos pertencentes à CREDE 1²¹.

Considerando o que determina o Capítulo V do Decreto 5626 sobre a composição da banca examinadora para tal processo, há pouco citado, percebe-se um desacordo com esse dispositivo, na forma em que o Estado seleciona os Intérpretes Educacionais. Além disso, ao permitir que pessoas sem formação adequada possam assumir o cargo de Intérprete Educacional, o Estado coloca essa categoria de profissionais em condição de vulnerabilidade, pois o segmento TILS perde características importantes à composição de sua identidade e, por consequência, tem sua representatividade política atenuada, visto que, segundo Perez-Gómez (2001), a fragmentação de um grupo prejudica a construção de um projeto comum.

Em relação à Educação no Ensino Fundamental, observa-se que o processo de seleção para Intérpretes Educacionais que atuam neste nível de ensino segue leis estabelecidas pelo próprio município e orientações de suas secretarias de educação. A exemplo disto temos alguns municípios do Ceará que já lançaram editais de concursos em caráter efetivo para suprimimento de vagas para cargos de intérpretes de língua de sinais na Educação. Dentre estes, estão Maracanaú e Iguatu, como podemos constatar por meio dos editais nº 001/2013, de 11 de outubro de 2013 e o edital nº 001/2015, de 5 de fevereiro de 2015, respectivamente.

Os referidos concursos apresentaram em seus editais exigências quanto à formação do TILS, aparentemente em acordo com as determinações do Decreto 5.626/05 e fizeram referências acertadas em relação à função do Intérprete Educacional. Porém, os seus processos seletivos se deram apenas por meio de prova escrita de múltipla escolha e as exigências quanto

²⁰ Disponível em: <www.crede01.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2016.

²¹ Disponível em: <www.crede01.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2016.

à carga-horária dos certificados comprobatórios de formação específica, foram de apenas 200 horas-aula. Quanto a carga-horária, saliento que nem mesmo um curso básico de Libras que comportando duzentas e oitenta horas, promovidos pela Feneis, pode garantir o uso fluente da Língua de Sinais, quanto mais a tradução e interpretação desta. Portanto, não é difícil fazer a inferência de que muitos dos candidatos aprovados nessas seleções poderiam não estar aptos a assumir o cargo ao qual tal processo seletivo se destinou, o que deve ter se refletido diretamente na educação dos surdos que receberam tais serviços.

Indo ao encontro do município de atuação dos tradutores/intérpretes aqui investigados, em analogia aos processos de contratação de Tradutores/Intérpretes da Língua de Sinais supracitados, foi encontrado na cidade de Limoeiro do Norte uma realidade que ainda está aquém dos modelos contratuais mencionados. Tomando por base os relatos expostos no quadro que inicia esta seção, de acordo com a coordenadora da Educação Especial junto à Secretaria de Educação de Limoeiro, a contratação de Tradutores/Intérpretes da Libras, está previsto no Plano Municipal de Educação. Este corresponde a Lei municipal nº 1.931, de 20 de novembro de 2015²², e apresenta dezenove metas e suas respectivas estratégias, a serem cumpridas no decênio que compreende os anos de 2015 a 2025. Dentre as metas estabelecidas, a quarta destina-se a universalização do acesso à Educação para pessoas com deficiência. Sua estratégia de alcance prevê a ampliação do quadro de profissionais da educação municipal acrescentando a ele uma equipe multidisciplinar, e a implementação de salas de Apoio Educacional Especializado – AEE. Dentre os profissionais citados no Plano, como necessários ao atendimento às demandas do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, encontra-se o Tradutor/Intérprete de Libras:

4.6- garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, especialmente de profissionais do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; (Disponível em: <http://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/73/Leis_1931_2015.pdf> - Acesso em: 16 mar. 2017)

Faz-se importante mencionar que os Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte afirmaram não ter conhecimento deste documento. Acrescento também que, segundo dados dispostos no quadro referente ao perfil dos sujeitos, encontramos que o IE-1 e 2²³ atuam nas

²² Disponível em: <http://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/73/Leis_1931_2015.pdf> Acesso em: 16 mar. 2017.

²³ Ver quadro do perfil dos Intérpretes educacionais.

escolas municipais de Limoeiro há três anos. Assim, tendo como referência o ano de publicação do Plano e o de ocorrência da entrevista em que tais informações foram colhidas, 2015, conclui-se que suas contratações se deram anterior ao Plano Municipal de Educação. E que até o ano citado, dez anos após a publicação do regulamento da Lei da Libras, Decreto 5.626/05, o município permaneceu sem uma política oficial que previsse a contratação de TILS para atuação na Educação. Este fato pode ter ocasionado o relaxamento na forma de seleção e contratação, encontrado nos relatos desses profissionais.

Ao reportarem a forma de seleção, todos os informantes, tanto os Intérpretes Educacionais como a representante da Educação Especial junto à Secretaria de Educação, foram unânimes em afirmar que a seleção se deu apenas por meio de documentação de comprovação de identificação pessoal. E que o documento exigido para comprovação de proficiência na língua de sinais foi o certificado do curso básico de Libras, porém não menciona a carga-horária destes cursos. Em oposição a esta afirmação, os IE-1e 2 relataram não ter apresentado certificado, mas uma declaração referente à participação em um curso de formação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no ano de 2013. O IE-3 foi categórico em afirmar que não lhe foi pedido nenhuma documentação comprobatória de proficiência em língua de sinais ou/e tradução/interpretação. Acrescentou ainda que a documentação pessoal mais a sua experiência de tradução/interpretação no âmbito religioso foram suficientes para sua contratação. A representante da Secretaria de Educação justificou esse modelo de seleção, alegando que havia apenas dois Tradutores/Intérpretes concorrendo às duas vagas disponíveis, por isso o processo de seleção se tornou dispensável.

É fato que o número de Intérpretes Educacionais no Brasil, de modo geral, é inferior a demanda oriunda das ações de atendimento à Educação Inclusiva, sendo este fato reconhecido, inclusive, pelo MEC, como afirma Aquino (2015, p. 30). Mas como relatado no Capítulo 3 (três) deste trabalho, a comunidade surda de Limoeiro do Norte já tem uma estrutura que favorece a emersão deste profissional em seu próprio contexto organizacional. Assim, é possível inferir que nesta cidade haja outros TILS, mesmo que tenham sido formados apenas em nível de empiria, que pudessem concorrer conjuntamente aos sujeitos aqui citados, aos cargos de Intérprete Educacional, disponibilizados pela Secretaria de Educação do município em questão. Por isso, pode se pensar que a quantidade de Intérpretes Educacionais existente em Limoeiro não seja a única razão de não haver seleção, já que o IE-2, em sua fala, afirma que há também indicações e acordos realizados entre contratado e contratante para provimento dos cargos em questão.

Quanto à carga-horária assumida pelos IE-1 e 2 no ano de 2015, em suas escolas de atuação, segundo seus relatos, era de 20 (vinte) horas semanais, sendo os dois lotados no turno da manhã em suas respectivas escolas, Escola Padre Joaquim de Meneses e Judite Chaves Saraiva. Mas com o ingresso de um novo aluno surdo no período da tarde, na Escola Judite Chaves Saraiva, orientados pela Secretaria de Educação, os IE-1 e 2 acordaram um revezamento nos dias da semana para efetuar o atendimento ao aluno mencionado em seu turno de estudo. Desta forma, obtiveram acréscimos em sua carga-horárias em obter aumento salarial. Já o IE-3, que assumiu a vaga em 2016 antes ocupada pelo IE-1, afirmou que seu contrato foi firmado com carga-horária de 40 (quarenta) horas semanais. Esses contratos, segundo os Intérpretes Educacionais, foram todos em caráter temporário.

Os aspectos aqui referidos quanto à forma de contrato, tempo de trabalho e processo de seleção demonstram, além de desrespeito por esses profissionais, falta de seriedade por parte das autoridades competentes de Limoeiro do Norte no tocante à inclusão de alunos surdos nas escolas municipais. No entanto, é necessário salientar que os concursos e seleções supracitados, ainda que não se apresentem de forma ideal, eles representam um avanço no tocante ao reconhecimento do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais que atua na Educação, nesta cidade. E que a situação encontrada, quanto à sua seleção e contratação nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte, pode representar de maneira significativa à situação da maioria dos TILS que se encontram nas escolas dos demais municípios do Estado do Ceará.

4.3 FUNÇÃO

QUADRO 7 – Função dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Pesquisador	“Em que categoria funcional são enquadrados os TILS?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	“Intérpretes de Língua de Sinais”
IE-1	“Também, de intérprete.”
IE-2	“De intérprete.”
IE-3	“Ele (o contrato) é com o nome intérprete de Libras.”
Pesquisador	“Quais atribuições funcionais a Secretaria de Educação acredita ser da responsabilidade do TILS?”
Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)	“Acompanhar e desenvolver a comunicação dos alunos, como também sua aprendizagem, na aplicação de conteúdos junto ao professor.”

Pesquisador	“Quais as atividades que você exerce na escola... na sala de aula e na escola de modo geral?”
IE-1	<p>“Eu ajudo a essa aluna, mais quando possível eu ajudo os outros alunos com a leitura, muitos deles não tem a leitura, no quadro apontando as letras para que eles possam entender, ajudo nas aulas de artes, recontagem e colagem, né... Com relação à segurança dele, né, porque nossa escola tem um lado alto, tem que tá sempre observando, né... Nossa turma é menor, do que a da Samara, né... temos 12 alunos, quase 14 agora... totalmente diferente o público, não é uma sala regular, pela carga-horária a gente passa pouco tempo com eles, mais sempre botando limite, né... diferente da Samara, eu tenho uma dificuldade maior em fazer outras atividades, embora tenha minha função de intérprete. Mais, sempre que eu vou me esforçando pra estar disponível quando necessário, né... eles sempre me colocam em outras atividades, né... sempre quando um professor ta com problema de garganta e não tá podendo falar muito, a gente dá uma leitura nas atividades. Embora intérprete, tem que fazer a leitura, o que fica um pouco mais difícil, mas a gente faz de alguma forma, pra que a aula possa fluir de forma boa, de forma que eles gostem, de forma que fique atrativa pra eles, né... Não seja algo só ler, ler e ir embora, mas sempre, por exemplo as atividades físicas a gente faz dentro da sala, né... uma coisa motora, pra tentar levantar eles da cadeira, né... pra poder fazer eles se divertirem um pouco mais, pra poder quebrar o gelo da atividade do livro ou da lousa, que se torna um pouco cansativo. Então, sempre faço meu máximo, mas te digo uma coisa, eu não me sinto à vontade fazer outra atividade... tendo minha função, mas me esforço.”</p>
IE-2	<p>“Pronto, na sala eu fico tentando auxiliar realmente o aluno surdo e aos demais também, quando eu vejo que é necessário fazer alguma intervenção pra ajudar a sala, até porque são quase 30 crianças, né... 6 anos, 6,7 anos. Então, eles são bem agitados mesmo, não vou dizer que a sala é uma calmaria, que não é... não é mesmo. Assim, a professora, assim, a... a metodologia dela, a didática dela é muito boa. Então ao mesmo tempo eu estou aprendendo e tentando ajudar na maneira que precisar realmente e que isso é de mim, da minha pessoa procurando... normalmente eu não faço só o que seria pra mim fazer na escola, se precisar... qualquer coisa eu tô lá pra ajudar, você pode imaginar aí, que eu tô lá pra ajudar. Então, no recreio eu olho menino, se precisar de alguém pra mexer lá no Datashow, eu vou lá mexer no Datashow, precisar fazer coisa de reunião... o que precisar eu tô ajudando, mais normalmente, eu fico muito na minha função com ele, porque ele é muito agitado e precisa mais eu ficar junto dele.”</p>
IE-3	<p>“O intérprete tem que repassar o máximo possível da sua habilidade nos sinais tudo que é feito pelo professor, tudo que ele passa de forma verbal, oral e por meio de educar mesmo, interagir o máximo que ela se expressar. Expressões dela com os alunos, o intérprete tem que passar dentro dessas habilidades o ensino pra o surdo, envolve também... o intérprete tem que socializar os surdos, aliar colegas, a professores, todo o corpo da escola, o intérprete tem que está incluindo o surdo a esse meio. Abrir sempre a comunicação, tanto pra os ouvintes como para sinais.”</p>

Fonte: Dados coletados

As escolas municipais são responsáveis por uma faixa-etária de alunos que compreende desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental, sua demanda supera os egressos do Ensino Médio e do Superior. Isto ocorre não só no Estado do Ceará, mas em todo o território brasileiro, segundo apresentado no Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014). Em meio a este enorme contingente, a Lei de

Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei 9394/96, regulamenta e orienta que as escolas de Educação Básica do Ensino Regular ofereçam a Educação Especial como uma de suas modalidades, devendo incluir educandos com deficiência (BRASIL, 1996). Para isto, determina que as escolas devam adequar seus recursos para prestar atendimento de forma multidisciplinar às crianças que apresentem algum nível de comprometimento, seja motor, intelectual ou sensorial:

LDB- CAPITULO V
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996)

Para que esse atendimento ocorra em conformidade com tais orientações, as Escolas Municipais devem dispor de uma equipe multidisciplinar, especializada no atendimento a pessoas com deficiências, também deve ter salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, como previsto, por exemplo, no Plano Municipal de Educação de Limoeiro do Norte, há pouco mencionado. Isto, como foi denotado na seção anterior, compreende o Tradutor/Interprete de Libras como elemento indispensável na composição desta equipe.

Aquino (2015) informa que no âmbito educacional percebe-se a configuração do trabalho do Intérprete Educacional como um serviço da Educação Especial. Isto é bastante evidenciado nas terminologias utilizadas nos editais de seleção de TILS. A exemplo do Edital nº 10/2016, publicado pela Seduc:

CREDE 1
EDITAL N.º 10 / 2016

1. DA SELEÇÃO

1.1. A Seleção destina-se a suprir possíveis carências temporárias nos níveis da modalidade Educação Especiais – **Professor Polivalente com a função de Intérprete de Libras** atendendo às necessidades temporárias de excepcional interesse Público da Rede Estadual, conforme discriminado no Anexo I, parte integrante deste Edital, limitando-se a atender às situações específicas da Educação Especial (Disponível em: <<http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/>> Acesso em: 19 dez.2016)

É explícito no texto citado que o enquadramento funcional do IE na Educação se dá no âmbito da modalidade da Educação Especial, e também é notório que sua função ainda não foi assimilada com clareza pelos órgãos competentes da Educação Pública. A definição do IE como **professor polivalente** atesta esta afirmação e ainda pode influenciar a compreensão por parte dos demais integrantes da comunidade escolar, quanto às funções do IE no interior da

escola, podendo também ampliar as suas atividades para além de suas reais atribuições (AQUINO 2015).

Referente ao termo de designação, utilizado no Edital referido, o Decreto 5.626/05 é claro ao afirmar que professores, com a qualificação necessária, podem ser Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, mas ao fazerem isto estão assumindo funções diferentes das pertencentes à docência:

CAPÍTULO IV

§ 2o O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente (BRASIL, 2005).

Mas embora o referido decreto promova esse diferencial quando o foco se trata do ensino e aprendizagem no âmbito da Educação Básica, muitos dos documentos oficiais, a exemplo do edital supracitado, fazem um grande emaranhado, tanto no uso dos termos quanto na designação de funções referentes ao Intérprete Educacional. Como podemos ver, por exemplo, na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre a Educação Especial.

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:
a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL, 2003);

Percebem-se nos documentos citados diferentes termos para nomear os Intérpretes Educacionais e que nenhum dos termos deixa claro qual a sua real função no espaço escolar, em semelhança ao que acontece nos editais de seleção de intérpretes promovidos pelas Secretarias de Educação do Ceará – Seduc. A não compreensão da função do IE é fortemente marcada pelas nomenclaturas atribuídas a ele. Sobre isto, Aquino (2015) acrescenta que há dezesseis termos diferentes usados no contexto educacional que estão relacionados à designação da função do IE. Dentre estes estão: Professor-intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, Professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, Professor-intérprete, Intérprete Educacional, Intérprete-tutor e Tradutor/Intérprete escolar.

Esta grande variedade de termos traz também uma gama de sentidos que constitui os Intérpretes Educacionais dentro de um processo conflituoso de construção de identidade. Mas é possível que este excesso de terminologias e designações seja decorrente do fato desta

profissão ter emergido há pouco tempo, no final da década de 1980, no seio de uma comunidade representativa de minorias sociais, e ainda de sua oficialização ter se dado apenas em 2010. Assim, pode se pensar que com o amadurecimento social e consolidação desta profissão, ao longo do tempo, os equívocos terminológicos e por conseguintes funcionais sejam corrigidos de forma processual.

É possível também que, por essa razão, ao tomar para análise os dados colhidos sobre a *função* do IE na cidade de Limoeiro do Norte, em analogia ao que foi exposto sobre este aspecto, é que tenha encontrado algumas distorções. Estas, embora não apareçam implícitas na terminologia empregada pelos entrevistados para designação da função do IE, estão explicitadas em suas falas quando se reportam a sua atuação em sala de aula. Tanto a Coordenadora da Educação Especial quanto os Intérpretes Educacionais, ao serem indagados sobre o enquadramento funcional junto a Secretaria de Educação, informaram de forma genérica ser de *Intérprete*.

Mas, de forma mais elucidativa, a coordenadora da Educação Especial utilizou o termo *intérprete de língua de sinais* e o IE-3, o *intérprete de Libras*. O uso destas terminologias para indicar a função do IE, segundo Aquino (2015), marca apenas umas das línguas a ser interpretada, desconsiderando que a designação do termo acarreta um par de línguas, no caso a Língua Portuguesa e a Libras. Já os IE-1 e 2 encurtaram o termo não informando nenhuma das línguas com as quais trabalham. Este fato pode evidenciar que para os Intérpretes Educacionais 1 e 2 o termo *intérprete* é um construto que está associado diretamente ao sujeito que trabalha com a Língua de Sinais, não havendo a necessidade de deixar isto explícito.

Segundo Albres e Santiago (2013), esse termo é relacionado com a atividade de interpretação, ou seja, a ação que se desenvolve face a face de forma emergencial por meio da mediação entre línguas diferentes. Assim, o uso deste termo delimita as atividades do Intérprete Educacional aos eventos discursivos que podem vir a ocorrer no âmbito escolar, como aulas, seminários, palestras, orientações, entre outras (AQUINO, 2015).

Quanto ao desempenho das atividades funcionais do IE, a resposta dada pela coordenadora da Educação Especial, quando indagada a esse respeito, demonstra crenças confusas sobre a reponsabilidade do IE. Para ela, tanto os aspectos de desenvolvimento comunicativo do aluno surdo como o acompanhamento de sua aprendizagem são integrantes às atribuições do IE. Porém, Quadros (2002, p. 60), quando do início das discussões sobre a atuação do TILS na Educação, salientou que o acompanhamento do desenvolvimento educacional do aluno é tarefa estrita do professor. Alertou ainda para o fato de que a função do

Intérprete Educacional, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, é geralmente confundida com as do professor.

Em semelhança à coordenadora da Educação Especial, também os Intérpretes Educacionais, ao ser indagados sobre as atividades funcionais exercidas na escola, desvelaram uma série de atividades que não estão relacionadas com a mediação entre línguas. No ano de ocorrência da entrevista, 2015, o IE-1, por exemplo, se encontrava inserido no contexto da modalidade Educação Especial na Escola Padre Joaquim Meneses, como já referido no Capítulo 3 deste trabalho. Nesta, sua atuação se dava em uma sala, que, apesar de ter um número reduzido de doze alunos, apresentava/apresenta uma complexidade imensa, pois nela estudavam além da aluna surda pra quem realizava as interpretações, discentes com variados tipos de comprometimentos, predominando entre estas a deficiência intelectual.

Segundo o IE-1, ele não podia colaborar muito em outras atividades que não fossem relacionadas às de interpretar, mas sempre que necessário ajudava a professora regente com os demais alunos. A ajuda referida se destinava aos alunos que tinham dificuldades de leitura ou a leitura de textos quando a professora se encontra impedida de fazê-lo por problemas de saúde. Neste ponto, o próprio IE-1 chega a reconhecer a impossibilidade existente entre a realização da leitura de um texto em Português e a sua interpretação simultânea na Libras. Além disso, no momento de sua dedicação à leitura oral, o aluno surdo fica sem acesso ao texto. Este intérprete chega a mencionar, inclusive, que assume cuidados com a segurança dos alunos e que contribui com exercício físico realizados em sala de aula. Embora em seu relato, ele afirme que se esforça para auxiliar a professora no que for necessário em sala de aula, confessa não se sentir confortável em realizar atividades que não são próprias de sua função.

O IE-2, por sua vez, atua em uma sala de aula que tem um aluno surdo incluso no universo de um total de trinta alunos, compreendendo a faixa etária entre seis e sete anos de idade. Este alega que por causa do número elevado de alunos a sala se torna muito agitada e que, por essa razão, além de *auxiliar* o aluno surdo, a quem garante dá mais atenção, realiza intervenções junto aos demais alunos para ajudar a professora. Acrescenta também que no intervalo costuma *olhar* as crianças, e, quando necessário, realiza atividades de cunho logístico, como preparo de datashow para reuniões, entre outros. Cabe aqui indagar: qual o horário dispensado a este IE, pela escola, para o seu descanso? Pois se sabe que deve ser considerado um intervalo para o descanso do Intérprete, para lhe garantir melhor desempenho na interpretação e resguardo de sua saúde (QUADROS, 2002).

Faz-se importante neste ponto lembrar que o IE-2 afirma ter mudado de função no início de 2016, passando a exercer a função de cuidador. Porém à época da realização da entrevista em que foram colhidas as informações expostas no quadro referente à *Função*, ano de 2015, o IE-2 ainda a atuava como Intérprete Educacional na Escola Judite Chaves Saraiva.

Quanto ao IE-3, ao substituir o IE-1 no início do ano letivo de 2016, na Escola Padre Joaquim de Meneses, acabou por assumir o mesmo contexto de atuação de seu colega. Porém, sua resposta à indagação feita em relação às atividades exercidas por ele na escola se aproximou mais das funções reais do Intérprete Educacional. Segundo ele, seu trabalho consiste em ofertar acesso comunicativo, em todos os eventos ocorridos em sala de aula e na escola, de modo geral, ao aluno surdo. Também prover a sua socialização com os demais alunos, professores e funcionários da escola.

Diante destes relatos referentes às atividades desenvolvidas pelos Intérpretes Educacionais entrevistados, pode se concluir que apesar de sua função, para efeito de contrato, ser designada como intérprete de Língua de Sinais, suas atividades ultrapassam esta designação. Além disso, em determinados momentos chegam a distanciá-los de sua real atribuição enquanto IE, pois algumas das atividades mencionadas não têm nenhuma relação com questões referentes a proficiências no uso da língua de sinais nem sobre a competência tradutório-interpretativa.

Segundo o código de ética da Febrapils, o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais é conceituado com sendo:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE

Art. 1º - Para os fins deste CCE, considera-se:

I. TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: Profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada Língua de Sinais para outra Língua de Sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.

Este conceito acarreta, também, a sua função. Mas Lacerda (2009) é categórica em afirmar que no contexto de sala de aula é possível que o TILS execute atividades que se constituem em exigências que são próprias do ambiente escolar. Tais exigências podem entrar em choque com o código de ética estabelecido pela Federação. Por esta razão, Quadros (2002) ressalta que o Tradutor/Intérprete que atua na Educação Infantil e Ensino Fundamental realiza uma tarefa mais difícil do que os que atuam em outros espaços, e que por isso tem se pensado na criação de um código de ética específico para o Intérprete Educacional.

Quanto aos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte, ainda que seu contexto seja a sala de aula, muitas das atividades realizadas por eles, pode se dizer que não são exigências próprias deste ambiente. Mas podem ser decorrentes das relações de poder

estabelecidas no âmbito escolar e/ou da falta de uma delimitação funcional predeterminada pelo processo de construção de identidade profissional do segmento TILS. Em Limoeiro, esta delimitação é necessária e urgente, mas ela só se constrói a partir de lutas e, especialmente, do empoderamento da categoria por meio de formação e informação sobre o que envolve a sua prática e sobre aqueles a quem é destinada à sua ação.

4.4 PAPEL

QUADRO 8 – Papéis assumidos pelos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Pesquisador	“É... eu lembrei que você falou, IE-2, que aluna pra quem você traduz não sabe Libras. Como é que você, então, trabalha com essa aluna?”
IE-1	“... Então, a gente trabalha com o conteúdo segmento EJA, estamos no primeiro...segundo segmento e usando... iniciando as letras, como ela sabe muito bem a tipologia, ela conhece muito bem o alfabeto, a gente tá trabalhando bem, bastante a questão da escrita, que é algo que ela vai necessitar [...]. Mas, com respeito a aula em geral é... eu interpreto de forma resumida, simples pra que ela consiga captar, usando o mesmo conteúdo que os professores\ouvintes fazem com os outros alunos ouvintes, sempre é usado historinhas, né... Eu tento dramatizar mesmo, se possível ir pro meio da sala, os outros alunos acham bastante interessante, eu lá interpretando, ficam vendo e ela interage nesse sentido porque, como ela... como os outros alunos estão se divertindo com o que eu tô fazendo e ela tá conseguindo entender, então ela se diverte junto com os alunos, né. Por ela saber o básico da língua de sinais que dá pra conversar, então eu ensino... e explico alguns sinais novos com respeito a matéria que vai ser usado em geografia, matemática algo do tipo que tenha sinais diferentes, ciências, né. Então eu aprendo junto com ela, muito dos sinais com respeito da escola eu vim aprender com o tempo que vim ajudando a ela, são coisas que a gente aprende só com a convivência, com atividade.”
IE-2	“Então eu fico sempre perto dele, auxiliando mais um pouco nas atividades, ele se comunica muito comigo, é... eu auxilio muito a professora em relação a ele tentando transmitir, tentando fazer com que ele entenda as questões, porque na educação infantil trabalha-se muito com a questão de dinâmicas, né, com figuras, com cartazes, né, então eu... no momento eu acho que está sendo correto que foi uma preocupação minha e da professora, como é que a gente faz, como é, que eu quero que ela aprenda Libras. Vamos com calma, que ele não vai aprender ler agora, ele sabe fazer o A, se eu falar o A ele escreve, mas se eu falar o B... Eu vou lá no cartazinho que tem o alfabeto em Libras e eu mostro a ele, as vezes ele quer aprender. Então, fica assim meio termo né, eu num pude falar com a família... olha e aí? vamos fazer o que? Se ele já tinha iniciado, eu não posso interferir nisso, né. Mas, por mim ele aprenderia Libras.”
IE-3	“Às vezes pelo nível da surda... o nível dela de conhecimento da língua de sinais ser muito baixo, eu tenho que trabalhar com ela como professor a maioria das vezes. Ensinar por exemplo... pelo nível dela ela não reconhece palavras, ela não sabe ler uma palavra e fazer o sinal referente aquela palavra na Língua de Sinais, então o nível dela está bem zero. A aula tá seguindo um nível, né? Um nível de ensino pra eles, mas como ela não consegue acompanhar eu tento descer esse nível pra justamente ficar mais compatível com ela, pra ela entender pelo menos a essência da aula. Eu tento incluir ela na aula ensinando sinais às vezes, fora parte da aula o recreio... como ela fica fora da sala, aproveito pra alfabetizar ela, ensinar palavras, vocabulário mesmo pra ela, porque assim... a língua de sinais ela

	tem, mas ela ter o entendimento de construir uma frase, construir texto, dialogar, ainda tá bem deficiente, ainda precisa melhorar bastante.”
Pesquisador	“Você falou algo a respeito de ser... das pessoas na escola, dos funcionários, dos professores considerar você professora dos surdos?”
IE-1	“Isso mesmo, a gente percebe bastante que o surdo se apega bastante ao intérprete, ele vê a gente como alguém de confiança, né... a gente não só interpretar a aula lá, né, mas quando passa por alguns problemas de família e até mesmo de comunicação, a gente tá lá. Os pais têm também a gente como alguém que pode entrar em contato com o próprio filho, né? Caso que eles não conseguem fazer. [...] Por exemplo, quando algo acontece na prova e o nosso aluno, o aluno surdo, é tem... tira uma nota que é considerada baixa. Os professores vêm nos perguntar o que aconteceu, algo que na verdade se torna irônico, porque quem passou a matéria foi o professor ouvinte, a gente transmitiu pra língua que ele entende, mas na verdade o conteúdo foi passado pelo professor ouvinte, mais como somos considerados pelo surdos... precisamos ajudar ele a desenvolver aquela matéria, a fazer atividade que façam que ele lembre na hora da prova e tire uma nota, que realmente, seja favorável.”
IE-2	“Exatamente. Esse ano não, porque tô vivendo outra experiência, com o fundamental 1. Mas, em anos anteriores, normalmente, quem é o professor mesmo... quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... ele é um intérprete. Mas digamos que a função dele não é só interpretar né, é o de ensinar também. Inclusive no Estado, o contrato é como professor, não é como intérprete.”
IE-3	Obs: não foi feita essa pergunta para esse intérprete.
Pesquisador	“Como se dá a relação com o aluno surdo?”
IE-1	“No meu caso, da minha aluna, eu acredito que por sermos de gêneros diferente, porque ser homem e ela mulher... ela sente um pouco retraída com respeito a mim... a como agir, mais sempre me esforço pra deixar ela a vontade, dizer o que ela quiser, o que ela pensa, expressar isso pra mim. Mais ela sente muito mais à vontade com as professoras, com as professoras do sexo feminino, que eu ajudo a entender ela... o que ela tá dizendo, pra que elas possam também dizer algo, pra elas possam ter essa relação com elas e não fique somente os outros alunos tendo relações, sendo amigos de todos e ela se sentindo excluída por ser surda. Eu tento fazer com que os outros professores entendam ela e ela tenha essa amizade não só comigo, com outros, porque ela tem uma ideia de amizade com homem ser algo mais profundo. Então, já tentei explicar a ela que amizade com amigo é uma coisa e relação mais chegada é outra coisa. Assim ela tem bem essa barreira, ela tem a ideia de que não. Eu me esforço de ter amizade com Ela tem quase a mesma idade que eu, porque eu tenho 19, mas ela tem essa barreira ainda...”
IE-2	“Bem eu trabalho... nesse ano é uma criança de 6 anos. Nós nos damos muito bem... Tem dia que ele tá mais agitado e ele quer fazer o que ele quer e eu tento lá, é... tento dar lá um limite. Entre eu e a professora, mais sempre em comunhão, a gente, eu e a professora... tá dando certo, né. Ele é muito carinhoso, muito simpático, ele é um amor.”
IE-3	Obs: essa pergunta não foi feita a este intérprete.

É importante lembrar que embora a categoria *Papel* apresente nos dicionários da língua portuguesa relação de sinonímia com a categoria anterior, acarreta uma carga semântica

que está relacionada, também, às representações sociais que se estabelecem em determinado contexto, como dito anteriormente. Deste modo, ao analisar o papel dos Intérpretes Educacionais nas escolas municipais de Limoeiro do Norte, o farei levando em consideração as relações estabelecidas em sala de aula entre os pares IE/aluno surdo e IE/professor, visto que estes estão imbricados nos mesmos processos que implicam o ambiente.

Início então a análise partindo do par IE/aluno surdo, observando a afirmação de Quadros (2002), de que nas séries iniciais do Ensino Básico os alunos têm dificuldades para entender e distinguir o papel do IE como um mediador da relação entre professor e aluno. Em acordo com esta afirmação, Lacerda (2009) diz também que neste nível de ensino normalmente o aluno confunde o IE com o professor. Dentre as razões que pode justificar tal confusão, há o fato de que durante a ministração das aulas o professor troca olhares com os alunos ouvintes na busca de conferir sua atenção e compreensão ao que está sendo ensinado, também interage e auxilia no tocante às suas dúvidas. Isto se dá de forma espontânea, pois são atividades comunicativas decorrentes do ambiente de sala de aula. Porém, em se tratando do aluno surdo, geralmente, o contato visual, as trocas de informações e o esclarecimento de dúvidas se dão diretamente com o intérprete. Não sendo necessário ao aluno surdo recorrer ao professor nem disputar a palavra com os demais alunos ouvintes, porém, quando o faz, é também por meio do IE. Assim, a aproximação entre IE e aluno surdo vai possibilitando a formação de papéis que não foram previamente determinados e que vão se consolidando em uma relação para além da imposta pela designação funcional, inclusive adentrando em outros âmbitos da vida do aluno.

Lodi e Lacerda (2009), no entanto, ao citarem estudos realizados no Canadá sobre a ação do IE, salientam que foi constatado que na maioria dos casos a relação entre IE e aluno surdo é iniciada pelo IE, o que termina por constituir um modelo atípico de relação estabelecido em sala de aula, se tornando para o aluno surdo em uma relação artificial, pois reduz o seu potencial para atuação independente, podendo torná-lo dependente das instruções dadas pelo IE. A isto, Lacerda (2009) acrescenta que na sala de aula o IE não é uma autoridade e que por isso o professor regente deve também se apropriar da língua de sinais para interagir com o seu aluno surdo, evitando desmotivação e evasão por parte deste. Quadros (2002), em acordo com a autora há pouco citada, salienta que o IE não pode perder de vista seu principal papel, que é a mediação comunicativa por meio da interpretação das línguas em questão, língua de sinais e oral.

Contudo, há também o contraponto, em sala de aula muitas vezes o IE precisa agir como educador, tirando dúvidas, atribuindo sentidos, e adaptando conteúdos (LODI;

LACERDA, 2009). O IE conhece as dificuldades dos surdos decorrentes da falta de comunicação diária nos espaços de sua convivência. Sabem, por exemplo, que há lacunas de conhecimentos de forma generalizada e que os conteúdos escolares não farão sentido ao aluno surdo se essas não forem preenchidas. Por essa razão, o IE ao interpretar os conteúdos se preocupa constantemente em fazer adaptações que possam construir tais sentidos e também em verificar se está sendo compreendido por meio do feedback dado pelo olhar ou expressões faciais do aluno. Essas adaptações podem ser de ordem lexical, sintetização do conteúdo, supressão ou acréscimos de informações que podem ajudar o aluno a compreender os conteúdos. Há casos, inclusive, em que o aluno surdo não sabe Libras, quando isto ocorre o IE além de buscar formas alternativas de interpretar, também pode se sentir responsável pelo ensino da língua de sinais junto a este aluno.

Considerando então o par IE/professor, sabe-se que é comum que professores considerem ser o aluno surdo da responsabilidade do IE e que, por isso, é importante reafirmar que ao assumir o papel de educador o IE, necessariamente, não está assumindo papel de professor. A tarefa de ensinar continua sendo do professor, embora que a maior parte das informações que o aluno surdo recebe vem do IE e não do professor (LODI; LACERDA, 2009). Sobre essa questão, Gesser (2011) diz que o Intérprete Educacional, geralmente, realiza em sala de aula funções que são específicas de professor sem sê-lo. A autora lista dez papéis atribuídos ao IE por parte de professoras do Ensino Fundamental de escolas públicas. Esses papéis testificam o que a autora, citada há pouco, chama de *dupla função*, pois nenhum dos dez papéis faz menção unicamente ao ato interpretativo de fato. São eles:

[...] ensinar a Língua Portuguesa como segunda língua; ensinar a Língua de Sinais para surdos e para ouvintes; fazer adequação curricular; participar do planejamento das aulas; integrar-se a professora regente; orientar as habilidades de estudo dos alunos surdos; estimular a autonomia dos alunos surdos; fazer com que a interpretação favoreça a integração entre alunos surdos e ouvintes; fazer uso da comunicação multimodal; e, por fim, promover a tutoria em sala de aula (GESSER, 2011, p.24-25).

Observando a lista dos ditos “papéis”, é possível perceber que alguns dos verbos empregados pelas professoras, como orientar, ensinar e ministrar, denotam claramente a atribuição, por parte delas, ao IE do papel de professor. Também denuncia a falta de conhecimento por parte dos professores sobre as atribuições e funções desses atores que dividem com eles o espaço de trabalho. Este desconhecimento acontece em uma escala decrescente de hierarquia que se inicia a partir da compreensão das autoridades competentes da Educação e chega até aos professores das séries iniciais do Ensino Básico. Tal se evidencia por

meio das terminologias utilizadas por órgãos competentes da Educação, a exemplo dos editais e documentos legais vistos há pouco nas análises das categorias *Função* e *Contratação*.

Porém, essas confusões de papéis não são prerrogativas do ensino público municipal de Limoeiro do Norte, nem mesmo do Estado do Ceará ou do Brasil, de modo geral. Lodi e Lacerda (2009, p. 68-69) informam que estudos realizados nos Estados Unidos envolvendo Intérpretes Educacionais que trabalhavam em séries iniciais do Ensino Fundamental apontaram cinco itens que estes entenderam ser de sua responsabilidade. Considerando o fato de que essas responsabilidades advêm da compreensão dos próprios Intérpretes e não do que os demais atores da escola pensam sobre eles, foram aqui tomadas e serviram para estabelecer uma relação análoga com as falas dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte. Isto possibilitou, juntamente com as discussões trazidas pelos autores citados nesta seção, perceber as semelhanças de papéis existentes entre Intérpretes que atuam em realidades tão diferentes. Para tanto foram dispostas as ditas responsabilidades ao lado das falas dos sujeitos, aqui investigados, que foram entendidas como sendo correlata uma a outra, em um quadro objetivando melhor visualização por parte do leitor.

Quadro 9 – Formulado a partir de Lodir e Lacerda (2009) e dos dados coletados em entrevista junto aos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Intérpretes Educacionais dos Estudos Unidos	Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte
a. Interpretar em língua de sinais e língua oral, para professor alunos ouvintes e surdos.	<p>IE-3 “O intérprete tem que repassar o máximo possível da sua habilidade nos sinais tudo que é feito pelo professor, tudo que ele passa de forma verbal, oral e por meio de educar mesmo, interagir o máximo que ela se expressar. Expressões dela com os alunos, o intérprete tem que passar dentro dessas habilidades o ensino pra o surdo, envolve também... O intérprete tem que socializar os surdos, aliar colegas, a professores, todo o corpo da escola, o intérprete tem que está incluindo o surdo a esse meio. Abrir sempre a comunicação, tanto pra os ouvintes como para sinais.”</p>
b. Ensinar a língua de sinais para alunos e professores para favorecer a comunicação em sala de aula.	<p>IE-2 “[...] no momento eu acho que está sendo correto que foi uma preocupação minha e da professora, como é que a gente faz, como é, que eu quero que ela aprenda Libras. Vamos com calma, que ele não vai aprender ler agora, ele sabe fazer o A, se eu falar o A ele escreve, mas se eu falar o B... Eu vou lá no cartazinho que tem o alfabeto em Libras e eu mostro a ele, às vezes ele quer aprender. Então, fica assim meio termo né, eu num pude falar com a família... olha e aí? Vamos fazer o que? Se ele já tinha iniciado, eu não posso interferir nisso, né. Mas, por mim, ele aprenderia Libras.”</p> <p>IE-3 “Eu tento incluir ela na aula ensinando sinais, às vezes, fora parte da aula no recreio... como ela fica fora da sala, aproveito pra alfabetizar ela, ensinar palavras,</p>

	vocabulário mesmo pra ela, porque assim... a língua de sinais ela tem, mas ela ter o entendimento de construir uma frase, construir texto, dialogar, ainda tá bem deficiente, ainda precisa melhorar bastante...”
c. Adicionar informações as instruções do professor para tornar o conteúdo mais claro para o aluno buscando o feedback em relação ao aprendizado do aluno e preocupando-se com o interesse do aluno.	IE-1 “[...] Mas, com respeito a aula em geral é... eu interpreto de forma resumida, simples pra que ela consiga captar, usando o mesmo conteúdo que os professores\ouvintes fazem com os outros alunos ouvintes, sempre é usado historinhas, né... Eu tento dramatizar mesmo, se possível ir pro meio da sala, os outros alunos acham bastante interessante, eu lá interpretando, ficam vendo e ela interage nesse sentido porque, como ela... como os outros alunos estão se divertindo com o que eu tô fazendo e ela tá conseguindo entender, então ela se diverte junto com os alunos, né.”
	IE-2 “Então eu fico sempre perto dele, auxiliando mais um pouco nas atividades, ele se comunica muito comigo, é... eu auxilio muito a professora em relação a ele tentando transmitir, tentando fazer com que ele entenda as questões, porque na educação infantil trabalha-se muito com a questão de dinâmicas, né, com figuras, com cartazes, né [...]”
	IE-3 “A aula tá seguindo um nível, né? Um nível de ensino pra eles, mas como ela não consegue acompanhar eu tento descer esse nível pra justamente ficar mais compatível com ela, pra ela entender pelo menos a essência da aula.”
d. mediar a relação do professor regente e os professores especializados com o aluno surdo.	IE-1 “[...] eu ajudo a entender ela... o que ela tá dizendo, pra que elas possam também dizer algo, pra elas possam ter essa relação com elas e não fique somente os outros alunos tendo relações, sendo amigos de todos e ela se sentindo excluída por ser surda. Eu tento fazer com que os outros professores entendam ela e ela tenha essa amizade não só comigo, com outros.”
e. Dar informações ao professor regente e da especializados sobre o progresso do aluno.	IE-1 “[...] Por exemplo, quando algo acontece na prova e o nosso aluno, o aluno surdo, é tem... tira uma nota que é considerada baixa. Os professores vêm nos perguntar o que aconteceu, algo que na verdade se torna irônico, porque quem passou a matéria foi o professor ouvinte, a gente transmitiu pra língua que ele entende, mas na verdade o conteúdo foi passado pelo professor ouvinte, mais como somos considerados pelo surdos [...]”
f. Ficar atento a troca de papel imposta pela seriação do aluno.	IE-2 “[...] Esse ano não, porque tô vivendo outra experiência, com o fundamental 1. Mas, em anos anteriores, normalmente, quem é o professor mesmo... quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... ele é um intérprete. Mas digamos que a função dele não é só interpretar né, é o de ensinar também. Inclusive no estado, o contrato é como professor, não é como intérprete.”

Tendo feito a relação supracitada, percebe-se que as responsabilidades assumidas pelo Intérprete Educacional nas séries iniciais do Ensino Fundamental, independentemente das questões políticas e estruturais que vivenciam no *locus* de sua prática, se assemelham, o que aponta para uma possível universalidade nas demandas que pode ter como causa a complexidade que envolve essa profissão e a juventude do processo de construção em que se encontra.

Também no quadro que traz os dados que inicia esta seção, percebe-se no registro das falas dos Intérpretes de Limoeiro, papéis que não foram comportados nas cinco responsabilidades listadas há pouco, mas que se enquadraram na lista de pontos referentes às atividades atribuídas eles, pelos professores de Ensino fundamental das escolas públicas citados por Lodi e Lacerda (2009). Pois, com frequência, o IE-1e 2, em suas respectivas falas, usam expressões que denotam que atribuem a si mesmos o papel de professor: “No meu caso, da minha aluna... ou quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... ele é um intérprete. Mas digamos que a função dele não é só interpretar né, é o de ensinar [...]”. Diante da investidura de tal papel por parte destes, não há como afirmar, frente a tão caótico sistema de inclusão educacional que se apresenta na cidade em questão, que ao transpor o seu papel de Intérprete Educacional tenham ferido o seu código ético. Tendo em vista que estes papéis são decorrentes de seu esforço para suprir as necessidades educacionais, linguísticas e comunicativas do aluno surdo a quem oferta suas interpretações.

Além disso Lodi e Lacerda (2009), Quadros (2002) e Gesser (2011) concordam ao afirmar que o cerne do trabalho tanto do IE quanto do professor é o progresso educacional do aluno surdo. Também se deve lembrar que os alunos em questão não sabem Libras e que, ao discorrerem sobre como lidam com essa questão, se percebe que os três intérpretes entrevistados trazem para si a responsabilidade de transmitir a língua de sinais para os respectivos alunos. Isto porque somente eles no universo escolar compreendem as implicações ocasionadas, nos surdos, pela falta de uma língua que atenda às suas especificações quanto à apreensão visual de mundo.

É importante ainda salientar que o contato direto e diário desses intérpretes com os respectivos alunos, sendo os seus únicos interlocutores, criam laços de ordem afetivas, como é possível perceber na fala do IE-2 quando indagado sobre sua relação com o aluno: “Ele é muito carinhoso, muito simpático, ele é um amor”. Também o IE-1 “[...] a gente percebe que o surdo se apega bastante ao intérprete, ele vê a gente como alguém de confiança, né [...]”. O resultado desse laço construído se reflete para além dos muros da escola e se estende também até a família

destes alunos, que recorrem aos Intérpretes Educacionais para auxiliá-los na comunicação com seus filhos, como testemunhou o IE-1:

[...] a gente não só interpretar a aula lá, né, mas quando passa por alguns problemas de família e até mesmo de comunicação, a gente tá lá. Os pais têm também vêm a gente como alguém que pode entrar em contato com o próprio filho, né? Caso que eles não conseguem fazer.

Assim além dos papéis de educador, professor, mediador linguístico, mediador interpessoal, há também os papéis de conselheiro, tutor e mediador familiar. Porém, saliento que todos esses papéis devem ser bem administrados ou mesmo, em alguns casos evitados, pelo Intérprete Educacional. Porque pode, além de levá-lo à exaustão física, também gerar problemas de ordem emocional e psicológica, pois tais demandas invadem campus que o IE, por questões formacionais, não está instrumentalizado para lidar.

No tocante à sala de aula, o que poderia ajudar na diluição de papéis, seria o fato de o professor compreender que a mediação promovida pelo IE não pode ter um fim em si mesmo. Ela está para estabelecer pontes entre os atores que compartilham o ambiente com o aluno surdo. Por isso, o professor deve buscar aprender a língua de sinais para que possa, mesmo que minimante, interagir com o aluno surdo, cujo ensino é de sua responsabilidade. Também é necessário que o professor e intérprete se ajudem mutuamente no tocante à construção do conhecimento do aluno surdo, pois esse deve ser o objetivo em comum entre os dois. Tal ajuda pode ser efetuada por meio do compartilhamento de informações que ambos dominam sobre a sua área de atuação. Por exemplo, o professor ao fazer seu planejamento pode convidar o IE para participar e este por sua vez pode contribuir informando a melhor maneira de adaptar as atividades para o aluno surdo. É também importante que os Intérpretes, ao se dedicarem tanto aos alunos, não os tornem dependentes de suas orientações e assim estabeleçam com eles uma relação de poder que pode não ser salutar para ambos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a última etapa do presente trabalho trazendo as conclusões extraídas do que se apurou na investigação realizada em campo e junto aos autores, cujos trabalhos foram tomados de empréstimo para construção deste. Cabe aqui lembrar que o referido estudo estabeleceu como objetivo geral a caracterização da atuação do Intérprete da Libras nas escolas municipais de Limoeiro do Norte. Para tanto, foi estabelecido um percurso investigativo que adentrou às escolas municipais da cidade, há pouco citada, que traziam em seu quadro funcional o Intérprete Educacional. Este percurso foi constituído de duas etapas concomitantes, a investigação bibliográfica e a empírica, sendo a bibliográfica de suma importância para auxiliar nas reflexões sobre os achados decorrentes da empiria.

Durante o processo de investigação, foram encontradas, em um universo de quatorze escolas, duas escolas de Ensino Fundamental, Padre Joaquim de Meneses e Judite Chaves Saraiva, com alunos surdos matriculados. Ambas contendo também alunos com outros tipos de comprometimentos, por isso compreendida, junto à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, como sendo inclusivas. Todavia, a primeira escola apresenta uma sala de aula denominada de “sala inclusiva”, cujo seu espaço traz dois banheiros, um feminino outro masculino, um geláguia, jogos e livros. A equipe que trabalha em seu interior é composta por três profissionais, sendo um Intérprete Educacional, um professor e um cuidador. Quanto aos alunos, no total de doze, sendo todos jovens, compreendendo entre dezessete e vinte anos, apresentando comprometimentos diversos, de ordem intelectual na maioria, e entre estes uma jovem surda que conhece a Libras minimamente. Ao me deparar com esta situação, foi bem difícil manter o cerne da pesquisa e focar apenas no Intérprete Educacional, pois o quadro que se afigurou revelou o quão excludente pode ser a compreensão equivocada de inclusão.

Esta sala de aula separada das demais apresenta um aparato físico estrutural que evidencia nitidamente a intenção de colocar seus alunos distantes do contato com os demais, mesmo quando este contato seja tão superficial que imponha apenas o compartilhar de um banheiro ou mesmo de um bebedouro. Quanto à jovem surda que se encontra inserida neste contexto, vivencia uma exclusão que nem de longe pode ser remediada pelos esforços do IE que a acompanha. A falta de uma língua, no caso, a de sinais, a colocou em um estado de incompreensão que levou a escola inseri-la em um mesmo contexto vivenciado por pessoas com deficiência intelectual. Tal quadro arremete aos anos que antecederam em muito o reconhecimento da Libras como língua de fato, e revela o quão cruel ao surdo pode ser a não compreensão da surdez, por parte da sociedade, a partir de uma perspectiva sociolinguística.

Quanto à segunda escola, há apenas uma criança surda inserida no primeiro ano do Ensino Fundamental sendo acompanhada por um Intérprete Educacional. Diferentemente da primeira, esta tem seu aluno surdo inserido em sala de aula comum permitindo a ele a convivência com as demais crianças e atores do espaço escolar. Porém, este não compartilha de uma língua comum que possa efetiva suas interlocuções com demais atores, pois não tem acesso à Língua Portuguesa por condição da surdez e se encontra impedido pela família de se expressar por meio da Língua de Sinais, o que tornou sem efeito a presença de Intérprete em sala de aula. Este, por sua vez, frente às circunstâncias, teve sua função alterada para cuidador e se viu de mãos atadas diante à decisão dos pais de impedirem seu filho de aprender Libras em função das seções de fonoaudiologia.

O número de Intérpretes investigados foram três, e se constituíram em cem por cento da mostra em relação a população de Intérprete Educacionais de Limoeiro. Estes, para resguardo de suas identidades, foram identificados como IE-1, IE-2 e IE-3. Suas faixas etárias compreendem entre 19 (dezenove), 23 (vinte e três) e 29 (vinte e nove) anos de idade, respectivamente. Dois destes possuem nível médio completo e um, nível superior incompleto. Sua formação na área da tradução/intepretação da Libras se deu de forma empírica, os Intérpretes IE-1 e 3 iniciaram as interpretações no contexto religioso das Testemunhas de Jeová, e o IE-2 no convívio com a família de surdos para a qual trabalhava. Esses jovens, por meio de seus relatos, ajudaram a alcançar o objetivo desta pesquisa, caracterizar a atuação dos Intérpretes Educacionais das Escolas Municipais de Limoeiro do Norte. Para tanto, foram elaboradas as perguntas que norteadoras, a saber: Qual a sua formação? Como se dá a sua contratação? Quais as funções atribuídas a ele? E qual o seu papel no âmbito escolar?

Para coletar as respostas de tais questionamentos foram utilizados como instrumentais o questionário e a entrevista semiestruturada. O primeiro foi aplicado a Coordenadora da Educação Especial junto à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, continha 14 perguntas e o segundo aos sujeitos desta pesquisa, os Intérpretes Educacionais, contendo 23 indagações. Das respostas obtidas emergiram quatro categorias correlatas: *formação, contratação, função e papel*.

Na análise da categoria *formação*, foi constatado que os Intérpretes Educacionais, no tocante à formação específica, apresentam o seguinte quadro: os IE-1 e 2 dizem ter curso de formação específica na área da tradução e interpretação, mas não têm certificação comprobatória. O IE-3 nunca fez cursos específicos, apenas cursos básicos de Libras. Portanto, sua formação como TILS e, por conseguinte Intérprete Educacional, se deu por meio da imersão

na comunidade surda local e posteriormente na prática diária desta função, constituindo-se, assim, em uma formação de cunho empírica. Contudo, esta não supera a necessidade e a importância de se buscar formação que permita o embasamento teórico de sua prática. Porém, as formações ocorridas no intervalo que compreenderam os anos de 2004 a 2016 se deram em Fortaleza, o que dificultou o acesso dos referidos Intérpretes, considerando a distância entre uma cidade e outra de 203 quilômetros, aproximadamente. Além disso, os cursos ofertados não abordaram de forma satisfatória as questões relacionadas ao Intérprete Educacional e também para acessá-los seria necessário investimento pessoal de tempo e de recursos financeiros.

Sabendo que os Intérpretes Educacionais mencionados continuam a exercer o seu trabalho e que muitos outros atuam em condições semelhantes, torna-se cada vez mais importante uma profunda discussão sobre a capacitação de intérpretes para atuação em sala de aula. Já que esse ambiente requer além dos conhecimentos inerentes a área da tradução/interpretação, o conhecimento sobre o processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, essa formação não pode ser encarada como uma busca de inteira responsabilidade do IE, mas também dos órgãos públicos competentes da Educação, pois a presença do Intérprete Educacional na sala de aula é uma de suas respostas às políticas educacionais inclusivas.

Quanto à segunda categoria (*Contratação*), foi encontrado que o contrato de Tradutores/Intérpretes da Libras é previsto no Plano Municipal de Educação, que corresponde a Lei municipal Nº 1.931, de 20 de novembro de 2015. Porém, este só foi implementado dez anos após a publicação do regulamento da Lei da Libras, Decreto 5.626/05, e até o ano de 2016 ele ainda não era do conhecimento dos Intérpretes investigados. Em relação ao processo de contratação em si, a informante junto à Secretaria de Educação afirmou que para seleção foram exigidos documentos de identificação pessoal e comprovação referente ao curso básico de Libras. No entanto, os IE-1 e 2 afirmaram ter apresentado apenas documentação pessoal e declaração referente à participação em um curso de formação para TILS. Já ao IE-3 não lhe foi pedido documentação comprobatória de proficiência em língua de sinais ou/e tradução/interpretação. Contudo, os três assumiram contratos de caráter temporário junto ao município, sendo este o único modelo contratual destinado ao Intérprete Educacional. A carga-horária prevista nos referidos contratos foi de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas, mas aqueles que assumiram as 20 (vinte) horas, trabalharam além da carga-horária prevista.

Os aspectos supracitados demonstraram desrespeito e falta de seriedade por parte das autoridades competentes de Limoeiro do Norte no tocante aos Intérpretes Educacionais e à inclusão de alunos surdos nas escolas municipais. No entanto, considera-se que a contratação

de Intérpretes Educacionais, ainda que não se apresente de forma ideal, nesta cidade representa um avanço no tocante ao reconhecimento do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais que atua na Educação.

Na categoria *Função* vimos que os IE-1 e 3 (nos anos de 2015 e 2016, respectivamente) se encontravam inseridos no contexto da modalidade Educação Especial, como já explicitado, e o IE-2 em uma sala de aula comum. Pode-se perceber que todos realizaram atividades que ultrapassaram suas designações como IE. Compreendeu-se que tais atividades, dentre outras razões, podem ter decorrido das relações de poder estabelecidas no âmbito escolar e/ou da falta de uma delimitação funcional predeterminada, pelo contrato ou pelo processo de construção de identidade profissional. Em Limoeiro, esta delimitação é necessária e urgente, mas só se construirá a partir de lutas e, especialmente, do empoderamento da categoria por meio de formação e informação sobre o que envolve a sua prática e sobre aqueles a quem é destinada à sua ação.

Já na última categoria analisada (*Papel*) encontramos uma grade diversidade de papéis assumidos pelos Intérpretes em questão, dentre estes estão: papel de educador, professor, mediador linguístico, de conselheiro, tutor e mediador familiar. Tais papéis são assumidos mediante o desejo, por parte do IE, de suprir as demandas geradas no ambiente escolar pela falta de uma língua em comum. Em decorrência destes papéis o IE pode chegar ao estado de exaustão física e psicológica, além de que muitas das demandas invadem campus que por questões formacionais, não está instrumentalizado para lidar.

Algo que poderia ajudar na diluição destes papéis, seria o fato de o professor buscar aprender a língua de sinais para que pudesse interagir com o aluno surdo e assumir o processo de ensino e aprendizagem junto a este. Também seria necessário que o professor e intérprete se ajudassem mutuamente no tocante à construção do conhecimento do aluno surdo por meio do compartilhamento de informações que ambos dominam sobre a sua área de atuação. Isto contribuiria para que o IE não se sentisse completamente responsável pelas demandas do referido aluno.

Por fim, acrescento às considerações apresentadas ao final da análise de cada categoria, que de acordo com os dados coletados, a atuação do Intérprete Educacional de Limoeiro pode ser caracterizada a partir de uma formação empírica que se dá por meio da imersão na comunidade surda de Limoeiro, na sua maioria por questões religiosas. E que tal formação pode ser considerada contínua visto que buscam se aperfeiçoar por meio da troca de experiências uns com os outros, no exercício diário da função e no constante aprendizado da

Língua de Sinais. Porém, há uma grande carência de uma formação que lhe apresentem conteúdos teóricos que possam fundamentar e orientar a sua prática no âmbito escolar e, de modo geral, nos demais segmentos sociais. Sua contratação se dá desconsiderando a importância de uma seleção rigorosa quanto ao domínio de técnicas tradutório-interpretativas e fluência na Língua de Sinais e Portuguesa. Trabalha em caráter temporário não tendo garantias trabalhistas e tem ainda baixa remuneração. Exercem variadas funções e papéis, sem nenhum delineamento ou parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Educação ou por si mesmos.

Saliento que, apesar das dificuldades há pouco elencadas, os Intérpretes Educacionais aqui citados fazem os seus trabalhos motivados pelo desejo sincero de estabelecer pontes comunicativas aos surdos de Limoeiro do Norte e também de levá-los ao progresso educacional. Mas, como já mencionado anteriormente, há várias razões que os impedem de adquirir melhor qualificação. Quanto a isto, é importante lembrar que a falta de formação torna qualquer profissional inseguro quanto à sua prática e impossibilita o seu empoderamento junto aos demais atores que dividem seu espaço de atuação. Também impede que tenha clareza quanto as suas designações funcionais e afeta também, negativamente, aqueles que recebem os seus serviços. Por essa razão, urge que as autoridades competentes governamentais atentem para a condição de formação dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais que se encontram nas escolas do interior do Estado e promovam políticas que os favoreçam neste sentido.

Aqui encerro estas considerações, mas não a pesquisa, pois esta não se encerra em si mesma, há ainda a necessidade de se continuar investigando a ação do IE no interior do Estado do Ceará sob diversos aspectos. Pois estes se encontram ainda em desvantagem em relação aos que atuam na capital, quanto a cursos de qualificação, formas de contato e reconhecimento social. Isto não quer dizer que na capital do Ceará as questões relacionadas aos TILS estejam a contento, ainda há muito para conquistar profissionalmente, mas no interior do Estado o processo de reconhecimento profissional do TILS os arremete a décadas passadas. Por isso, espero e desejo que este trabalho se constitua em uma nova ferramenta para outros pesquisadores que desejam abordar essa temática e que de algum modo venha contribuir com a atuação do Intérprete Educacional que se encontra em Limoeiro do Norte. E também, de forma mais ambiciosa, que possa contribuir para que sejam tomadas medidas para mudar, de modo geral, a situação dos Intérpretes Educacionais que se encontram no Interior do Estado do Ceará.

REFERENCIAS

ADRIANO, Nayara de Almeida. **Sinais caseiros**: uma exploração de aspectos linguísticos. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras-Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ALBRES, Neiva de Aquino; Santiago, Vânia de Aquino Albres. Imagens de um movimento político educacional: análise da história contada pelos surdos. **Anais do V congresso Brasileiro em Educação Especial**. São Carlos: UFSCAR, 2012.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

AURELIO. **O minidicionário da língua portuguesa**. 3ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 1993.

BERNARAB, Liazid; OLIVEIRA, Celso Socorro. Estudo da língua brasileira dos sinais e da língua dos sinais Francesa através da sua formação e da influencia do segundo Congresso internacional de Milão na educação dos surdos. In: **IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, Londrina, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 10.098, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a acessibilidade física e sensorial e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Lei nº 10.438 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições**. Brasília, 2003.

_____, MEC/SEESP. **Marcos Políticos –legais da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010d.73p.

_____, Ministério da Educação. Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 13 jan. 2017.

_____, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

_____, **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em 15 jan. 2017.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

EDITAL nº 334/2013. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2013>. Acesso em: 29 dez. 2016.

EDITAL nº 143/2016. Concurso Público para Provisão de Cargo Técnico-Administrativo em Educação Campi da UFC em Crateús, Fortaleza e Russas. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2016/Edital_143-2016.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 30/2014 da Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. Disponível em: <www.unilab.edu.br/wp.../EDITAL-UNILAB-31-03-14-Versão-assinada-correto.pdf> Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 25/2014 da Universidade Federal do Cariri-UFCA. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/concursos-e-selecoes/editais>> Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 13/GR-IFCE/2016. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Disponível em: <http://qselecao.ifce.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=3391>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 10/2016. Disponível em: <<http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/>> Acesso em: 19 dez. 2016.

EDITAL nº 001/2015, de 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.promunicipio.com/arquivos/20150616_155320_MARACANAU2015_Edital_001_v5.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

EDITAL nº 001/2013, de 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.promunicipio.com/arquivos/20140207_100914_IGUATU2013_Editado_001_v4.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética. Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais** – Febrapils. Primeira alteração aprovada em assembleia geral ordinária no dia 13 de abril de 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmSGIWUDJKcUI2aIE/view>> Acesso em 15 jan. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GESSER, Audrei. **Tradução e interpretação da Libras II**. Apostila do Curso de Educação a Distância de Bacharelado em Letras-Libras. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

JAKBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo, Cultrix, 1995.

LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LEITÃO, Vanda Magalhães. VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LEITÃO, Vanda Magalhães. **Instituições, campanhas e lutas: histórias da educação especial no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

LODI, Ana Claudia Balieiro, LACERDA, Cristina B. F. (org.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**- Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____; Cristina Broglia Feitosa, GURGEL, Taís Margutti do Amaral de. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Rev.bras.educ.espec.** vol.17 no.3 Marília Sept./Dec. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000300009> - Acesso em: 25 abril 2016.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão, um olhar do egresso surdo**. Florianópolis- SC: Editora da UFSC, 2008.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASUTTI, Mara Lúcia e SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. In: QUADROS, Ronice Müller de (ORG.). **Estudos surdos III**. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Jonathan Sousa de Oliveira. FREIRE, Kartya Vieira Moreira Freire. **FORMAÇÃO DE TRADUTORES INTERPRETES DE LIBRAS: NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**. Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *Delta*, São Paulo, 2003.

PEREZ-GOMEZ, Angel I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PINHEIRO, Kátia Lucy. **Práticas pedagógicas bilíngues para crianças do Instituto Cearense de Educação de Surdos**. 2012

PINHO, Nadja. **Mosaico**: um hino de amor à vida. Secretaria Municipal de educação, 2010.

PROLIBRAS. Relatório Técnico 2006. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134207>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2007. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134209>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2008. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/13421>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2009. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134213>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2010. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134215>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS – SEXTO. Coperve - Universidade Federal de Santa. Disponível em:
<coperve.paginas.ufsc.br/files/2015/07/relatorio_tecnico_PROLIBRAS.pdf> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS. Relatório Técnico SÉTIMO. Disponível em:
<<http://www.PROLIBRAS.ufsc.br/>> Acesso em: 25 abril 2016.

QUADROS, Ronice Müller; CERNY, Roseli ZEN. PEREIRA, Alice Therezinha Cybis. Inclusão de surdos no Ensino Superior por meio do uso da Tecnologia. In: QUADROS, Ronice Mülleer (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

_____. (et al.). **Exame PROLIBRAS**. Florianópolis, SC: UFSC, 2009b.

_____, Ronice Muller de. **O Tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2002.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da Feneis até o ano de 1988**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUEZ, E. de los S. *Técnicas de la interpretación de lengua de signos*. 2ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 41 ed. RJ: Vozes, 2013.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos Surdos**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, Ivani Rodrigues. KAUCHAKJE, Samira. GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

SKLIAR, C (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 4ª ed.

STROBEL, Karin.. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha.

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. Abrindo uma janela para a comunicação. *In: LEITÃO, Vanda Magalhães e VIANA, Tania Vicente. (ORG.). Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis*. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Formulário do questionário aplicado a informante junto a Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte

1. Seu nome?
2. Qual cargo e função na secretaria de Limoeiro do Norte?
3. Quantas e quais escolas do Ensino Fundamental têm alunos surdos matriculados?
4. Quantos alunos surdos por escola? E por sala?
5. Há intérprete de língua de sinais nessas escolas?
6. Como são contratados os TILS? São efetivos ou temporários?
7. Qual a carga-horária destinadas aos TILS?
8. Quais os critérios para contratação do TILS, estabelecidos pela Secretaria de Educação?
9. Em que categoria funcional são enquadrados os TILS? Intérpretes de Língua de Sinais, cuidadores ou professores?
10. No município há algum dispositivo legal que regulamenta a contratação de TILS?
11. Há processo de seleção de TILS? Se há, quais as etapas?
12. Quais os documentos exigidos do TILS para a sua contratação?
13. Que formação se exige do TILS para contratação? Ens. Médio ou Graduação? Há exigência por áreas de conhecimento específico?
14. Quais atribuições funcionais a Secretaria de Educação acredita ser da responsabilidade do TILS?

APÊNDICE 2

Formulário da entrevista aplicada aos Intérpretes Educacionais das Escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte

Qual o seu nome?

Qual o ano em que atua?

O aluno sabe Libras?

Qual a sua formação acadêmica?

Como se deu a sua contratação? É efetivado ou contratado?

Passou por algum tipo de seleção? Se sim quais as etapas dessa seleção?

Quem fez a seleção?

Quais os documentos exigidos pela secretaria de Educação para atuar como IE?

Quantas horas de trabalho por dia?

Na escola há alguém além de vocês e dos alunos surdos que sabe Libras?

No processo de sua contratação, houve algum exame de proficiência Libras/Português/Libras?

Recebeu alguma formação específica na área da tradução e interpretação da Libras/Português? Qual?

Você tem PROLIBRAS?

Como IE, recebeu alguma orientação específica para atuar na Educação? Se recebeu, qual a instituição responsável?

Como se dá a relação professor IE na sala de aula?

Como se dá a relação aluno surdo e IE em sala de aula?

Há troca de informação entre professor e IE sobre o(s) aluno(s) surdos? Que tipo de informação?

Quais atividades você exerce na sala de aula? E na escola de modo geral?

Quais as atividades que você considera ser específica do IE?

Você tem acesso aos conteúdos dados em sala de aula com antecedência?

Participa dos planejamentos escolares?

Com relação a sua participação na comunidade surda local, como se dá?

O que gostaria de acrescentar que não lhe foi perguntado?

ANEXOS

ANEXO 1

Termo de autorização da pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ- UECE
Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM)
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, _____ ocupo o cargo de _____ na Escola Municipal de Ensino Fundamental Judite Chaves Saraiva, portador (a) do RG Nº _____, CPF Nº _____, AUTORIZO a Maria Izaete Inácio Vieira portadora do RG Nº 183868789 e CPF 694344683-53, aluna do Mestrado acadêmico Intercampi em Educação e Ensino- (FAFIDAM, FECLESC) a realizar aplicação de questionário e observação referente ao meu exercício laboral. Após finalização e aprovação do trabalho, consinto no uso das informações coletadas, em palestras, seminários e outros. Os dados coletados serão para a realização do Projeto de Pesquisa A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE. Este tem por objetivo primário caracterizar a atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte que tem alunos surdos.

O pesquisador(a) acima qualificada se compromete a:

- 1- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 2- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

_____, _____ de _____ de _____

Maria Izaete Inácio Vieira

ANEXO 2

Questionário aplicado a informante junto a Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte com as respectivas respostas

1. Seu nome?

[REDACTED]

2. Qual cargo e função na secretaria de Limoeiro do Norte?

Coordenadora da Educação Inclusiva

3. Quantas e quais escolas do Ensino Fundamental têm alunos surdos matriculados?

São três escolas: Escola Padre Joaquim de Meneses, Escola Maria Gonçalves da Rocha Leal e Escola Ester Guimarães.

4. Quantos alunos surdos por escola? E Por sala?

Dois em uma escola e nas outras duas uma por sala.

5. Há intérprete de língua de sinais nessas escolas?

Há sim, todas as escolas têm o intérprete.

6. Como são contratados os TILS? São efetivos ou temporários?

Todos têm contratos temporários.

7. Qual a carga-horária destinadas aos TILS?

Carga-horária de 20 horas

8. Quais os critérios para contratação do TILS, estabelecidos pela Secretaria de Educação?

Que tenha fluência em libras e pelo menos o curso básico de libras.

9. Em que categoria funcional são enquadrados os TILS? Intérpretes de Língua de Sinais, cuidadores ou professores?

Intérpretes de Língua de Sinais

10. No município há algum dispositivo legal que regulamenta a contratação de TILS?

É garantido no Plano Educacional do Município que aconteça seleção.

11. Há processo de seleção de TILS? Se há, quais as etapas?

Não aconteceu seleção pois só tínhamos 2 intérpretes disponível e duas vagas.

12. Quais os documentos exigidos do TILS para a sua contratação?

São: RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento de filhos se tiver, comprovante de residência, número de conta bancaria, certificado do curso de libras.

13. Que formação exige-se do TILS para contratação? Ens. Médio ou Graduação? Há exigência por áreas de conhecimento específico?

Graduação, mas as vezes chega-se a contratar com ensino médio, por não ter com graduação.

14. Quais atribuições funcionais a Secretaria de Educação acredita ser da responsabilidade do TILS?

Acompanhar e desenvolver a comunicação dos alunos, como também sua aprendizagem, na aplicação de conteúdos junto ao professor.

ANEXO 3

Entrevista – IE-1 e IE-2

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... Bom dia, meu nome é Izalete Vieira. Sou mestranda da FAFIDAN, faço mestrado em Educação e eu gostaria de... iniciar uma entrevista com vocês que são intérpretes da rede municipal do ensino fundamental de Limoeiro. Por favor, me diga seu nome completo!”

IE-1: [REDACTED]

IE-2: [REDACTED]

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “- Obrigada! É... Como foi? Aliás, vocês nasceram aqui em Limoeiro?”

IE-1: “- Eu, sim! Nasci em Limoeiro.”

IE-2: “Também, nasci aqui em Limoeiro.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E... o primeiro contato de vocês com a Libras, vocês tinham... é... quantos anos de idade?”

IE-1: “Eu não me lembro exatamente com quanto anos de idade, mais... eu era criança quando... porquê meu irmão mais velho já tinha começado o contato com a questão da interpretação, né... com ensino aos surdos, então, sempre via ele e gostava, mas a idade exatamente eu não me lembro, eu era criança.”

IE-2: “Eu tinha acho que uns quinze anos... um tempinho já!”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... como vocês iniciaram o trabalho de tradução interpretação, então?”

IE-1: “É... eu tô... vai fazer agora seis meses que tô no município, mas é... eu iniciei o trabalho de tradução no ano de 2010, com tradução de eventos religiosos, faço parte de um grupo que faz esse tipo de interpretação. Então minha primeira interpretação foi em 2010, pouco difícil a entrada pra interpretação, porque quando você aprende a Língua de Sinais, não é algo tão simples você transformar da língua que você... da língua mãe pra Língua de Sinais... até porque o início você tem a barreira do vocabulário, mas a partir que você começa a interpretar se torna um pouco mais simples, você vai começando a se acostuma com a ideia de simplificar o assunto e mostrar a ideia base, aa... o foco da matéria que você precisa interpretar.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E você, quando começou a fazer as traduções, Samara?”

IE-2: “Bem, a minha história... quinze anos atrás, não foi... bem já começando com o interprete, né... eu conheci a Libras, conheci o mundo surdos, que eu fui morar com um casal

surdo, fui cuidar dos filhos deles, então...é... na época ele era presidente da associação de surdos lá de Fortaleza. E...eu estudava, assim, eu tinha muitas atribuições pra fazer, mas mesmo assim na convivência eu fui aprendendo um pouco, e também ia muito pra associação dos surdos lá de Fortaleza. E...eu ajudava assim... em todos os sentidos a eles. Sempre que eu podia tava pelo meio, né! Ajudando em outras coisas, até coisas da associação eu as vezes ajudava... pouco né, porque tinha outras pessoas bem mais capacitadas, né! Mais eu lembro muito ligações... eu fazia. Então...foi aí que eu conheci... a Libras e o mundo dos surdos, né, que é eu... nossa!!! Pra mim era... nunca tinha saído, nunca tinha visto, num sabia nem o que era surdo. Então fui conhecendo, conhecendo, quando falava pra outras pessoas, elas ficavam também abismada e... pronto, aí eu passei uma época lá, em Fortaleza, depois retornei aqui pra Limoeiro, problemas pessoais e...é... o irmão da mulher que eu morava, também retornou aqui pra Limoeiro e eles montaram a associação...” (interrupção).

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Samara você se importa de dizer quem era o...o presidente na época?”

IE- 2: “Na época era u Francisco...Francisco de Assis Saraiva e... o... o cunhado dele na época... o... Ékner, também morava em Fortaleza e eles vieram embora pra cá, ele e a esposa. Então eles começaram a formar associação dos surdos aqui em Limoeiro. Já tinha um grupo de surdos e tudo mais. É...e... depois de um certo tempo, que eu voltei a frequentar lá, assim... porque eu sou muito ligada à família, então... comecei a ajudar em algumas coisas da associação, tinha mais tempo, sempre tava lá no meio e eu automaticamente fui me tornando interprete, é! Talvez hoje, não... não me considero, certo! Mas me chamam...mas ainda não me considero. É... até porque a vida da gente vai tomando tantos rumos e na interpretação, então fiquei muito tempo, mas atuante na associação, ajudava lá também no que podia, com eles lá, junto com os demais, né... muita gente ajudava e...depois surgiu oportunidade, já tinha outros intérpretes, pra mim trabalha na ACENIU, que é a escola do Estado, é...pra ficar um horário todo, né...cem horas-aulas... e quando eu fui, eu disse: “não vô da de conta!” Até porque eu trabalhava na educação infantil, é... Meu primeiro ano trabalhando na educação infantil, digo: “não... não dei de conta.” Então indiquei outra pessoa e...no ano seguinte, eu...é...fui lá, novamente pra ACENIU, as meninas puxando: “vamos Samara!” ainda falta, tinha lá dezesseis horas, era menos tempo, né! Ai eu disse: “não, então pronto.” E eu fiquei, foi meu primeiro trabalho na... Na, assim...na escola, né. Na questão escolar, que eu já tinha um outro tipo de interpretação das demais, não sei se eu sou certa, mais eu vejo assim.

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Obrigada. É... quer dizer que vocês começaram a fazer as interpretações, as traduções de uma forma empírica, de acordo com a necessidade. É isso?”

IE-2: “- Isso, isso...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Iam surgindo as necessidades e vocês iam... e vocês iam fazendo... era isso?”

IE-1: “Isso mesmo. É... no meu caso, com respeito ao que eu fazia, né... Foi necessitando de interpretes pra esses eventos. Foram treinando pessoas e eu aproveitei a ocasião, era algo que eu gostava, sempre tive vontade de fazer e me senti... é... é... me senti muito bem em ta aprendendo, melhorando mais algo que eu queria fazer. Hoje eu sei o que é interpretação por ter estudado mais, tentado buscar isso... assim como a Samara, tem se empenhado, tenho me empenhado... é conhecido outros interpretes, me envolvido mais em cursos, pra poder continuar na área. Mais é como ela falou, a questão de se considerar interprete, é um pouco relativo, porque muitas pessoas, veem a gente como intérprete, por sabermos a Libras, podemos conhecer, conversar com surdos e traduzir, mas pra atuarmos... é, é... fisicamente... é fixamente num canto, precisamos mostrar, temos algo pra mostrar e isso é um pouco difícil, precisamos de um papel ,né... uma coisa bem real, pra... pra mostrar, é algo que se torna difícil, porque a gente tem poucos recursos na cidade onde a gente mora, é algo pequeno, mas mesmo assim a gente tá atrás, tá lutando, pra vê se a gente... é reconhecido pelo que a gente gosta de fazer e na verdade a gente quer continuar nisso...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... Samara, você disse que quando começou... você trabalhava com os filhos do casal, né? E quando você começou aqui, atuar como interprete em Limoeiro, qual era a formação acadêmica que você tinha na época?”

IE- 2: “Eu já tinha iniciado na faculdade, já. É porque eu assim, minha faculdade ela está um pouco irregular, mas eu já estava na faculdade. Quando eu fui pra... escola, eles já estavam na faculdade, na associação não... eu ajudava. No meu... no meu tempo, né, eu ajudava quando eu tinha um tempinho... ia lá, fazia uma declaração, ajeitava uma coisa... viagem deles, na época eles faziam mais viagem e viajava também junto com eles e ... os outros intérpretes, né. Sempre, atuante lá na associação. Hoje, menos. Hoje eu estou bem menos atuante na associação.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “– E você, Gutemberg... quando você começou a fazer essas traduções é... aliais interpretações em eventos, não é isso?! Era... Qual era sua formação... acadêmica?”

IE-1: “Básica, eu tinha somente o ensino médio ainda não completo, ainda tava cursando o segundo ano e pela necessidade de interprete nesses eventos eu... eu, na escola havia o grupo, né...a... eu estudei no ACENIU, né... na época que a Samara interpretava, né. Tinha outros interpretes, é quando necessitava, alguns surdos por me conhecerem, saberem que eu fazia isso, até mesmo alguns professores, já e incluíam em algumas atividades é... voltada pra Língua de Sinais. Algumas vezes interprete faltava ou chegava atrasada, pediam pra mim interpretar pelo menos aquele início, até a interprete voltar. Então, eu tinha simplesmente o básico e me empenhava, me esforçava pra quis eu conseguisse fazer isso, né... conseguisse interpretar e pra isso tinha que ter contato com os surdos, que era bem necessário, né... precisava ta em contato realmente e a escola por ser uma escola inclusiva por ter os surdos em uma sala, uma sala regular... isso me ajudava muito, embora não estudasse na mesma sala , mas durante o intervalo tinha o contato, né... crie uma amizade com alguns, então isso se tornou de grande ajuda.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Ta bom. É... vocês, é... tinham que idade, aproximadamente, quando vocês começaram a fazer as interpretações?”

IE- 1: “16 anos... 16 anos ô tinha.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você, Samara, você disse que tinha 15, num foi isso?”

IE-2: “É que eu comecei no mundo... dos surdos, né, mais assim... na época quando precisava ir ao médico com a... com a mulher que eu morava, com a Erica. Eu ia e interpretava lá, né... é... também ela era oralizada... então as vezes a gente comunicava muito pela oralização mesmo, fazia ela... leitura labial, também pra banco... naquela época sim. Escola, esse é o terceiro ano, então... eu tinha o que... uns 26...26 anos.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “- Pronto. A minha... a minha pergunta seguinte era essa... qual a idade de vocês. Gutemberg, qual sua idade? “

IE-1: “- Tenho 19 anos.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “- Samara, acabou de dizer... 26... “

IE- 2: “Não! Quando eu comecei... 29.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “- Hoje, né”! Como se encontra a vida acadêmica de vocês? “

IE-1: “- No meu caso ta um pouco estacionada, não comecei nada. Embora tenha tentado alguns vestibulares... não tenho passado ainda, isso talvez tenha me desanimado um pouco mais, pretendo continuar... não esse ano, provavelmente, mais no ano que vem... tentar outras formas ,né... de entrar ou faculdade ou ingressar na faculdade ou passar em um concurso, mesmo que não seja aqui na...na cidade, mas pretendo continuar alguma forma estudando ainda na libras, na questão de línguas.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “- Samara... “

IE- 2: “Eu to... concluindo no início do próximo ano a faculdade, se Deus quiser... curso de pedagogia e eu pretendo depois... Sim, eu to terminando o curso de pedagogia no próximo semestre e... quando terminar eu pretendo fazer um curso de especialização... especialização na área de inclusão, num é... Eu e o Guto, a gente tava tentando fazer um curso agora de libras, que vinha aqui pra Limoeiro e mais ainda não deu certo, não dando certo... próximo ano a gente pretende fazer lá em Fortaleza ,né. Porque mais pessoas unidas, mais fácil a gente conseguir, do que só...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Qual seu nome?”

IE- 2: “Samara Chaves de Oliveira.”

IE- 1: “Gutemberg Mendes Junior.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Qual... em que ano você atua como intérprete?”

IE- 2: “No primeiro ano... do Ensino Fundamental.”

IE- 1: “No segundo seguimento do sexto.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “O aluno sabe libras?”

IE- 2: “Não.”

T IE- 1: “Sabe um pouco...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “São quantos alunos na sala surdos?”

IE- 2: “São...”

IE- 1: “... só uma.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Qual a sua formação acadêmica?”

IE- 2: “Ensino superior incompleto.”

IE- 1: “Ensino Médio completo.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como se deu a sua contratação... efetiva ou contratado?”

IE-2: “Contratado... temporário.”

IE- 1: “Também... contratado temporário.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quando eles... quando a... a Secretaria de Educação de Limoeiro fez o contrato com vocês, vocês foram adequados em que categoria. Contrato de vocês é de professor ou de intérprete?”

IE- 2: “De intérprete.”

IE- 1: “Também, de intérprete.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “São... é... aqui no Município, tem uma legislação específica para a contratação de interpretes... de libras?”

IE- 2: “Eu não sei informar... eu acho que não.”

IE- 1: “Também acho que não... não me foi informado uma legislação desse tipo...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Em relação à questão salarial, ela é a mesma base salarial do professor ou tem distinção?”

IE- 2: “Não... nós somos contratados com um salário mínimo, certo. Professor é bem diferente, o valor que eles recebem é bem maior.”

IE-1: “Isso mesmo, nós somos contratado, é... como a Samara falou, com salário mínimo, totalmente diferente de um professor tem uma restrição bem grande, quanto respeito a quantia do salário.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É um salário por expediente ou é um salário pelo expediente... pelo dia?”

IE-2: “É... ano passado eu sabia que era um salário por vinte horas. Ai, esse ano, nos informaram que... é um salário por dia. Se aparecer algum surdo num outro horário, é que nós não estejamos na escola, temos que atender pelo mesmo salário. Certo? Por um salário. Ano passado era diferente, mas tudo muda, né?”

IE-1: “Isso mesmo! Como a Samara falou, foi nuns indicado, né... de que seria um salário por expediente, mas como ela falou, se houver um outro surdo, como já houve, de um horário que a Samara não pode ir e eu esteja vago... se me indicarem aí, eu vou os dois horários durante a manhã, a tarde ou a noite, mas continuo ganhando a mesma quantia do salário inicial se fizesse só a manha ou a tarde.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quer dizer que o contrato de vocês é por 20 ou 40 horas?”

TILSE 2: “Eu sabia que era por 20 horas, mais esse ano teve esse caso, ...teve esse caso que precisou de um surdo a tarde, eu e o Guto trabalhando pela manhã, aí nós eu e o Guto... entramos em comunhão pra dividir os horários. É...ele ia à tarde, que eu não ia poder ir à tarde, que meu aluno é a tarde e eu pegaria dois dia da semana pela manhã pra ele não ir os dois expedientes ganhando o mesmo salário.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É isso, Guto?”

IE-1: “Isso mesmo! A gente dividiu os horários, pra que não ficasse pesado só pra um. Como a gente ia ganhar uma quantia similar, né, então... ela trabalhando o expediente totalmente a tarde e eu trabalhava totalmente de manhã, mas eu ia agora trabalhar de manhã e de tarde. Somente temos nós no município interpretando, praticamente agora, como a gente já si conhecia... a Luiza conversou com a gente pra que a gente entrasse nessa comunhão de dividir, de revezar os horários.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... no ato da contratação... no ato da contratação, passou algum tipo de seleção? Se sim, quais essas etapas da seleção.”

IE-2: “Não. Ano passado eu já trabalhava. Tem uma carência muito... tem uma carência, né, de interprete. Até porque algumas pessoas que também conhecem a libras, as vezes estão ocupadas já em outros lugares, né. Então como... como sabia a gente colocou o currículo e esperamos ser chamado.”

IE-1: “Isso mesmo, né. Por indicação, né. Sempre acontece de alguém que conhece, né, que sabe das habilidades de alguém, pode ser contratado também, indica. A pessoa que é responsável pela contratação vai investigar essa pessoa, né...vai saber realmente as

informações dela e se ela concordar em contratar essa pessoa aceita, como foi meu caso, né. Fui contratado com um acordo de lá, né... me apresentei, né... mostrei as habilidades que tinha e fui contratado.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você mostrou suas habilidades como, por meio da documentação ou você fez algo prático?”

IE-1: “Totalmente via documentação. Não foi pedido nenhum tipo de apresentação ou de... ou uma experiência, né... algo do tipo de me ver primeiro em uma aula interpretando pra mim fazer isso, mas se me tivessem pedido, faria com maior prazer, não tenho medo disso. Faço porque gosto, então teria feito.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quais os documentos exigidos pela Secretaria de Educação para atuar como Intérprete Educacional?”

IE-2: “Bem... os comprovantes básicos: identidade, CPF, a questão da documentação escolar, né e o curso. Aí, né... nós tínhamos um curso, fizemos juntos, também, esse curso que não deu certo a certificação. Então nós pegamos uma declaração, né, enquanto não sai a certificação. Nós pegamos a declaração do curso que fizemos e também com base em outras experiências, por exemplo, eu já tinha sido contratada no estado uma vez. Então eu peguei também uma declaração da escola e anexei. Até porque tem sistema, tem sistemas nas escolas, né... São vários, as secretarias lá, né e tem que informar essas questões de certificações, bem complexos.”

IE-1: “Verdade. É, no meu caso também foi o mesmo. Todos os documentos necessários RG e comprovantes, né e também a questão do curso, que é necessário cento e oitenta horas pra se manter no município, né. E a gente... é responde essa cento e oitenta horas por meio da certificação, como a Samara falou, a certificação não ocorreu em 2013, como devia ter ocorrido. Por alguns problemas, né... mas, a gente mantém essa ocupação por meio de uma declaração e a gente pretende trazer esse certificado e continuar por esse... por mais tempo.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você falou de um curso de cento e oitenta horas. Qual é o título do curso?”

IE-2: “Tradução e interpretação... eu não lembro direitinho o nome, mas... já era mais, voltado pra interpretação.”

IE-1: “Totalmente voltado pra interpretação e ainda aprendemos um acréscimo, uma aula de guia do cego, que eu acho superinteressante, mas foi totalmente voltado... fizemos teatro... totalmente voltado pra interpretação, tivemos exercícios de interpretação simultânea, né... tanto da língua mãe como pra língua de sinais ou o contrário a língua de sinais para o português e foi básico, mas foi um treinamento muito bom e que a gente gostaria de ter a certificação em mãos.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E... Qual foi a instituição que ministrou o curso?”

IE-2: “Foi a Associação dos Surdos aqui de Limoeiro juntamente com um órgão lá de Fortaleza, que não me lembro... não, um professor era lá de Fortaleza.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quantas horas de trabalho por dia?”

IE-2: “Bem, atualmente ta sendo só as vinte hora, né, porque o... no início do ano... é a criança ela não está... não está mais indo. A gente tava devindo, né. Daria o que...umas trinta... quase trinta horas pra cada, certo. Mais ai como o... é... a outra criança não está... não frequenta mais, então voltamos as vinte horas, né. Vamos ver agora nos próximos semestres.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você Gutemberg, quantas horas/dia?”

IE-1: “O mesmo, vinte horas, né. A gente, por enquanto, estamos num período só, num... num... só pela manhã estou como ela ta só pela tarde, mais se mudar daqui pra frente, né... próximo ano, esse ano, esse semestre vem entrando a agente não sabe como vai ser a demanda de surdos no fundamental. Então se até lá mudar, estaremos aqui...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Na escola há alguém, além de vocês e dos alunos surdos que sabem Libras?”

IE-2: “Não. Tem uma professora outra que ...que conhece um pouco, né. A do AE, da sala multifuncional, conhece um pouco, né, mas não profundamente. É e tem uma professora lá que o...o alfabeto ela sabe, já vê ela fazendo.”

IE-1: “No meu caso também se tem não manifestou pra mim mas alguns professores se esforçam pra aprender pelos menos alguns sinais básicos, né...como questão de ir ao banheiro pra poder quando necessitar, saber que a aluna quer... quer esse objetivo, né.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... eu lembrei que você falou, Samara, que aluna pra quem você traduz, não sabe libras. Como é que você, então, trabalha com essa aluna?”

IE-2: “Esse ano foi um ano atípico, né. Porque é... tínhamos, eu sabia que tinha uma criança de 6 anos surda, na... no meu pensamento eu disse, pronto, vamos começar a trabalhar a iniciar libras, a questão do alfabeto, né, questões de ir ao banheiro, todas as questões, porque eles fazem gestos. Mais quando chegou, ai eu vi que ele era outra realidade, ele tem um implante coclear e pelo que estou percebendo a família quer ele seja oralizado, né... Ele está... faz tratamento com o fonoaudiólogo, acompanhamento com o fonoaudiólogo e parece que ta aqui também, só que as vezes eu sinto ele fazendo muito gestos, eu ensino pouco, mais também tem aquela questão da família...ah, porque tem que... não pode falar, não pode fazer a Libras se não ele vai querer fazer só a libras e vai ter preguiça de falar, que as vezes é o que... é o... assim eu fico imaginando, meu Deus! Como é que vai ser, vai ser só quando ele crescer que...que ele vai entrar com a Libras ou se ele não consegue oralização, o que eu vai ser e isso infelizmente vai afetar as questões educacionais dele, a... o desenvolvimento dele na escola, porque ainda não está nem em um e nem em outro, apesar de ele ser muito esforçado, tudo ele pega muito rápido demais, então o que ele quer que eu trabalhe com ele,

como ele tem 6 anos, muito agitado, muito agitado mesmo e às vezes...as vezes ele é mais calmo, termina as tarefinhas mais rápido que os demais, muito participativo. Então eu fico sempre perto dele, auxiliando mais um pouco nas atividades, ele se comunica muito comigo, é... eu auxílio muito a professora em relação a ele tentando transmitir, tentando fazer com que ele entenda as questões, porque na educação infantil trabalha-se muito com a questão de dinâmicas, né, com figuras, com cartazes, né, então eu... no momento eu acho que está sendo correto que foi uma preocupação minha e da professora, como é que a gente faz, como é, que eu quero que ela aprenda libras. Vamos com calma, que ele não vai aprender ler agora, ele não vai aprender a ler agora, ele sabe fazer o A, se eu falar o A ele escreve, mas se eu falar o B... Eu vou lá no cartazinho que tem o alfabeto em libras e eu mostro ele, às vezes ele quer aprender. Então, fica assim meio termo né, eu num pude falar com a família ‘olha e aí vamos fazer o que?’, se ele já tinha iniciado, eu não posso interferir nisso, né. Mais, por mim ele aprenderia Libras.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE):... “Gutenberg, você falou que o aluno que você acompanha sabe um pouco de libras, né! Como é, então que você faz, traduz a aula toda, como é sua ação com ele em sala de aula?”

IE-1: “A carga-horária é diferente das demais salas regulares, nós começamos de sete e terminamos as dez, porque na verdade ela é inclusa numa sala especial, né. Além da surdez existem outras deficiências, né. Existem pessoas com deficiências diferentes na nossa sala...na nossa turma, né. Então, a gente trabalha com o conteúdo segmento EJA, estamos no primeiro... segundo segmento e usando... iniciando as letras, como ela sabe muito bem a tipologia, ela conhece muito bem o alfabeto, a gente tá trabalhando bem bastante a questão da escrita, que é algo que ela vai necessitar, porque fora a língua de sinais que ela sabe o básico, mais ela vai si deparar com muitas dificuldades em que ela vai precisa escrever mesmo, escrever o português, aprender a ler mesmo o português e é isso mesmo que a gente tá trabalhando. Mas, com respeito a aula em geral é... eu interpreto de forma resumida, simples pra que ela consiga captar, usando o mesmo conteúdo que os professores\ouvintes fazem com os outros alunos ouvintes, sempre é usado historinhas, né... Eu tento dramatizar mesmo, se possível ir pro meio da sala, os outros alunos acham bastante interessante, eu lá interpretando, ficam vendo e ela interage nesse sentido porque, como ela... como os outros alunos estão se divertindo com o que eu tô fazendo e ela tá conseguindo entender, então ela se diverte junto com os alunos, né. Por ela saber o básico da língua de sinais que dá pra conversar, então eu ensino... é, explico alguns sinais novos com respeito a matéria que vai ser usado em geografia, matemática algo do tipo que tenha sinais diferentes, ciências, né. Então eu aprendo junto com ela, muito dos sinais com respeito da escola eu vim aprendo com o tempo que vim ajudando a ela, são coisa que a gente aprende só com a convivência, com atividade mesmo e isso tem me ajudado e tem ajudado a ela.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE):... “Vocês têm PROLIBRAS ?”

IE-2: “Não.”

IE-1: “Não, não tenho.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como Intérprete Educacional recebeu alguma orientação específica pra atuar na educação. Se recebeu, qual a instituição responsável? “

IE- 2: “Não, eu não recebi assim específica. Em relação a educação é a minha bagagem da faculdade, né...Então, ano passado que eu trabalhei com aluno, adolescente que tava no quinto ano que não sabia libras e não tinha sido alfabetizado nem em português... então foi caso atípico, também né, bem diferente... não era só tá lá na frente interpretando como no ensino médio. Eu fazia, interpretava e ajudava nos conteúdos e tudo mais, eu fui ensinando a eles sinais, eu pegava algum... um... um conteúdo da... da... que estava sendo trabalhando e tentava fazer com que ele entendesse, mas é...é digamos assim em alguns momentos não dava pra seguir com o que estava sendo ministrado, porque tinha que outras prioridades. Então, eu trabalhei muito a questão pedagógicas, como a... a vó dele na época disse que o ideal seria um interprete em formação em pedagogia pra tentar quebrar algumas barreiras nele, né. Que ele já adolescente...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Samara, você falou da sua faculdade, mas eu não to lembrada do curso. Qual é seu curso?”

IE- 2: “Pedagogia.”

IE-1: “Bem, é no meu caso também não tive nenhum ... é não existia, no meu caso não existia nenhuma instituição pra mim ajudar. O que me ajudou foram a... os interpretes que eu conheci, né... pelos cursos que a gente vem fazendo, acaba conhecendo muitos habilitados. Então, a gente tem que absolver o máximo dessas pessoas, pra que a gente saiba interpretar como em ocasiões como essa, na questão do fundamental se torna bast simples porque os conteúdos são bastante simples, mais se chegar em uma ocasião de você interpretar uma palestra de faculdade, um curso de faculdade, necessita de uma formação mais profunda, algo mais necessário, não só pra mostrar, mais pra ter um vocabulário que consiga é... é fazer o...a... o...a pessoa que está lá... o surdo, entender o que você tá passando, do que o professor tá passando, de forma que ele venha aplicar no cotidiano, na grade curricular dele.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Samara, você falou algo a respeito de ser... das pessoas na escola, dos funcionários, dos professores de considerar você professora dos surdos. É isso?”

IE-2: “Exatamente. Esse ano não, porque to vivendo outra experiência com educacional infantil, com o fundamental 1. Mais, em anos anteriores, normalmente, quem é o professor mesmo... quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... ele é um interprete, mais digamos que a função dele nano é só interpretar né, é o de ensinar também. Inclusive no Estado, o contrato é como professor, não é como intérprete.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Brigada, Samara!”

IE-1: “Isso mesmo, a gente percebe bastante que o surdo se apegue bastante ao interprete, ele vê a gente como alguém de confiança, né...a gente não só interpreta a aula lá, né, mas quando passa por alguns problemas de família e até mesmo de comunicação, a gente tá lá. Os pais têm

também a gente também como alguém que pode entra em contato com o próprio filho, né caso que eles não conseguem fazer.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Gutenberg, mais a Samara falou que vocês, dentro da escola, são responsáveis pela educação do surdo. É isso mesmo?”

IE-1: “Isso mesmo. Por exemplo, quando algo acontece na prova e o nosso aluno, o aluno surdo, é tem... tira uma nota que é considerada baixa. Os professores vem nos perguntar o que aconteceu, algo que na verdade se torna irônico, porque quem passou a matéria foi o professor ouvinte, a gente transmitiu pra língua que ele entende, mas na verdade o conteúdo foi passado pelo professor ouvinte, mais como somos considerados pelo surdos... precisamos ajudar ele a desenvolver aquela matéria, a fazer atividade que façam que ele lembre na hora da prova e tire uma nota, que realmente, seja favorável.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como se dá a relação professor e Intérprete Educacional dentro de sala de aula?”

IE-2: “Bem, na minha realidade de hoje, é... a criancinha lá vê, realmente ele vê, a professora como alguém superior, na cabecinha dele lá, sempre primeiro lugar vai ser a professora, certo e eu sou a de segundo plano, né. Eu estou lá, mas tenho que realizar as coisas tudo junto com ela, né. Na cabecinha dele eu vejo que ele vê como uma hierarquia, ela é a maior e eu estou ali mesmo pra auxiliar, é bem interessante, mas...” (interrupção).

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Mais você e ela...”

IE-2: “Não, nós nos damos muito bem. Ela me vê como uma cooperadora mesmo.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você e a professora.”

IE-2: “Ela me vê como uma cooperadora mesmo, que tá lá pra ajudar... você estando na sala de aula com crianças pequenas você não vai ajudar só o seu aluno, você a Judá em tudo. Você trabalhando em escola de criança, auxilia em várias coisas, não é só questão não é só esta lá, fazer sua função, sentou, esperou... não! Não é bem assim, no ensino médio é... pronto.”

IE-1: “No meu caso, é... tem um grupo de professores, fora os dois professores que são responsáveis pela nossa turma, tem uma ajudadora, como não... Nosso grupo é um grupo que se respeita, como a Samara falou, eles vêm a gente como cooperador. No caso da surda, ele vê os professores como superiores e eu já tentei informara ideia a ela de que eu estou ali pra interpretar, ajudara ela o que uma pessoa está dizendo em uma outra língua e sempre passo isso a ela, que a função de ensinar é o professor. Então é bem isso, a gente tem uma relação de ajuda mesmo, sempre me perguntam o que precisam, se precisam falar um pouco mais devagar, né, quando contam alguma história, se precisa falar mais devagar ou detalhar algo mais, sempre peço pra que mostrem as imagem pra detalhar mais o que eu tô tentando explicar.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Mais o seu relacionamento com os professores...”

IE-1: “Bem pacífico, não tem nenhum problema com isso.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Vocês trabalham em colaboração?”

IE-1: “Com certeza, sempre em colaboração... eles sempre me ajudam com a matéria que vai ser passada. Antes sempre me mostram o quis vai acontecer, pra eu poder mi preparar, traduzir de forma mais simples e também eu, eles sempre chamam pra perguntar como ela ta melhorando, o que eu ela ta precisando, o que ela não ta precisando.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É... com você Samara, os professores, no caso a professora, né. Ela lhe passa o conteúdo com antecedência?”

IE-2: “Não, não, necessariamente, né. Às vezes eu sei, assim, pela temática que está trabalhando naquela semana, né ou as vezes ta no início da aula ou as vezes ela me diz alguma coisa que vai... mas nós não planejamos juntas.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como se dá a relação com o aluno surdo?”

IE-2: “Bem eu trabalho... nesse ano é uma criança de 6 anos. Nós nos damos muito bem... nós nos damos muito bem, tem dia que ele tá mais agitado e ele quer fazer o que ele quer e eu tento lá, é... tento da lá um limite, entre eu e a professora, mais sempre em comunhão, a gente, eu e a professora... tá dando certo, né. Ele é muito carinhoso, muito simpático, ele é um amor.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E seu relacionamento com os alunos surdos?”

IE-1: “No meu caso, da minha aluna, eu acredito que por sermos de gêneros diferente, por que ser homem e ela mulher... ela sente um pouco retraída com respeito ao que... a como agir, mais sempre me esforço pra deixar ela a vontade, dizer o que ela quiser, o que ela pensa, expressar isso pra mim. Mais ela sente muito mais à vontade com as professoras, com as professoras do sexo feminino, que eu ajudo a entender ela... o que ela tá dizendo, pra que elas possam também dizer algo, pra elas possam ter essa relação com elas e não fique somente os outros alunos tendo relações, sendo amigos de todos e ela se sentindo excluída por ser surda. Eu tento fazer com que os outros professores entendam ela e ela tenha essa amizade não só comigo, com outros, porque ela tem uma ideia de amizade com homem ser algo mais profundo. Então, já tentei explicar a ela que amizade com amigo é um coisa e relação mais chegada é outra, coisas assim ela tem bem essa barreira, ela tem a ideia de que não. Eu me esforço de ter amizade com ela, tem quase a mesma idade que eu, porque eu tenho 19, mas ela tem essa barreira ainda...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Qual a idade dela?”

IE-1: “19. Com respeito a isso, ela tem essa...essa, esse pé atrás, assim, quando ela não gosta de alguma coisa, eu sei que ela não gostou, porque ela fica de mão dada com outra professora, então águam coisa que eu fiz e ela não gostou.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “A troca de informação entre professor e Intérprete Educacional, que tipo de informação?”

IE-2: “Bem, nós trocamos muita informação em relação a aprendizado, o que ele ta conseguindo, o que ele ta aprendendo. Até, assim, a questão do limite dele, ele precisa muito de limites, porque as vezes ele acha que pode fazer tudo que ele quiser, é... acho que também como ele é criança, tem 6 anos, né e contexto familiar né... Mais tudo é um contexto, questão familiar, então a gente tem essa troca, se o pai vem me comunicar alguma coisa em relação a ele, que ele faz acompanhamento lá em Fortaleza e aqui ou a mãe vê e passa alguma informação, eu falo pra professora ou vice e versa e também junto com a direção, com a professora lá da sala multifuncional. A gente tem uma certa preocupação por essa questão o implante coclear, num é... que ele faz lá em Fortaleza, uma vez por semana e não estava sendo o suficiente, porque algumas crianças que fizeram na mesma época que ele, conseguiram já estão oralizadas e ele ainda não, né. Então, é assim, parece, já no finalzinho das férias, parece que ele já estava com fonoaudióloga aqui também, né. Mais ai quando a gente iniciar agora, vamos sentar e conversar, novamente, pra gente vê o que vamos fazer de diferente, também ajudar ele na questão de... da fala, questão das atividades, né, porque as vezes ele não faz a tarefinha em casa. O contexto familiar dele não... e a gente também tem essa preocupação, muito esforçado... as vezes a gente nota que ele quer, ele é muito participativo, tudo ele quer participar, tudo ele tem que estar envolvido, não passar nada e se passar alguma coisa, depois ele lembra, ele lembra. Interessante que eu vi ele agora nas férias e a madrastra dele me disse que todo dia ele pergunta pela escola, todo dia e ele me perguntou e eu disse, vai lá no calendário e mostra, aponta pra ele o dia que vai começar as aulas, que ele vai lá marcar todo dia.”

TILSE 1: “No meu caso também isso, como a Abilha tem a gente como porta voz, muitas informações, como a Samara falou, são passadas pra nós e é algo que as vezes o professor não está a par e é necessário que a gente sente e converse, olha os pais contaram isso, eu percebi essa mudança por tal ação, algo que a gente ta mais próximo, então é comum a gente perceber mais coisa que os professores que estão lidando com os outros alunos. Então, a gente tem que tá sempre trocando essas informações e também como as avaliações são diferenciadas, a gente ainda não teve oportunidade de fazer, mais é... dos segmentos do EJA, as avaliações são ser, praticamente, pelo que a gente vê no aluno do que realmente a gente prova na escrita. Então, com respeito ao que a gente aplica durante as aulas, como ela tem reagido a cada atividade, qual a melhoras, qual as piores... o que fazer o diferencial, então isso é uma troca de informações constantes entre os professores, porque como os outros alunos ouvintes, é fácil saber o que eles pensam, embora alguns tenham dificuldades... é fácil saber o que eles pensam, até porque se eu digo algo, vai entrar no seu cérebro e ele vai responder de alguma forma, no caso do surdo não importa o que você falar, você precisa mostrar na Língua de Sinais, as expressões das línguas de sinais são um pouco mais diretas. Então, quem sabe a língua de sinais, tem facilidade de entender, o que o surdo vai expressar, se tá melhor ou se tá pior.”

IE-2: “Até quem tá em contato direto com ele, é... quem tá lá no... algumas coisas que ele quer falar, só o jeito dele assim, eu já entendo e o que ele quer falar e eu digo, olha não ele quis dizer isso daqui... o que é Samara, que ele tá querendo dizer aí?”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “A professora?”

IE-2: “A professora ou até mesmo alguém da escola, é... o que é que ele tem, hein? O que é que ele tá irritado hoje, hein?! Então, algumas coisas assim, só em eu olhar pra ele eu já sei o que ele tá querendo dizer, mesmo que ele não faça Libras, faça gestos, né... que ele fica nesse mundo de meio termo, ele faz muito gestos mais as vezes ele tenta balbuciar alguma coisa. Na hora da leitura, lá... ele vai lá pra frente pra ler, ele ler lá e pronto, ele leu e os meninos entendem o que que ele leu.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quais as atividades que você exerce na escola... na sala de aula e na escola de modo geral?”

TILSE 2: “Pronto, na sala eu fico tentando auxiliar realmente o aluno surdo e aos demais também, quando eu vejo que é necessário fazer alguma intervenção pra ajudar a sala, até porque são quase 30 crianças, né... 6 anos, 6,7 anos. Então, eles são bem agitados mesmo, não vou dizer que a sala é uma calmaria, que não é... não é mesmo. Assim, a professora, assim, a... a metodologia dela, a didática dela é muito boa. Então ao mesmo tempo eu estou aprendo e tentando ajudar na maneira que precisar realmente e que isso é de mim, da minha pessoa procurando... normalmente eu não faço só o que seria pra mim fazer na escola, se precisar... qualquer coisa eu tô lá pra ajudar, você pode imaginar aí, que eu tô lá pra ajudar. Então, no recreio eu olho menino, se precisar de alguém pra mexer lá no datashow, eu vou lá mexer no datashow, precisar fazer coisa de reunião... o que precisar eu tô ajudando, mais normalmente, eu fico muito na minha função com ele, porque ele é muito agitado e precisa mais eu ficar junto dele.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você Gutenberg, quais são suas atividades em sala de aula e na escola de modo geral?”

IE-1: “Eu ajudo a essa aluna, mais quando possível eu ajudo os outros alunos com a leitura, muitos deles não tem a leitura, no quadro apontando as letras para que eles possam entender, ajudo nas aulas de artes, recontagem e colagem, né... Com relação a segurança dele, né, porque nossa escola tem um lados altos, tem quis tá sempre observando, né... Nossa turma é menor, do que a da Samara fala, né... temos 12 alunos, quase 14 agora... totalmente diferente o público, não é um sala regular, pela carga-horária a gente passa pouco tempo com eles, mais sempre botando limite, né... diferente da Samara, eu tenho uma dificuldade maior em fazer outras atividades, embora tenha minha função de intérprete. Mais, sempre que eu vou me esforçando pra estar disponível quando necessário, né... eles sempre me colocam em outras atividades, né... sempre quando um professor tá com problema de garganta e não tá podendo falar muito, a gente dá uma leitura nas atividades. Embora interprete, tem que fazer a leitura, o que fica um pouco mais difícil, mas a gente faz de alguma forma, pra que a aula possa fluir de forma boa, de forma que eles gostem, de forma que fique atrativa pra eles, né... Não seja algo só ler, ler e ir embora, mas sempre, por exemplo as atividades físicas a gente faz dentro da

sala, né... uma coisa motora, pra tentar levantar eles da cadeira, né... pra poder fazer eles se divertirem um pouco mais, pra poder quebrar o gelo da atividade do livro ou da lousa, que si torna um pouco cansativo. Então, sempre faço meu máximo, mas te digo uma coisa, eu não me sinto a vontade fazer outra atividade... tendo minha função, mas me esforço.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Vocês participam do planejamento escolar?”

IE-2: “Ano passado eu participava, mais no início desse ano teve mudança de direção na escola e a diretora conversou comigo e que eu não necessitaria ficar, como eu tinha outras atividades eu realmente... e também eu ajudava já na hora do recreio e outras coisas também, eu preferi não participar, mas eu sempre sei o que está se passando na escola, a gente sempre tá a par de todas as questões assim, trabalho que vão ser realizados, as festinhas, tudo que vai acontecendo na escola a gente é a pá. Então, teve outra mudança de direção, então agora não sei o que a direção vai indicar, né...”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você Gutenberg, participa do planejamento escolar?”

IE-1: “Na verdade eu não, na verdade não. Como a gente tem uma sala com outros professores, além de mim, interprete... eu, não se torna necessária a minha presença, embora há convites, eu tenha participado algumas vezes, né... Mais sempre que há planejamento, o professor da nossa sala está presente pra que quando ocorra de outro dirigente chegar, ele explique que aconteceu na aula, né... sempre imprimi as pautas, sempre tem algum recado importante, ele nos traz... Mais a direção sempre convida, deixa o convite expresso, se você comparecer será bem-vindo, mas não é necessário sua presença, porque já tem o professor.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Vocês participam da comunidade surda local?”

IE-2: “Bem, assim, antigamente eu participava de forma mais atuante, agora realmente eu estou bem menos atuante na associação dos surdos... tenho meus amigos surdos. Então, sempre estou vendo ele pela cidade, porque a cidade é tão pequena, pela internet, sempre tem os convites das atividades que estão sendo realizadas na associação, inclusive vai ter agora do dia dos pais... Mais eu já fui mais atuante na comunidade surda, hoje eu estou bem menos atuante.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “O que foi que causou?”

IE-2: “Assim, né... os meus problemas pessoais, a questão da minha faculdade, antes eu trabalhava numa área que não era educação... então eu não tinha... não tinha, eu só trabalhava e eu tenho um problema com minha mãe, de saúde, então eu tenho tempo voltado pra coisas da casa e assim vai aparecendo outras pessoas na associação que estão mais disponíveis do que eu, né... Mais de vez enquanto a gente tava lá ajudando, é... eu ainda de vez enquanto eu ainda passo lá pra conversa com o presidente e pra saber, as vezes eu encontro eles nos lugares, eu falo com a filha dele. Já fui mais atuante na associação, hoje não, devido aos meus problemas, tempo e as minhas prioridades.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E você Gutenberg?”

IE-1: “A minha participação mesmo com a comunidade surda, é mais um contato religioso né, como eu falei eu tenho um grupo, eu sou testemunha de Jeová, a gente tem um grupo de línguas de sinais, são alguns intérpretes né, a gente faz acompanhamento, por exemplo, de alguns surdos do interior que não tem contato com a Língua de Sinais, a gente ajuda no início básico da língua de sinais né, e também na explicação de alguns assuntos bíblicos né, totalmente temos explicações gravadas em DVDs né, totalmente padrão no Brasil inteiro pra ajudar esses surdos que tão longe que não tenham contato com a Língua de Sinais, e também pra aqueles que tem contato com a língua de sinais e desejam né, sempre que encontramos deixamos o convite para fazer parte das nossas reuniões, mas como a Samara que tem o contato mais próximo com respeito a associação, eu não tenho, eu vim conhecer melhor os surdos de 2011 pra cá, ter uma relação com eles de pegar contato, algo do tipo né, como ela falou pela internet né, nós usamos também muito a vídeo conferência pra conversar né, até porque precisamos enxergar né, porque o português é um pouco difícil, o contexto da língua de sinais é diferente, então quando eles escrevem uma mensagem pra você se torna um pouco difícil pra quem é ouvinte é, entender a mensagem, então com a língua de sinais a vídeo conferência se torna mais fácil, mas é somente isso não tenho tanto contato quanto a Samara já teve.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Muito obrigada aos dois.”

ANEXO 4

Entrevista – IE-3

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “De onde você é?”

IE-3: “De Limoeiro Do Norte.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como você aprendeu Libras?”

IE-3: “Desde criança já tive amizade com surdos, sempre fui envolvido dentro da comunidade surda, minha irmã já participava... tinha convívio com eles, fui aprendendo junto... com amizade mesmo, e a partir daí surgiu o interesse de entrar na profissão mesmo.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Certo, e você tem alguma formação específica...” (interrupção)

IE-3: “Cursos básicos, só.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Cursos básicos de Libras?”

IE-3: “Isso”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Mas você tem curso específico na área de tradução e interpretação?”

IE-3: “Tenho o curso básico de língua de sinais mas de intérprete mesmo ainda não tenho.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E com quantos anos de idade você começou a atuar como intérprete?”

IE-3: “Foi mais ou menos com 15 ano no contexto religioso.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “No contexto religioso... então você aprendeu dentro desse contexto?”

IE-3: “Dentro desse contexto... fui aprendendo no contato com os surdos.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você poderia indicar o segmento religioso a que pertence?”

IE-3: “Sim, a gente... nós testemunha de Jeová temos um grupo que ajuda surdos, alfabetiza surdos em casa... em domiciliar, né... gratuito. A gente vai todo dia na semana, se o surdo desejar, ou mais vezes na semana e ensina a língua de sinais pros surdos de forma gratuita...” (interrupção)

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Voluntária?”

IE-3: “...voluntária, um trabalho feito pra surdos mesmos tanto pra alfabetizar como também...” (interrupção)

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Só pra deixar bem marcado, é o segmento religioso Testemunha de Jeová.”

IE-3: “Justamente.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E assim... quantos anos você iniciou seu trabalho de interpretação na área educacional?”

IE-3: “Na área educacional, tava mais recente... tá mais ou menos com alguns meses só... na escola que eu entrei, né?!”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você consegue apontar quantos meses?”

IE-3: “Mais ou menos 3 meses.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E antes de atuar na escola você atuava em eventos? Tradução de eventos?”

IE-3: “Assim, normalmente quando os surdos necessitavam de interpretes era feita uma contratação pessoal e aí eu fazia alguma interpretação de palestras, ... alguma empresa que precisasse, por exemplo, alguma palestra da Herbalife...” (interrupção)

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Aí você ia?”

IE-3: “Reunião de alguma empresa que os surdos precisavam de interpretação, eles me chamavam também.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Atualmente, você tá com quantos anos de idade?”

IE-3: “23.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Então você começou a atuar na educação aos 23 anos é isso?”

IE-3: “Isso.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você percebe alguma diferença na sua forma de atuar na educação em relação a sua forma de atuar fora da educação.”

IE-3: “No contexto religioso?”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Não enquanto intérprete de Libras?”

IE-3: “Não entendi a pergunta... desculpa.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Se há alguma diferença na forma que você atua na educação pra forma que você atua fora da educação, como nos eventos, por exemplo quando os surdos chamam pra interpretar numa situação familiar, de ir ao médico ou mesmo de palestras, há diferença ou você considera que trabalha da mesma forma?”

IE-3: “Cada surdo tem a sua diferença, tem que trabalhar com metodologia diferente, a gente tem que por exemplo (interrupção). Por exemplo, vou fazer uma comparação... eu tô fora do contexto da educação o surdo me chama pra interpretar, dependendo do nível daquele surdo eu vou trabalhar com ele o nível daqueles sinais dos gestos que ele sabe. Também na educação se os surdos já sabem um nível vai ser trabalhado daquele nível em diante. Se não tem que fazer um trabalho de alfabetização bem básico desde zero, pra então começar a interpretação das aulas.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E quem faz esse trabalho de alfabetização desde lá do zero?”

IE-3: “Não cabe ao interprete da educação fazer isso deve ser dado... até tá na lei né? Que deve ser dado aulas particulares fora do horário diferente das aulas, porque a função dos interpretes é repassar tudo que o professor ensina pra o aluno, mas pra isso acontecer precisa de um trabalho... mas assim na comunidade hoje em Limoeiro a gente tem uma associação de surdos, eu esqueci o nome, depois posso repassar... que ele fazem sim, os surdos vai até aquela associação aprendem Língua de Sinais, aí no contato com os surdos eles aprendem facilmente é um trabalho fora a parte.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E você tem contato com essa comunidade?”

IE-3: “Sim, tenho.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Assim... Na escola em que você trabalha, com quantos surdos você trabalha?”

IE-3: “Naquela escola lá, Padre Joaquim só tem uma surda.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Eu fiz uma visita agora pela manhã à escola, visitei a sala de aula e vi que ela está num contexto, né de múltiplas deficiências, tem pessoas na sala, ... né alunos com vários tipos de deficiência e recebi a informação de que naquela sala trabalham 3 profissionais, no caso o professor, o interprete de língua de sinais e o cuidador, naquela sala de aula qual a função atribuída a você, as funções ou a função?”

IE-3: “Às vezes, pelo nível da surda... o nível dela de conhecimento da língua de sinais ser muito baixo, eu tenho que trabalhar com ela como professor a maioria das vezes. Ensinar por exemplo... pelo nível dela ela não reconhece palavras, ela não sabe ler uma palavra e fazer o sinal referente aquela palavra na Língua de Sinais, então o nível dela está bem zero. A aula tá seguindo um nível, né? Um nível de ensino pra eles, mas como ela não consegue acompanhar eu tento descer esse nível pra justamente ficar mais compatível com ela, pra ela entender pelo menos a essência da aula. Eu tento incluir ela na aula ensinando sinais as vezes, fora parte da aula o recreio... como ela fica fora da sala, aproveito pra alfabetizar ela, ensinar palavras, vocabulário mesmo pra ela, porque assim... a língua de sinais ela tem, mas ela ter o entendimento de construir uma frase, construir texto, dialogar, ainda tá bem deficiente, ainda precisa melhora bastante.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Aliás, qual é a idade dela?”

IE-3: “Se não me engano eu acho que ela tem 20... ou é dezenove ou é vinte.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “19 ou 20 anos, não tem aquisição da língua, né tá tendo agora?”

IE-3: “Tá tendo agora recentemente, uns dois anos que ela vem tendo contato com a língua.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Wesley, outra coisa, em algum momento você auxilia os outros alunos da sala de aula, eu não vou chamar de crianças porque pelo que eu vi nas fotos não são crianças, né? A gente tem a tendência de chamar de criança por causa do contexto da sala de aula.” (interrupção)

IE-3: especiais, né?

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): (continuação) “Mas são alunos, alguns fora de uma faixa etária que não se adequa ao horário em que estão estudando.” (interrupção)

IE-3: “Todos eles, né?”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Todos eles então em algum momento você além da função de interprete de Libras ajudam as outras crianças dependendo da necessidade?”

IE-3: “Dependendo sim, ... como a prioridade é ela, né? Sendo uma atividade simples dá pra auxiliar outros, mas quando é ensino pra ela entender, aí eu fico dando mais atenção à ela.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): (interrupção) “Você gasta mais tempo com ela?”

IE-3: “Gasto.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Mas isso não significa que você também não se dívida com os outros, você também pode ajudar aos outros?”

IE-3: “Muitas vezes sim.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E aí me diz uma coisa, com a professora como é o seu relacionamento profissional de interprete e professor? O professor compreende o teu papel na sala de aula?”

IE-3: “Compreende sim, como tem a cuidadora, ela consegue ajudar a todos ali, a vezes ela deixa apenas um ou dois pra mim porque ela entende que minha função ali, exige mais atenção pra surda, né? Então ela entente e tá pensando assim: ‘ah ele vai cuidar da surda.’ Então pronto, você pode ficar mais dedicado a ela. Ela (a professora) tem esse entendimento. Ela tá sempre ali conversando, fica ali fazendo pergunta. Me pergunta se ela (a aluna surda) está entendendo. A professora é ótima, a cuidadora também, a gente trabalha muito bem juntos.

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E você participa da elaboração dos planos de aula?”

IE-3: “Não, isso não.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você tem acesso prévio aos conteúdos que serão dados em sala?”

IE-3: “Tenho, tenho acesso sim.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Como é que esse acesso lhe é ofertado?”

IE-3: “Normalmente antes da aula, mais ou menos meia hora, uma hora antes da aula eu tenho acesso a esse conteúdo.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Ela diz pra você o que ela vai trabalhar é isso?”

IE-3: “Geralmente, ela faz o planejamento dela no dia, né? Que são atividades simples, faz ali as atividades e fica lá disponível pra gente olhar o que ela vai passar. Agente pode perguntar pra ela o que ela vai repassar o conteúdo na aula, e aí fica fácil da gente interpretar.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E aí, o que você faz quando você tem essa informação? Você faz um preparo psicológico ou você faz um preparo mesmo físico desse conteúdo?”

IE-3: “Normalmente, assim... Como as atividades são simples... é... 1º e 2º ano, atividades simples utilizando o livro ou as vezes usando apenas folhas impressas, né... a maioria das atividades dá pra se adaptar pra Língua de Sinais, mas quando não eu busco outros meios, usando de até dispositivos eletrônico... tem que baixar gravuras, mostrar um dicionário de língua de sinais no próprio aparelho eletrônico no celular.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): (interrompe) “Você usa aqueles aplicativos de tradução eletrônica?”

IE-3: “Uso, justamente. As vezes ela tem uma dúvida num sinal ela pensa que é de uma forma, aí eu mostro no dicionário.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Qual é o dicionário que você usa?”

IE-3: “Handtalk, sabe qual é né?”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Sei. E me diz uma coisa qual é a tua formação? Tu tens nível superior, médio? E em que área?”

IE-3: “Olha formação, apenas o Ensino Médio.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quando você foi contratado pela secretaria de educação, qual foi forma de contratação que utilizaram? É contrato temporário é terceirizado, como é que é?”

IE-3: “É de seis em seis meses esse contrato é renovado, né...durante um ano.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “É um contrato específico para o tradutor intérprete de Libras ou é um contrato na semelhança para um professor temporário.”

IE-3: “Ele é com o nome interprete de Libras.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quando você foi contratado você passou por alguma seleção?”

IE-3: “Não, não tive seleção não.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E o que foi exigido de você pra que você atuasse enquanto intérprete de Libras?”

IE-3: “Exigiram curso, mostrar o currículo, né... experiência, com isso fui chamado.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Então eles fizeram só uma análise de currículo, né?”

IE-3: “Isso, uma análise.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Então, eles pediram cursos de Libras, não necessariamente curso de tradução e interpretação?”

IE-3: “Não foi exatamente exigido isso ou aquilo outro. Não foi exigida uma formação específica. Foi o que eu tinha apresentado ali o currículo e a experiência, né...no contexto religioso.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Então a seleção foi apenas por currículo?”

IE-3: “Não teve assim uma seleção pra ser contratado, apenas foi colocado o currículo e aceito.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Vou fazer uma pergunta, mas fique à vontade pra não responder se você não quiser. Em temos salariais a prefeitura paga a vocês intérpretes com um salário igual ao do professor?”

IE-3: “Não, menos.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “E o contrato é feito por quantas horas?”

IE-3: “O contrato e de 40 horas.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Então quer dizer que você tem 8 horas diárias de trabalho e quarenta semanais, não é isso? Nessas 40 horas vocês tem revezamento?”

IE-3: “Normalmente todas as escolas que tem intérprete fica apenas um.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Wesley você poderia me dizer, como interprete que trabalha na educação, eu vou chamar de intérprete educacional, acho que você já falou , mas eu não estou lembrada, quais são as atribuições de um intérprete de Libras somente na

área da educacional, na sala de aula e na escola como um todo. O que você pensa ser as atribuições de um intérprete de Libras?”

IE-3: “O intérprete tem que repassar o máximo possível da sua habilidade nos sinais tudo que é feito pelo professor, tudo que ele passa de forma verbal, oral e por meio de educar mesmo, interagir o máximo que ela se expressar. Expressões dela com os alunos, o intérprete tem que passar dentro dessas habilidades o ensino pra o surdo, envolve também... o intérprete tem que socializar os surdos, aliar colegas, a professores, todo o corpo da escola, o intérprete tem que está incluindo o surdo a esse meio. Abrir sempre a comunicação, tanto pra os ouvintes como sinais.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você quer acrescentar algo que acha importante e que eu não perguntei?”

IE-3: “Quanto a função do intérprete?”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Quanto ao seu trabalho de intérprete.”

IE-3: “No momento não.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Você sabe dizer de a secretaria de educação tem alguma legislação específica que trata da contratação do intérprete de Libras?”

IE-3: “Não, desconheço.”

ENTREVISTADOR (MARIA IZALETE): “Agradeço pelo tempo que tu dispensaste a mim e sua atenção.”

IE-3: “Um prazer.”